

# Uma região qualificada, activa e solidária

visão sobre a Região Centro para a próxima década

**CCRC**  
Coimbra  
1999



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO  
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

# **UMA REGIÃO QUALIFICADA, ACTIVA E SOLIDÁRIA**

*– visão sobre a Região Centro  
para a próxima década*

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	Uma região qualificada, activa e solidária - visão sobre a Região Centro para a próxima década
RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO	Ana Maria Saturnino
AUTOR	Comissão de Coordenação da Região Centro
SÉRIE	Estudos Regionais 5
COMPOSIÇÃO	Grafismos - Pedro Bandeira
IMPRESSÃO, EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro <a href="http://www.ccr-c.pt">http://www.ccr-c.pt</a> <a href="mailto:geral@ccr-c.pt">geral@ccr-c.pt</a>
TIRAGEM	500 Exemplares
ISBN	972-569-107-5
DEP. LEGAL Nº	139614/99
SETEMBRO DE 1999	

## ÍNDICE

Apresentação	
INTRODUÇÃO	9

### **PARTE I - DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DA REGIÃO CENTRO**

I. A REGIÃO CENTRO NO CONTEXTO NACIONAL	15
II. A ECONOMIA DA REGIÃO CENTRO	23
1. A estrutura económica da Região Centro	23
2. Sectores inseridos em dinâmicas competitivas globais	30
3. Os sectores em reestruturação	33
4. As actividades emergentes/as "promessas"	38
5. O sector agro-florestal	42
6. Os serviços	53
III. CAPITAL HUMANO E CONHECIMENTO	59
1. Perspectivas demográficas para a Região Centro	59
2. Análise da evolução do emprego na Região Centro entre 1985 e 1996	62
3. O desemprego na Região Centro	66
4. Educação, ensino e investigação	70
5. Infra-estruturas e Equipamentos de Apoio Tecnológico na Região Centro	72
IV. A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL	83
1. Região Centro: infra-estruturas de articulação e internacionalização do espaço nacional	83
2. Infra-estruturas Energéticas	91
3. Estruturação do território regional: centros urbanos e sistemas urbanos territoriais	93
4. Ambiente e recursos do território na Região Centro	104
V. A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL NA REGIÃO CENTRO	117
VI. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A REGIÃO CENTRO	128

## **PARTE II - UMA REGIÃO QUALIFICADA, ACTIVA E SOLIDÁRIA** ***visão sobre a Região Centro para a próxima década***

---

I. UMA VISÃO SOBRE A REGIÃO CENTRO (2000-2006) .....	135
1. Um modelo territorial equilibrado, qualificado e activo .....	136
1.1. Organizar e qualificar o sistema urbano .....	137
1.2. Afirmar os centros de saber, de conhecimento e de comunicação ...	138
1.3. Criar plataformas logísticas e modernizar os equipamentos e as infraestruturas económicas .....	139
1.4. Promover a coesão territorial: os espaços de baixa densidade, o desenvolvimento local e uma provisão de bens públicos na equidade .....	140
2. Uma economia competitiva, inovadora e solidária .....	141
2.1. Qualificar e consolidar os sectores tradicionais .....	143
2.2. Desenvolver e consolidar actividades e serviços de base tecnológica e a utilização de novas tecnologias .....	144
2.3. Valorizar o potencial produtivo de territórios específicos .....	145
2.4. Tirar partido de uma localização central do país e na sua articulação com a Europa .....	147
2.5. Aproveitar o potencial de desenvolvimento turístico .....	147
2.6. Mobilizar o potencial agro-pecuário e florestal .....	148
2.7. Promover a coesão territorial e social .....	149
2.8. Promover a cooperação internacional e interregional comunitária entre agentes económicos e actores do desenvolvimento .....	150
3. Um ambiente de qualidade e recursos do território valorizados e preservados .....	151
3.1. Recuperar e preservar o ambiente .....	152
3.2. Valorizar os recursos naturais .....	153
3.3. Gerir a paisagem .....	155
3.4. Proteger e valorizar o património cultural .....	156

4. Cidadãos informados e participantes, recursos humanos qualificados .....	157
4.1. Assegurar elevados níveis de sucesso e de qualidade do ensino obrigatório .....	158
4.2. Promover hábitos de leitura, combater a iliteracia .....	159
4.3. Responder às necessidades de qualificação do tecido económico ....	159
4.4. Fixar quadros técnicos e profissionais qualificados .....	161
4.5. Generalizar o contacto dos jovens com a informática e as novas tecnologias de informação .....	161
<b>II. CONHECER O PRESENTE E DEFINIR PRIORIDADES PARA O FUTURO ....</b>	<b>163</b>
1. O ponto de partida .....	163
2. Prioridades para o Plano Regional .....	164
2.1. Cidadania, coesão social e capital humano .....	165
2.2. Sistema urbano .....	165
2.3. Acessibilidades e exploração da geografia .....	166
2.4. Recursos hídricos .....	167
2.5. Recursos florestais e a gestão da floresta .....	167
3. A concretização das prioridades do Plano Regional .....	168



## APRESENTAÇÃO

O documento que aqui se apresenta é uma peça essencial do trabalho da CCRC ao longo dos últimos tempos. De facto, desde praticamente o mês de Setembro de 1996 e, sobretudo quando se lançou a tarefa de dar forma a um Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), que os técnicos da Comissão foram estimulados, mobilizados e orientados para que lançássemos uma nova visão, de carácter prospectivo e necessariamente ambiciosa, sobre a Região Centro, as suas capacidades, as suas dinâmicas e sobre uma forma de afirmação do contexto nacional que não fosse nem abstracta nem apenas reactiva perante as demais realidades nacionais.

Não ficar limitado a uma afirmação abstracta implicava que olhássemos concretamente para os recursos, as relações e as dinâmicas que estruturam o nosso território, no seu conjunto e em cada um dos espaços sub-regionais que o compõem – por exemplo, que víssemos como cada centro urbano importante estrutura o seu espaço de proximidade, como estabelece complementaridades com os restantes, como cria um território activo, solidário e competitivo, tudo isto com a noção de que é necessário reforçar essas tendências assim como as identidades que lhes dão alma.

Foi assim que chegámos à ideia de que a Região Centro pode “inventar” cinco grandes “cidades”, todas elas com, pelo menos, 200 mil habitantes. Uma ideia que é seguramente mais sólida que a vaga afirmação de que somos, como região, uma rede de cidades médias.

Não ficar limitado a uma afirmação regional apenas reactiva implicava que víssemos os nossos recursos e o nosso papel como questões relevantes no plano nacional (e não como simples atributos regionais). De facto, a Região Centro é um espaço de articulação da economia nacional e da sua articulação internacional mas isso não acontece apenas por razões geográficas (mesmo que seja obviamente necessário explorar as vantagens da geografia).

Ora, estes são apenas dois exemplos de objectivos que se procuravam cumprir com os trabalhos desenvolvidos, e que este documento concretiza.

Para além destas ideias (que servissem para conhecermos melhor a nossa região) era também importante que daí resultasse uma visão que fundamentasse as prioridades e os eixos estratégicos da actuação regional no âmbito do QCA III. Para tanto, foram muitas as sessões de trabalho na CCRC; foram muitos os convites a especialistas que viessem discutir tecnicamente connosco em reuniões, sob a forma de seminários, que organizámos mensalmente para todos os quadros da CCRC; foram também muitas as reuniões com as Câmaras Municipais, as Associações Empresariais, as Universidades e outros agentes regionais.

Creio, no culminar deste trabalho que agora se apresenta, e quando já está preparado o Programa Operacional da Região Centro para o período 2000-2006, que dispomos neste texto de muita matéria para fundamentar estratégias e acções qualificantes. Espero que ele seja discutido e confrontado com mais e melhores contributos para, desse modo, irmos subindo de patamar nos objectivos que traçamos e nas actuações que concretizamos. O que está em causa é, essencialmente, tornarmos incontornável e irreversível uma visão de excelência para a Região Centro; onde se afirme um território de qualidade, onde se consolidem centros de saber, de conhecimento e de comunicação reconhecidos; onde se alcancem novas plataformas de organização da economia.

Desejo deixar aqui uma palavra de reconhecimento a todos os técnicos da CCRC que, com entusiasmo, empenho e abertura de espírito, se envolveram neste trabalho.



*Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro*

## INTRODUÇÃO

1. Este documento tem como objectivo, no quadro da elaboração do PNDES - Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, fundamentar a formulação de uma estratégia de qualificação regional para o período 2000-2006, que há-de culminar na apresentação do Programa Operacional Regional no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio - QCA III.
2. Há, porventura, duas condições essenciais para que, na Região Centro, essa estratégia seja alcançada com a certeza de se identificarem as linhas de força que tornarão o desenvolvimento territorial mais ousado, mais consolidado e mais garante de uma cidadania activa. Trata-se, desde logo, de assegurar que tal estratégia se forme através de uma participação muito activa das instituições, das organizações, dos actores e dos agentes económicos e sociais que constituem os diferentes territórios sub-regionais que compõem a nossa região. Essa participação deve traduzir-se em visões claras sobre os objectivos a alcançar e sobre os projectos que lhes darão concretização. Por isso, participação quer dizer formulação de linhas de acção, em termos tais que os programas a estabelecer para dar sequência ao próximo ciclo de políticas públicas não deixem de fora nenhum dos projectos qualificantes que os agentes colectivos regionais estimam indispensáveis.
3. A outra condição para que a estratégia regional a alcançar seja forte e de qualidade consiste na ambição de que as linhas de actuação a estabelecer produzam efeitos estruturantes, tenham impactos globais e sejam elementos centrais para a geração de dinâmicas sócio-económicas fecundas.
4. Por estas duas razões, quer o diagnóstico prospectivo quer a visão estratégica da região foram sujeitos a um processo de discussão participada que pretendia, em simultâneo, estimular a reflexão e a acção dos agentes colectivos regionais. É bom sublinhar que, com isto, se deu início a um processo que há-de ter várias fases e vários momentos de validação social. É nisto, aliás, que consiste um planeamento participativo, activo e criativo. Haverá, pois, lugar para que os eixos de actuação se consolidem, os programas se desenhem e os projectos se identifiquem. Más nada disto será possível sem que o processo decorra e se desenvolva, de uma forma aberta e não condicionada, à partida, por uma visão apenas pensada pela Administração.

5. A CCRC procurou sempre sublinhar as ideias fortes sobre o desenvolvimento territorial da Região Centro – ideias que se desejam estruturantes e capazes de fomentar a qualificação regional e a coesão nacional.

Na fase de diagnóstico, assumiu-se uma atitude prospectiva e a sua elaboração preocupou-se com sublinhar de forma adequada os pontos nodais da visão regional. Como pontos mais relevantes podem apontar-se:

- a) Em primeiro lugar, fica claro que, perante as políticas públicas e o investimento estatal nacional, e quando estamos num contexto de forte despesa pública, a Região Centro é um espaço onde se regista sub-investimento: quer em termos absolutos, quer em termos relativos e especialmente deste último ponto de vista, tendo em conta o facto de a região ser essencial para a articulação do todo nacional e para a sua ligação à Europa, assim como a circunstância de ser muito amplo o conjunto de sistemas produtivos e de sistemas urbanos que a constituem (com a vantagem de, assim, se estruturarem territórios sub-regionais com largas potencialidades). Por estas razões, é decisivo perspectivar o futuro do investimento público na região com a consciência de que, quando se trata da Região Centro, é, em muito, com a articulação do todo nacional que estamos a lidar e de que importa não criar novos problemas de política regional, como aconteceria se se deixasse aprofundar uma situação de sub-investimento.
- b) Em segundo lugar, há neste documento uma visão forte sobre a economia da região e as suas potencialidades. Conhecem-se os recursos do território e a sua importância na formação económica regional - os sectores industriais, a floresta, o turismo, os recursos tecnológicos e científicos, a fileira da saúde. Há, claramente, centros de excelência nacional localizados na região, mas é também claro que a nossa estrutura produtiva necessita de alargar as suas "cadeias de valor". Por isso, inovação, qualificação tecnológica e complementaridades produtivas e organizacionais são essenciais.
- c) Em terceiro lugar, diz-se com muita clareza que há uma prioridade a estabelecer para a próxima geração de políticas públicas territoriais e que ela consiste em saber desenvolver as cidades e os recursos urbanos para, com isso, integrar e desenvolver os espaços que lhe são adjacentes, incluindo os de índole rural. É com as cidades que mais se pode fazer acelerar a moderni-

zação regional, a criação de emprego e a geração de bem-estar. E acontece que, na Região Centro, cada cidade e cada eixo urbano não se limita a si mesmo (se assim fosse, e salvo poucas excepções, teríamos cidades pequenas), antes influencia um sistema mais amplo, caracterizado pela proximidade, a que chamamos sistema urbano territorial. Os exemplos destes sistemas não faltam: o eixo Guarda, Covilhã, Belmonte, Fundão, Castelo Branco; a constelação urbana à volta de Viseu (com Mangualde, Tondela, Nelas, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul); o sistema Aveiro-Ílhavo (com Vagos, Oliveira do Bairro, Albergaria, etc); o eixo Coimbra-Figueira da Foz; o eixo Leiria-Marinha Grande.

Quer isto dizer que não é tanto na ideia de que há uma rede de cidades médias na Região Centro que se deve insistir (como foi feito no passado). É na ideia de que há vários territórios sub-regionais que constituem a região e que são capazes de ser, cada um deles, muito activos que se insiste, sendo para isso importante dispor de linhas de política que consolidem os centros urbanos e fortaleçam as relações dentro de cada território que beneficia da presença de cidades.

- d) Em quarto lugar, tem-se a noção de que um espaço regional como o do Centro, por onde passam os grandes eixos de acessibilidade rodoviária e ferroviária (e onde, além disso, existem dois portos de mar) é indispensável para que o país esteja bem articulado, não caindo em bicefalias que geram deseconomias, nem aprofundando as desvantagens de não ter esses eixos completos e, portanto, coerentemente organizados. Do ponto de vista das acessibilidades, o problema da Região Centro não tem, no que é essencial, a ver com o desenho do Plano Rodoviário Nacional (PRN), tem antes a ver com a rapidez da sua execução. Mas é claro que há um novo desafio a aceitar que é o de estabelecer uma rede fina de acessibilidades intra-regionais de qualidade (a rede "capilar" de estradas regionais e municipais), sobretudo porque isso contribui fortemente para a capacidade de consolidação dos sistemas urbanos territoriais anteriormente referidos.
- e) Finalmente, tem-se uma consciência muito forte da importância que tem para a Região Centro o facto de ter um conjunto significativo de pequenos centros urbanos sedes de concelho e de dispor de recursos de qualidade

provenientes do meio rural (denominação de origem, produtos tradicionais de qualidade) – as chamadas “amenidades” –, assim como os recursos da paisagem, do ambiente, das áreas naturais.

6. Os objectivos que hão-de nortear a estratégia de desenvolvimento darão relevo:
  - à promoção da competitividade sustentável do território, fortemente associada à afirmação e consolidação dos sectores tradicionais e à diversificação das formas de valorização dos recursos locais;
  - à inovação e ao aproveitamento das oportunidades para desenvolvimento de novos pólos terciários principalmente na área da saúde e das tecnologias;
  - à protecção e gestão racional do património natural e cultural; e
  - à melhoria das condições de vida e ao reforço da cidadania e da participação das populações.
7. Os desafios que se colocam à região e as oportunidades que se perspectivam exigem um grande esforço de coordenação e convergência entre os diversos actores (públicos e privados) e o reforço das parcerias dentro de um quadro estratégico claro e assumido. Da leitura que fazemos das dinâmicas e das forças e fragilidades da região resulta que a prossecução daqueles objectivos exige uma intervenção em que se destacam:
  - 1º Uma **política de cidades** que, assumindo uma visão prospectiva da organização do território regional, acolha os projectos estratégicos de cada cidade, inserindo-os numa perspectiva integrada de desenvolvimento dos sistemas urbanos territoriais e de reforço das complementaridades entre as cidades.
  - 2º A **modernização das acessibilidades**, permitindo uma boa inserção da Região Centro nas redes transeuropeias e o reforço da integração do território regional, dando relevo à conclusão do PRN e à modernização da rede ferroviária, à promoção da intermodalidade e ao desenvolvimento das redes de “capilaridade” que liguem os territórios aos grandes eixos de comunicação.
  - 3º A **qualificação das infra-estruturas produtivas**, nomeadamente no que se refere à introdução de novas formas de energia (gás natural) e à criação de “parques de negócios” (indústria e serviços) de elevado nível de equipamento. Está em causa dotar a região de espaços de excelência para instalação de novas actividades, principalmente em zonas que aproveitem da sua posição no sistema de acessibilidades e do potencial urbano já instalado.

4º A **promoção da inovação e o desenvolvimento de serviços avançados**, pelo desenvolvimento de um plano tecnológico para a região, pela qualificação dos recursos humanos e pela exploração do potencial das infra-estruturas tecnológicas e de Ensino Superior e de Investigação, tendo em vista aumentar a competitividade regional e o desenvolvimento de novas fileiras produtivas, com relevo para a fileira da saúde.

5º A **recuperação do ambiente e da paisagem**, em particular no que respeita à preservação do potencial hídrico da região, à preservação e valorização das paisagens humanizadas tradicionais e à gestão racional da floresta, na tripla perspectiva de salvaguardar o património natural, de preservar factores de identidade regional e de valorizar elementos em que se podem apoiar novas actividades geradoras de emprego e de riqueza.

6º A **gestão dos espaços fracamente povoados e a promoção do desenvolvimento local**, através de acções integradas de preservação, ordenamento e desenvolvimento dos vastos espaços da região que não são directamente atingidos pelos processos de desenvolvimento urbano, valorizando o seu papel na economia regional e promovendo acções integradas que permitam a fixação da população e elevados níveis de qualidade de vida.

7º O **reforço, a modernização e a competitividade do tecido empresarial**, com prioridade para o alargamento das cadeias de valor, para a inovação e diversificação, para as condições de acesso aos mercados e para a promoção do "espírito empresarial".

Estes eixos estratégicos terão de ser pensados em estreita articulação com o que forem as políticas nacionais, que nalguns domínios serão o principal factor determinante do desenvolvimento da região.

8. Ao mesmo tempo, importa consolidar as capacidades de mobilização do potencial endógeno, sendo de destacar o papel que pode ser desempenhado pelas Agências de Desenvolvimento Regional enquanto entidades privilegiadas de organização de parcerias entre os actores públicos e os privados.

Questão central será, também, a do financiamento da economia, onde para além dos sistemas de incentivos adaptados às necessidades regionais, haverá que equacionar o acesso a sistemas de garantia de empréstimos e ao capital de risco.

São estas ideias, que já foram objecto de debate alargado, que hão-de informar a preparação do Programa Operacional Regional do QCA III, onde se fará o confronto da "ambição" que agora se apresenta com os meios e a capacidade dos actores para a sua realização.

**– PARTE I –**  
**DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO**  
**DA REGIÃO CENTRO\***

---

\* Redacção concluída em Maio de 1998



## I A REGIÃO CENTRO NO CONTEXTO NACIONAL

Com uma área de 23.700 km<sup>2</sup>, equivalente a cerca de 26% da superfície do País, a Região Centro apresenta um conjunto de características geográficas e sócio-económicas que a diferenciam no contexto nacional. Entre as principais características diferenciadoras merecem destaque as relacionadas com o relevo – com a presença dominadora da Cordilheira Central e da Serra da Estrela, principal elevação no Continente Português – com a hidrografia, tendo origem na região os dois principais rios exclusivamente nacionais, com a posição geográfica, entre as duas principais metrópoles do País e com o seu papel de corredor das principais vias de comunicação nacionais e internacionais.

A geografia e a história traduziram-se num modelo de povoamento onde se destaca um conjunto de oito cidades, entre as quais a terceira maior cidade do País (Coimbra), que concentram na sua proximidade cerca de 75% da população da Região. A densidade populacional média da Região é claramente inferior à do País (72,3 e 108,1 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente) mas com uma diferenciação marcada entre o litoral e o interior. Enquanto no litoral facilmente se encontram concelhos com densidades superiores a 120 hab/km<sup>2</sup>, associadas a um modelo de ocupação do território com características de urbanização difusa, no interior a maior parte dos concelhos apresenta densidades inferiores a 40 hab/km<sup>2</sup>, com a população concentrada nos principais centros urbanos. Apesar desta diferenciação entre o litoral e o interior, a Região Centro apresenta a especificidade de ser aquela cujo interior apresenta uma densidade urbana significativa, traduzida no eixo urbano Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco.

O peso demográfico da Região Centro no País tem registado uma acentuada diminuição ao longo do tempo (28% em 1900, 24% em 1950 e uma estimativa de 17% em 1996). Esta quebra de importância demográfica deve-se ao despovoamento do interior: entre 1981 e 1991 a Região Centro registou uma diminuição de 2,36% da sua população em resultado de um crescimento de 2,24% da população das NUTE III da faixa costeira e de uma redução de 6,97% no interior. Em 1996 a população estimada para a região era de 1,71 milhões de pessoas.

A região atingiu um índice de envelhecimento elevado no contexto do País (1,3 vezes a média do Continente) apesar de manter, em 1991, a segunda mais

elevada percentagem de jovens no total da população (27,1% da população com idade inferior a 20 anos).

O envelhecimento e a mudança nos comportamentos sociais, à semelhança do que se passou no conjunto do País, traduziu-se numa redução do crescimento natural. Ao longo da década de 90 e até 1996 o crescimento natural foi negativo em todas as NUTE III da região com excepção para o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral.

O saldo migratório, na década de 80, foi negativo em todas as NUTE III da região.

A taxa de actividade da região é a mais elevada do País, com um valor de 54,6% em 1997, valor este que anda associado a uma taxa de actividade feminina quase 6 pontos percentuais superior à do Continente (48,8% e 43,0%, respectivamente).

A taxa de desemprego, por seu lado, é pouco mais de metade da média do Continente (3,5% e 6,7%, respectivamente, em 1997). A taxa de desemprego feminino é inferior a 4% mas o desemprego jovem atinge cerca de 12%.

Em 1991, 17,1% dos activos da região trabalhavam no sector primário, 38,8% no sector secundário e 44,1% no terciário.

A sobre-especialização da região no sector primário e a sub-especialização no terciário relativamente ao Continente, tem vindo a manter-se de acordo com os dados mais recentes.

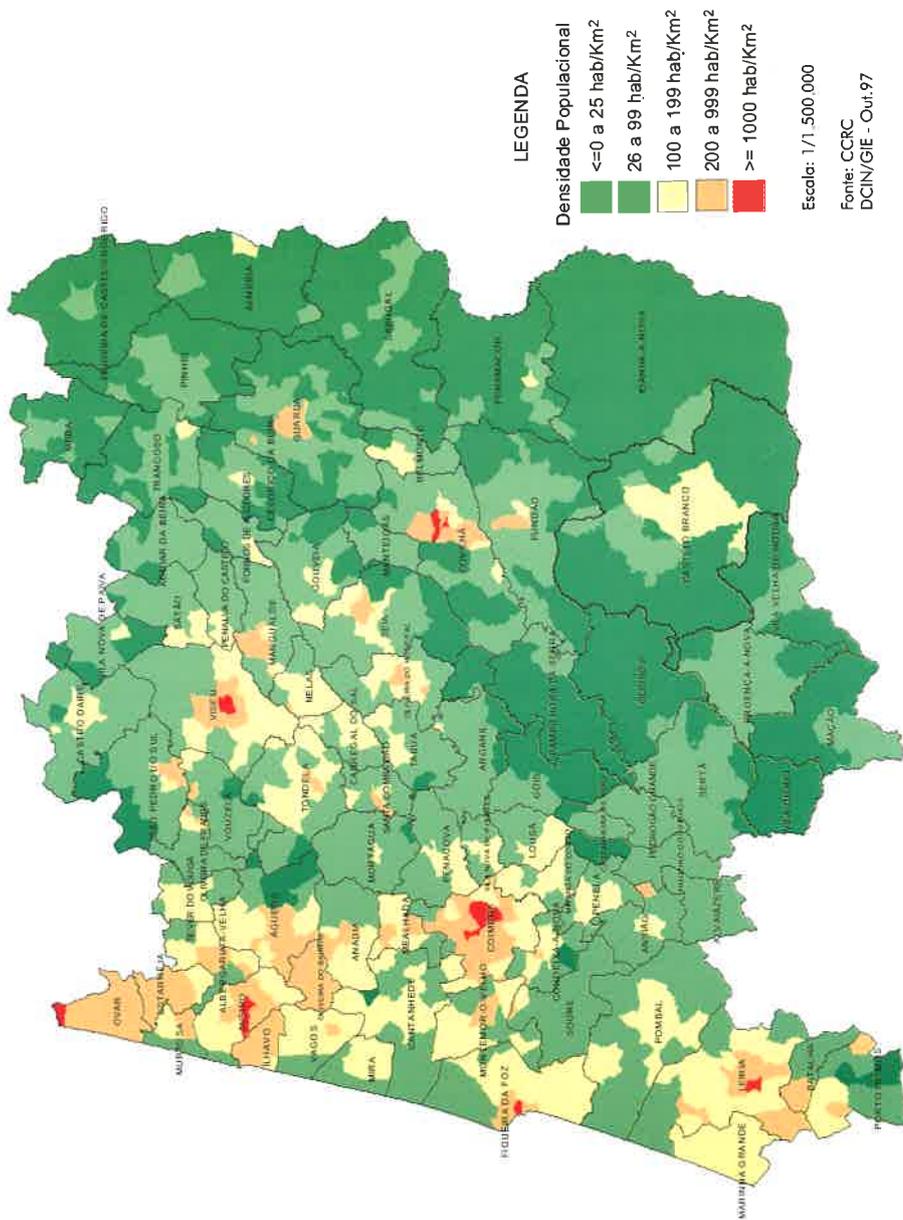
A região contribuía, em 1994, com 14,5% para o PIBpm do País, destacando-se as contribuições do sector secundário e primário. A Região Centro tem apresentado um dinamismo económico superior ao do País, tendo a sua contribuição para o PIB aumentado de 13,96% em 1990 para 14,53% em 1994.

O poder de compra regional é inferior ao valor médio nacional. O PIB por habitante e a produtividade do trabalho eram, na região, cerca de 85% da média nacional em 1994. À excepção da Madeira, a Região Centro tinha a mais baixa produtividade do conjunto das regiões do País. O seu PIB por habitante situava-se, em 1995, em 59% da média Comunitária o que correspondia à 19ª mais baixa posição no conjunto das 206 NUTE II da União Europeia.

A Região Centro tem tido uma participação nos investimentos públicos inferior ao seu peso geográfico e demográfico no País.

# REGIÃO CENTRO

## Densidade Populacional por Freguesias - 1991



### LEGENDA

Densidade Populacional

Dark Green	<= 25 hab/Km <sup>2</sup>
Medium Green	26 a 99 hab/Km <sup>2</sup>
Light Green	100 a 199 hab/Km <sup>2</sup>
Yellow	200 a 999 hab/Km <sup>2</sup>
Orange	>= 1000 hab/Km <sup>2</sup>

Escala: 1/1.500.000

Fonte: CCRC  
DCIN/GIE - Out.97

Assim, a despesa pública executada na Região Centro com apoio FEDER no período de 1994 a 1997 totalizou cerca de 220,8 milhões de contos (equivalente a 13,7% do País, não considerando o investimento não regionalizado). Este valor revela uma discrepância significativa quer relativamente ao peso previsto para a Região Centro no início da programação do QCA II (entre 18 e 19% do investimento regionalizável), quer relativamente ao seu peso económico e demográfico.

São particularmente significativos, pela sua insignificância, os valores respeitantes ao programa Telecomunicações (5,4%) e aos programas Transportes e Ciência e Tecnologia (10,9%, cada).

No que respeita ao Fundo de Coesão, os projectos com localização na Região Centro, nos domínios dos transportes e do ambiente, totalizaram, no período 1993-1997, cerca de 18,1 milhões de contos (pouco mais de 4% do total!) e referiam-se essencialmente à modernização da linha da Beira Alta, à modernização da linha do Norte e a projectos nos domínios do tratamento dos resíduos sólidos e do tratamento de águas residuais.

Nos anos de 1997 e 1998 as verbas inscritas no PIDDAC para a Região Centro foram cerca de 112 e 151 milhões de contos, respectivamente, o que corresponde a 13,1% e 15,6% do total do Continente.

QCA II - REGIONALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA EXECUTADA 1994-97 (%)

FEDER

Estrutura por regiões

Unid.: 1 000 Esc.

	NORTE	CENTRO	L. V. TEJO	ALENTEJO	ALGARVE	AÇORES	MADEIRA	Não Region.	TOTAL (a)
<b>EIXO 1</b>	32,3	21,9	32,4	5,6	4,9	0,2	0,4	2,2	100,0
Educação	34,8	23,3	28,9	6,6	5,8	0,1	0,0	0,5	100,0
Ciência e Tecnologia	20,3	10,9	60,2	1,2	1,0	1,2	2,6	2,5	100,0
Formação Profissional	31,7	31,8	10,1	4,5	3,8			18,1	100,0
<b>EIXO 2</b>	22,4	12,8	49,2	2,2	1,1	1,1	1,6	9,6	100,0
Transportes	19,9	10,9	62,9	0,3	0,9			5,1	100,0
Telecomunicações	13,4	5,4	25,2	2,7	0,5	3,4	0,8	48,6	100,0
Energia	23,4	24,4	30,3	0,0	1,0	0,2	0,1	20,6	100,0
Agricultura									
Pescas	33,5	6,0	16,9	11,5	22,8			9,2	100,0
Indústria	29,7	16,1	46,3	1,8	0,1	1,6	4,4		100,0
Turismo	25,3	9,8	30,5	17,8	6,4	3,8	4,7	1,8	100,0
Comércio e Serviços	11,0	13,1	47,1	3,8	0,8	2,1	0,8	21,3	100,0
<b>EIXO 3</b>	26,2	18,5	46,6	2,1	4,6			2,0	100,0
Ambiente	28,1	22,4	29,3	5,9	5,6			8,6	100,0
Renovação Urbana	5,2		94,5					0,2	100,0
Saúde	47,4	35,2	7,7	1,5	8,2				100,0
Integrar	11,3	21,2	40,5	10,8	16,2				100,0
<b>EIXO 4</b>	22,1	13,6	14,0	7,8	4,0	18,7	19,1	0,7	100,0
PPDR (b)									
Norte	99,4							0,6	100,0
Centro		97,3						2,7	100,0
L. V. Tejo			99,4					0,6	100,0
Alentejo				98,3				1,7	100,0
Algarve					100,0				100,0
Açores						100,0		0,0	100,0
Madeira							99,9	0,1	100,0
Assistência Técnica			2,7		0,0	0,5		96,8	100,0
<b>INICIATIVAS COMUNITÁRIAS</b>	21,6	6,2	3,0	3,9	0,7	4,1	10,1	50,5	100,0
INTERREG II - Transfronteiriço	58,8	18,9		18,7	3,3			0,2	100,0
INTERREG II - Redes de Energia	7,8		0,0					92,2	100,0
RETEX	30,9	13,2	2,7	0,3				52,9	100,0
URBAN	45,0		52,7					2,4	100,0
EMPLOI	58,7	3,0	36,5			1,7			100,0
PESCAS									
PME								100,0	100,0
RESIDER II			98,1					1,9	100,0
REGIS			0,2			26,0	68,0	5,8	100,0
RECHAR	100,0								100,0
LEADER								100,0	100,0
KONVER			81,7	1,3		16,2		0,8	100,0
<b>TOTAL QCA</b>	23,3	13,7	35,0	3,9	2,4	5,3	6,2	10,1	100,0

Fonte: DGDR

(a) inclui despesa não regionalizável

(b) valores não disponíveis

QCA II - REGIONALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA EXECUTADA 1994-97

IFOP

Unid.: 1 000 Esc.

	NORTE	CENTRO	L. V. TEJO	ALENTEJO	ALGARVE	AÇORES	MADEIRA	Não Region.	TOTAL
	23%	22%	27%	2%	27%				
I. O. PESCAS	3.732.591	3.561.368	4.397.819	378.388	4.385.472				16.455.638
PEDRA - Açores						1.964.958			1.964.958
POP - Madeira						100%	1.094.072		1.094.072
							100%		

Fonte: DGDR

QCA II - REGIONALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA EXECUTADA 1994-96

FEOGA-O

Unid.: 1 000 Esc.

	NORTE	CENTRO	L. V. TEJO	ALENTEJO	ALGARVE	AÇORES	MADEIRA	Não Region.	TOTAL
	26%	15%	16%	12%	3%			28%	
I. O. Agricultura	40.535.660	23.330.338	24.267.836	18.834.230	5.306.149			42.727.201	155.001.414
PEDRA - Açores						9.267.241			9.267.241
POP - Madeira						100%	3.171.066		3.171.066
							100%		

Fonte: DGDR

QCA II - REGIONALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA EXECUTADA 1993-97

FUNDO DE COESÃO

Unid.: 1 000 Esc.

	NORTE	CENTRO	L. V. TEJO	ALENTEJO	ALGARVE	AÇORES	MADEIRA	Não Region.	TOTAL
TRANSPORTES	59.193.263	15.473.028	208.797.761	24.982.000			9.774.383	7.877.701	326.098.136
AMBIENTE	45.648.132	2.704.307	45.628.577	5.871.307	36.578.873		2.744.813	1.769.673	140.945.682
Assist. Técnica								19.490	19.490
<b>TOTAL</b>	<b>104.841.395</b>	<b>18.177.335</b>	<b>254.426.338</b>	<b>30.853.307</b>	<b>36.578.873</b>		<b>12.519.196</b>	<b>9.666.864</b>	<b>467.063.308</b>
	22%	4%	54%	7%	8%		3%	2%	100%

Fonte: DGDR

PIDDAC 1997

NUTE II	Fontes de Financiamento				
	TOTAL	CAP. 50 - FN	CAP. 50 - FC	OUT FONTES - FN	OUT FONTES - FC
Região Norte	21,6	19,2	21,4	25,7	23,3
Região Centro	13,1	14,1	18,4	4,5	14,8
Região LVTejo	32,2	30,8	16,5	47,0	29,9
Região Alentejo	6,7	6,8	3,8	4,4	8,0
Região Algarve	4,4	3,7	16,1	1,5	5,5
Várias NUTE II	21,9	25,4	23,8	16,9	18,5
SOMA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

PIDDAC 1998

NUTE II	Fontes de Financiamento				
	TOTAL	CAP. 50 - FN	CAP. 50 - FC	OUT FONTES - FN	OUT FONTES - FC
Região Norte	22,4	19,1	23,8	28,9	24,1
Região Centro	15,7	14,9	19,7	9,8	19,0
Região LVTejo	33,3	33,2	16,9	44,9	30,0
Região Alentejo	7,3	8,1	2,9	4,4	8,1
Região Algarve	3,7	3,9	15,4	1,6	3,0
Várias NUTE II	17,6	20,8	21,2	10,4	15,8
SOMA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

## **II A ECONOMIA DA REGIÃO CENTRO**

### **1. A ESTRUTURA ECONÓMICA DA REGIÃO CENTRO**

A economia da Região Centro acusa quer a diversidade das condições naturais e os fortes contrastes territoriais internos, quer o papel que, durante longo tempo, ela assumiu de área de “reserva” (apoio) às duas áreas metropolitanas do país que a ela se anteciparam em termos de inserção nas dinâmicas da economia internacional.

Da região exploravam-se tradicionalmente os seus recursos naturais e foi sobre eles que assentaram as primeiras experiências de industrialização dos séculos XVIII (lanifícios e vidro) e XIX (cerâmicas e porcelanas).

Actualmente, tal como as restantes regiões do País, a Região Centro é uma economia dominada pelos serviços. Em 1994 o sector terciário gerava 57% do VAB regional (40% dos serviços mercantis e 17% dos serviços não mercantis). Os produtos industriais representavam 26% do VAB, os produtos energéticos 4% e a construção civil 6%. A agricultura, silvicultura e pesca tinham um peso no VAB (7%) muito inferior à sua importância em termos de emprego.

A indústria transformadora assentava em três ramos com contribuições muito aproximadas para o VAB industrial regional: produtos alimentares, bebidas e tabaco (23%), produtos metálicos, máquinas, materiais e aparelhos eléctricos e material de transporte (22%) e minerais não metálicos e seus produtos (19%). Aos têxteis, couro, calçado e vestuário cabiam 15% do VAB industrial e ao papel, artigos em papel e produtos de impressão 9%.

Numa visão mais dinâmica, a economia da região poderá ser vista segundo quatro grandes conjuntos de actividades:

#### **a) Sectores inseridos em dinâmicas competitivas globais**

Neste grupo destacam-se actividades como: cerâmica, porcelana e faianças; produtos da madeira e papel; produtos metálicos; moldes; componentes automóveis; electrodomésticos, termodomésticos e material eléctrico; produtos químicos e vestuário.

Trata-se de actividades expostas à concorrência externa e com grau de internacionalização significativo quer pela orientação para o mercado externo, através de exportações directas e indirectas, quer pela presença da capitais

estrangeiros, quer (em menor grau) por processos de internacionalização das empresas nacionais.

Este conjunto de actividades representará já mais de metade do emprego industrial da região e, na generalidade, tem tido um comportamento, avaliado pelo emprego, melhor do que na média nacional.

- b) **Sectores tradicionais em crise ou sectores em risco**, podendo-se incluir, no primeiro grupo, os lanifícios e o vidro e, no segundo, a fileira da madeira e as químicas industriais.

A crise nos lanifícios e no vidro (em particular na cristalaria), sectores que representam ainda mais de 20 mil empregos, é mais de empresas do que de sectores, sendo que no vidro se vive presentemente uma fase de optimismo. A grande concentração territorial destas actividades faz com que se sintam localmente de modo muito intenso as consequências sociais das dificuldades que atingem as empresas.

Os riscos para a fileira da madeira decorrem de um excesso de consumo face à capacidade, no curto e médio prazo, de produção de matérias-primas florestais. Na região estão instaladas quatro unidades de produção de pasta de papel (2/3 das unidades do país), diversas unidades produtoras de aglomerados de madeira, várias unidades de produção de mobiliário, algumas de resinas e múltiplas serrações (embalagem, construção civil) que exportam uma grande parte da produção.

Os riscos para as unidades da química industrial resultam do facto de, em geral, elas operarem em fases intermédias de um processo produtivo muito exogeneizado e fortemente dependente de um (ou alguns) clientes, muitas vezes dos grupos económicos (estrangeiros) que as controlam.

- c) **As “promessas”**

Neste grupo identificam-se mais potencialidades do que actividades com relevo já assumido na estrutura económica regional. Destacam-se as ligadas aos recursos hídricos (águas de mesa e estâncias termais), o turismo e os produtos agro-pecuários de qualidade e tradição (em especial os queijos e as carnes). Aposta particular é o desenvolvimento de uma “fileira” da saúde, polarizada pela capacidade e competências na prestação de serviços de saúde e nas

capacidades científicas e tecnológicas já instaladas (nomeadamente em Coimbra) mas que deverá também evoluir para a produção de consumíveis, equipamentos e serviços correlacionados.

#### d) A agricultura, silvicultura e pecuária

A Região Centro produz cerca de 1/4 do rendimento agrário do Continente, com particular relevo na componente animal (leite, ovinos, caprinos e suínos) e florestal (pinheiro bravo e eucalipto). Nas produções vegetais destaca-se o peso da região na produção de vinho, azeite, frutas, batatas e tabaco.

A actividade agrícola é o suporte das indústrias de alimentação e bebidas, um dos ramos industriais mais importantes na região.

#### e) Os serviços

Apesar da sua sub-especialização nos serviços, a Região Centro desenvolveu um segmento importante de terciário “exportador”, numa perspectiva de mercado nacional ou, mesmo, internacional. Destacam-se as actividades ligadas ao ensino superior e à investigação, os serviços às empresas (tecnológicos e empresariais), os serviços de saúde, o turismo, organizações empresariais de âmbito nacional, etc..

A Região Centro tem potencialidades para vir também a desenvolver serviços nos domínios da logística, valorizando a sua posição estratégica nas redes de transporte nacionais e europeias.

### A economia da Região Centro

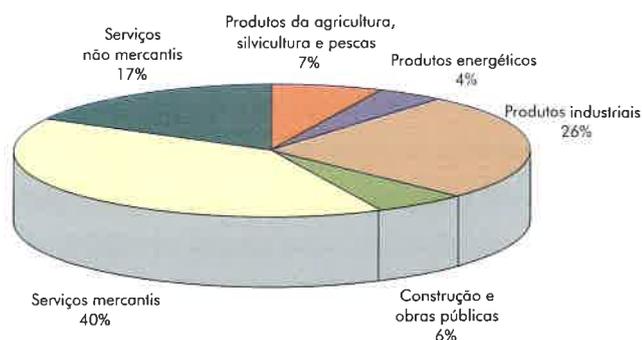
Sectores inseridos em dinâmicas competitivas globais	Sectores tradicionais em crise/risco	Promessas	Agricultura, silvicultura, pecuária
Cerâmica, porcelana, faiança Madeira e papel Componentes automóveis Produtos metálicos (mobiliário) Electrodomésticos, material eléctrico Moldes Químicos Vestuário	Lanifícios Vidros Madeira	Recursos hídricos: águas de mesa e termas Turismo “Amenidades” agro-pecuárias Rochas ornamentais (granitos) Agricultura biológica Fileira da Saúde	Frutas Vinho Batata Leite Floresta

A imagem da Região Centro é, cada vez mais, determinada pela presença de espaços industriais dinâmicos.

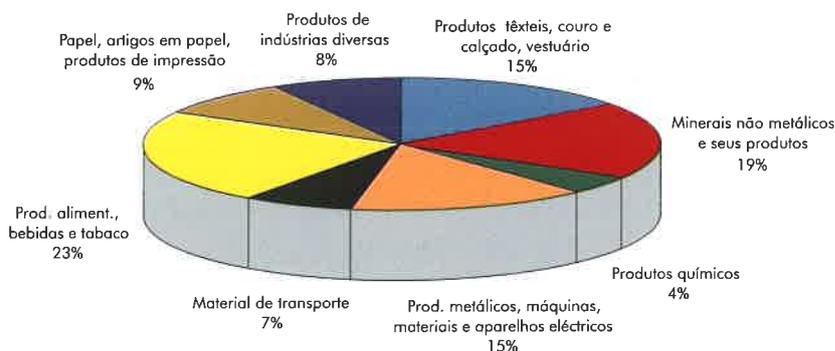
A região tem vindo progressivamente a ganhar peso no emprego industrial nacional, de 16% em 1981 para 17% em 1990 e 18,7% em 1994. Até ao início dos anos 90, essa evolução correspondeu a um crescimento mais rápido do que o do conjunto do país. Posteriormente, a Região Centro tem demonstrado uma melhor capacidade de resistência à perda de empregos formais na indústria.

Esse melhor comportamento verificou-se na generalidade das actividades, nalguns casos (alimentares, produtos metálicos, máquinas e utensílios eléctricos, porcelanas, entre outros) mesmo com crescimento do volume de emprego.

VABpm da Região Centro, por Ramos de actividade em 1994



VABpm da Indústria por Ramos de actividade, para a Região Centro em 1994



Nos últimos anos para que dispomos de dados (1990-1994) a produtividade regional não se deteriorou relativamente à média do País, tendo-se mesmo registado uma melhoria relativa. O reforço do peso da região na economia nacional estará, assim, a ser acompanhado por processos de modernização/racionalização das estruturas produtivas. No entanto, a produtividade média da Região Centro era ainda, em 1994, de 84% da média nacional.

A estrutura produtiva da Região Centro carece de integração a nível regional, em particular no que respeita ao sector industrial.

Na maior parte dos concelhos da região a indústria transformadora é inexistente ou muito incipiente. Nos concelhos mais industrializados, a base industrial é, em geral, composta por diferentes combinações dos seguintes sectores: confecções e vestuário, minerais não metálicos (cerâmicas, em particular), produtos metálicos e metalomecânica ligeira, alimentares e madeiras. Exceptuando a lógica do aproveitamento dos recursos naturais, evidente nas cerâmicas e porcelanas, no vidro e, em menor grau, na madeira e papel, a imagem que ressalta é mais a de uma justaposição de projectos fragilmente ancorados nas economias locais. Os processos que estiveram na sua base (investimentos de origem extra-regional ou investimentos locais por “imitação”) permitem compreender esta desarticulação da estrutura industrial regional no seu conjunto.

Esta desarticulação produtiva ao nível regional propriamente dito não pode, no entanto, fazer esquecer as especificidades intrínsecas de alguns espaços sub-regionais fortemente integrados e coerentes que constituem, em si mesmos, uma potencialidade, na medida em que têm sustentado dinâmicas produtivas dignas de nota. Estamos a referir-nos a situações próximas da figura de “sistema produtivo local” ou de “distrito industrial” que, tendo tido origem e desenvolvimento num determinado concelho, tendem, em período recente, a extravazar essa origem e a espalhar-se, num efeito tipo “mancha de óleo”, a espaços sub-regionais mais vastos: são claramente os casos de Águeda e da sua especialização em actividades da metalomecânica ligeira, produtos metálicos e material de transporte do sector “duas rodas” e da Marinha Grande com uma especialização que, tendo tido origem no sector vidreiro, é hoje, do ponto de vista que aqui nos interessa, particularmente expressiva na metalomecânica, produtos metálicos e máquinas não eléctricas (em particular nos moldes para plásticos) e nos plásticos. As potencialidades ineren-

tes a estas situações territorialmente específicas decorrem não apenas de especializações produtivas coerentes, orgânicas e articuladas, mas também do facto de se tratar de sistemas locais de relações sociais em que os factores de coerência de carácter imaterial endógeno são (têm sido) decisivos. Referimo-nos concretamente a uma fortíssima propensão para a iniciativa empresarial local, para lógicas mistas de concorrência/cooperação entre agentes e de capacidade de afirmação competitiva e de reivindicação colectiva local que, como é sabido, são recursos escassos no país.

A fraca integração da estrutura económica regional representa, simultaneamente, fragilidades e vantagens para a região.

Por um lado, dentro da região, as “cadeias de valor” são muito curtas, frequentemente em resultado das próprias características de algumas produções, para as quais a maior parte do valor acrescentado não resulta das operações de produção (aqui desenvolvidas) mas antes de concepção, imagem de marca, domínio dos circuitos de distribuição e comercialização.

Mas, em contrapartida, a fraca interdependência entre as actividades da região limita a propagação dos efeitos de crises sectoriais e, conjuntamente com especializações intensivas em mão-de-obra, poderá estar na base de um melhor comportamento, pelo menos em termos de emprego, que a indústria regional vem revelando relativamente à média nacional.

Outra importante característica da indústria regional é a de, à excepção dos lanifícios e de algumas actividades mais recentes no domínio das componentes automóveis, se organizar em torno de produções para mercados finais (bens de consumo ou produtos para a construção). Nestes casos o alargamento da “cadeia de valor” terá de ser feito a montante, ficando dependente das lógicas empresariais das unidades produtivas já instaladas e de limiares de escala a nível regional. As lógicas de industrialização de “enclave” e a dispersão de micro-unidades pelos espaços rurais não serão favoráveis a esse alargamento.

O alargamento da “cadeia de valor” a montante poderá passar por uma maior incorporação quer de serviços, quer de qualidade e valor acrescentado nas matérias primas (p.e. nas matérias primas para as cerâmicas).

Não se pode esquecer, no entanto, que também existem possibilidades significativas de alargamento da “cadeia de valor” a jusante, quer pela via da diversificação de produtos quer, por exemplo, através da integração de componentes produzidas

pela metalomecânica, criação de marcas e redes de comercialização próprias. Por outro lado, a existência na região dos referidos “sistemas produtivos locais” com potencialidades para exercerem efeitos de difusão territorial das suas lógicas produtivas (até porque ancorados em sistemas urbanos capazes de os sustentar em termos de um conjunto de equipamentos sócio-económicos e culturais relevantes) pode, se apoiada em políticas públicas convenientemente orientadas e estruturadoras, vir a constituir factor de densificação e de coerência produtiva de uma boa parte dos territórios regionais.

### ESPECIALIZAÇÕES REGIONAIS: Factores de coerência com o território e ameaças/riscos

Região	Especialização	Factores de coerência com o território	Inserção no sistema nacional	Ameaças/Riscos
CENTRO LITORAL	<p>Indústria</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- produtos metálicos (incluindo mobiliário)</li> <li>- material de transporte (componentes, duas rodas)</li> <li>- electrodomésticos e termodomésticos</li> <li>- cerâmica e porcelana</li> <li>- vidro e cristal</li> <li>- moldes</li> <li>- plásticos</li> <li>- pasta para papel</li> <li>- alimentares</li> <li>- químicas</li> </ul> <p>Agricultura</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- vinho</li> <li>- leite</li> </ul> <p>Serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ensino superior</li> <li>- saúde</li> <li>- turismo</li> <li>- apoio tecnológico e I&amp;D</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- mão-de-obra</li> <li>- recursos naturais (argilas, areias, floresta, águas termais, paisagem)</li> <li>- saberes e tradições</li> <li>- “espírito” do meio: sistemas produtivos locais e capacidade de iniciativa endógena</li> <li>- competências tecnológicas e científicas (ensino superior, hospitais universitários e outros equipamentos de saúde, centros de investigação e tecnológicos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- exportação</li> <li>- abastecimento de empresas exportadoras em componentes e produtos intermédios</li> <li>- suporte dos mercados metropolitanos (produtos intermédios e finais)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- falência da pequena agricultura</li> <li>- incapacidade de valorizar e proteger os recursos naturais</li> <li>- desinteresse dos capitais estrangeiros que dominam actividades estruturantes da região</li> <li>- volatilidade dos mercados (p.e. confecções)</li> <li>- incapacidade de ganhar “dimensão urbana”</li> <li>- incapacidade de superação dos défices de factores “avançados” de competitividade: marcas e imagem, controlo dos circuitos de comercialização</li> <li>- incapacidade para fixar e desenvolver serviços qualificantes.</li> </ul>
CENTRO INTERIOR	<p>Agricultura e pecuária</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- vinhos, frutos, azeite, lacticínios (ex.: queijo da Serra), ovinos e caprinos</li> </ul> <p>Indústria</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- lanifícios</li> <li>- confecções</li> <li>- alimentares e bebidas</li> <li>- montagem e componentes automóveis</li> <li>- madeiras (serrações e aglomerados)</li> <li>- pasta de papel</li> </ul> <p>Serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ensino superior</li> <li>- turismo</li> <li>- termalismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- mão-de-obra</li> <li>- localização geográfica</li> <li>- condições geo-climáticas e morfológicas (Cova da Beira, Serra da Estrela)</li> <li>- saberes e tradição</li> <li>- recursos naturais (floresta, granitos, paisagem, águas termais)</li> <li>- tradição e iniciativa empresarial local (Covilhã, Castelo Branco)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- mercado nacional</li> <li>- mercado local</li> <li>- exportação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- volatilidade dos investimentos (confecções, calçado, componentes de automóveis)</li> <li>- ruptura dos mecanismos de transferência de rendimentos</li> <li>- esgotamento de matérias primas (madeira)</li> <li>- despovoamento</li> <li>- “secessão” dos principais centros urbanos (relativamente ao restante território)</li> <li>- falhas na protecção dos recursos naturais e paisagísticos</li> <li>- défices na organização e distribuição da produção e na cooperação empresarial</li> </ul>

## 2. SECTORES INSERIDOS EM DINÂMICAS COMPETITIVAS GLOBAIS

Exceptuando as porcelanas e os moldes para plásticos, a Região Centro não dispõe de grupos económicos industriais de base regional. Outros grupos económicos com sede na região ou são controlados do exterior ou têm, no essencial, uma lógica de distribuição.

A presença de grupos económicos nacionais/internacionais insere-se predominantemente numa lógica de transformação de recursos naturais (cerâmica/porcelana e madeira/papel) ou de comércio.

Recentemente, a instalação/aquisição de unidades produtivas na região por parte de grupos económicos internacionais parece inserir-se mais em lógicas relacionadas com o factor trabalho (binómio custo/competências). É, em particular, o caso de um conjunto de unidades produtoras de componentes para automóveis (embora haja exemplos de instalações associadas a parcerias com empresas de base local). No entanto, têm ocorrido também alguns casos de grupos exteriores à região que aqui centram uma área específica da sua actividade e que, beneficiando do binómio custos/competências, desenvolvem verdadeiras lógicas de organização de grupo no contexto regional ou centram aqui estratégias de internacionalização produtiva.

Importante é ainda a presença de unidades produtivas ligadas a capitais estrangeiros com uma lógica de "enclave". Este tipo de unidades encontra-se principalmente nas indústrias de têxteis, vestuário e calçado e nos produtos metálicos, evidenciando a prevalência de actividades intensivas em mão-de-obra e em que as tecnologias são pouco exigentes em qualificações e implicam fracos custos de formação. A estas produções a Região Centro (tal como o País) oferece distâncias relativamente moderadas aos grandes centros consumidores europeus e mercados locais de trabalho pouco estruturados (nomeadamente nos concelhos do interior) o que permite vantagens de custo, bem como respostas flexíveis e rápidas às solicitações do mercado europeu (p.e. no fabrico de pequenas séries).

Embora a maior concentração de empresas com capitais estrangeiros se situe na parte litoral norte da região e no concelho de Pombal, mais a sul, elas são particularmente importantes no interior onde têm vindo a aumentar em número e onde contribuem de modo decisivo para as dinâmicas industriais e para a criação de emprego, nomeadamente para os jovens. No interior, destaca-se a presença

destas unidades na NUTE III Dão-Lafões e em torno do eixo Guarda-Covilhã-Castelo Branco, embora estas áreas continuem a ter uma participação irrelevante no investimento directo estrangeiro (IDE) em território nacional.

A penetração de grupos económicos estrangeiros, um modelo de industrialização de “enclave” e a forte abertura de alguns sectores tradicionais (cerâmicas, vidro, madeira, papel) começam a dar à região uma forte dimensão exportadora. Nas quatro primeiras posições das exportações regionais situavam-se, em 1995, as máquinas e aparelhos eléctricos, os têxteis e confecções, a pasta para papel e os produtos minerais não metálicos (cerâmicas e vidro).

A Região Centro é ainda relevante nas exportações de produtos metálicos, material de transporte, produtos de matérias plásticas, produtos químicos, produtos da madeira e produtos animais e vegetais.

Algumas empresas (como as de componentes automóveis) estão também indirectamente inseridas na competição a nível internacional pela via de fornecimento de componentes a empresas fortemente exportadoras.

A Região Centro já ganhou algum relevo internacional nos moldes e porcelanas. Nos moldes é patente uma dinâmica de internacionalização, uma vez que se produz para clientes que são empresas de dimensão mundial. Nos produtos metálicos, máquinas (electrodomésticos), componentes auto, material eléctrico e metalurgia é evidente uma forte vocação exportadora e uma forte internacionalização (mercados e capitais estrangeiros). Esta dimensão exportadora não se tem traduzido na afirmação de marcas próprias, sendo os produtos frequentemente comercializados sob marcas estrangeiras.

A região apresenta um núcleo de produções industriais competitivo a nível nacional que abrange as porcelanas, cerâmicas de pavimento e revestimento, artigos de matérias plásticas, moldes e produtos metálicos.

Na porcelana tem relevo um grupo industrial de média dimensão (à escala nacional) a que se associa uma imagem de marca estabelecida (Vista Alegre). A via exportadora é a principal forma de inserção nos mercados internacionais, alguns casos através de filiais comerciais.

As cerâmicas para a construção (pavimento, revestimento, louça sanitária) viveram muito protegidas até à adesão às Comunidades Europeias, tendo então

sido fortemente estimuladas pela invasão súbita de produtos espanhóis e italianos, claramente mais evoluídos do ponto de vista da química dos materiais, do *design* e da qualidade. Neste domínio é inequívoco o elevado potencial existente, dada a abundância e elevada qualidade das matérias primas. As perspectivas favoráveis para estes ramos industriais trouxeram à região um volume muito significativo de investimentos estrangeiros (nomeadamente espanhóis) que têm já presença dominante. A localização na região da associação nacional das cerâmicas (APICER) e de um Centro Tecnológico activo e actuante (CTCV) são elementos importantes no apoio e estímulo às dinâmicas produtivas, à promoção da qualidade e à actualização tecnológica e comercial. De salientar o facto de o CTCV ter criado uma unidade de produção na área dos novos materiais cerâmicos.

O investimento directo estrangeiro tem estado ausente dos moldes. O sector insere-se nos mercados mundiais por via exportadora e, recentemente, começou a explorar a presença directamente produtiva em alguns mercados externos. Sente-se um esforço de afirmação deste sector nos mercados mundiais, pela via da intensificação dos contactos com os mercados de destino e pelos investimentos directos no estrangeiro, pela actualização tecnológica constante em processos e produtos e, também, pelo aproveitamento das novas tecnologias de comunicação como forma de superar a perifericidade da região relativamente aos mercados de destino.

Nos produtos metálicos, a região exporta uma parte considerável da produção. O factor de competitividade é, no entanto e em geral, o baixo preço, frequentemente em detrimento da qualidade e de outros factores como o *design*. O IDE não tem grande significado (embora venha revelando tendência crescente), mas muitas empresas trabalham em regime de sub-contratação. Ramo excepcional dos produtos metálicos parece ser o do mobiliário que, nomeadamente em Águeda, parece revelar capacidade competitiva com base na qualidade e no *design*, exportando parte significativa da produção. Regista-se, neste ramo, a presença de investimento estrangeiro com uma lógica de abastecimento do mercado ibérico.

Os electrodomésticos e material eléctrico são sectores com potencialidades mas de futuro incerto na região.

Nos electrodomésticos/material eléctrico, as poucas empresas de capital nacional que restam são pequenas e fabricam peças ou componentes em regime de sub-contratação, usando como trunfo competitivo o baixo custo da mão-de-obra.

Também nestes sectores parece haver algumas vantagens associadas à relativa proximidade dos principais mercados europeus e a um binómio qualidade/flexibilidade que permite garantir competitividade em fabrico de pequenas séries. No ramo dos electrodomésticos há um certo número de empresas com capital estrangeiro com alguma dimensão que mantêm algum suporte endógeno e preocupações de qualificação dos trabalhadores e de inovação de produto. Há exemplos de empresas (p.e. no sector dos termodomésticos) que conseguiram ganhar posição de excelência nos grupos económicos internacionais em que estão inseridas.

O vestuário (e o calçado) evidenciou um grande dinamismo recente, mas configura-se como um sector de risco, dada a sua elevada volatilidade, principalmente quando se atende à forte presença de capitais estrangeiros. O facto de serem deste sector as únicas empresas que asseguram oportunidades de emprego em áreas profundamente rurais do interior justifica uma atenção particular à sua evolução.

### **3. OS SECTORES EM REESTRUTURAÇÃO**

A Região Centro apresenta uma forte especialização em actividades de elevada vulnerabilidade. A situação de crise vivida nos têxteis e no vidro adquiriu significado particular pela grande concentração territorial destes sectores.

Trata-se de sectores ou ramos de actividade com uma presença dominante de capital nacional, geralmente pouco evoluídos tecnologicamente e muito sujeitos às contingências impostas por produtos similares que são colocados no mercado interno por empresas estrangeiras.

As situações de crise ou de risco nestes sectores são extremamente complexas, passando por dificuldades de acesso ao mercado, por estrangulamentos a nível das qualificações de mão-de-obra ou no abastecimento de matérias-primas (p.e. indústrias da madeira). Frequentemente trata-se, também, de esgotamento do padrão tecnológico: as empresas, em vez de se reestruturarem, refugiam-se em sectores onde a automatização não penetrou. Também frequentemente, as tentativas de diversificação e especialização são impulsionadas pelos clientes e seus agentes, sendo estes que conhecem as tendências dos mercados e dos preços e definem o *design*, pelo que as empresas não têm qualquer controlo estratégico da sua actividade.

## **Os lanifícios**

A crise dos têxteis é, na Região Centro, crise dos lanifícios.

Com concentrações nas abas da Serra da Estrela e presença marcante em Castanheira de Pêra e, ainda, em Porto de Mós, a Região Centro possui cerca de 85% dos estabelecimentos e do emprego dos lanifícios nacionais.

Trata-se de um ramo onde encontramos um importante número de empresas verticalizadas, integrando fiação e tecelagem. O fio produzido destina-se na sua maior parte à tecelagem. O fabrico de mantas e cobertores é diminuto a nível nacional e as malhas têm fraca expressão na região. Existe um número significativo de boas empresas de fiação cuja produção se destina essencialmente à indústria de malhas localizada sobretudo no norte do país.

A produção interna de lã poderá constituir uma vantagem, mas apenas uma pequena parte da lã consumida é de origem nacional.

A fiação e tecelagem terão tido a evolução mais desfavorável dentro do sector têxtil.

As empresas do ramo sofrem de insuficiência de capitais próprios, de insuficiência de fundo de maneo e de baixa rentabilidade das vendas. As empresas de tecelagem têm demonstrado pior situação económica e financeira do que as de fiação.

A crise é antiga e estrutural. O número de empresas associadas da ANIL sofreu uma redução de 40% durante o decénio que terminou em 1994 e a produção teve uma diminuição com algum significado até 1992. Posteriormente ter-se-á verificado uma estabilização da produção num contexto em que algumas empresas realizaram profundas reestruturações e conseguiram elevados ganhos de produtividade, o que pressiona reduções de emprego. Apesar de algumas iniciativas inovadoras, várias empresas continuam a confrontar-se com dificuldades de competitividade e situações económicas difíceis.

A competitividade do sector depende fortemente da sua articulação com a indústria do vestuário. O dinamismo recente do ramo do vestuário não significa alterações estruturais da capacidade de oferta, mas simples resposta à procura, o que originou o surgimento de empresas de grande fragilidade. No vestuário a norma é funcionar-se em termos de “desenho/tecido/amostra”, com os clientes a imporem a importação do tecido (apenas se fornece a mão-de-obra). Por outro

lado, as pequenas empresas do vestuário poderão necessitar de uma maior flexibilidade das fábricas de tecido para uma resposta eficaz a encomendas diversificadas e de pequena dimensão.

As perspectivas são para a redução do volume do emprego, mas a viabilização do sector exige maior qualificação dos recursos humanos. A reconversão dos trabalhadores excedentários não se antevê como processo fácil, o que pode colocar sérios problemas territorialmente muito concentrados.

Além da geração de desemprego, à indústria de lanifícios andam associados problemas ambientais que exigem intervenções pesadas, principalmente a nível de infra-estruturas de tratamento de efluentes.

Apesar destes problemas, os lanifícios são um ramo “onde temos saber e tradição” e onde a crise será mais das empresas do que do sector.

O futuro dos lanifícios passa, decisivamente, pela forma como se articular com a indústria do vestuário e como as empresas (e os empresários) demonstrarem capacidade para a adopção das soluções técnico-financeiras adequadas, a exemplo de alguns casos recentes de incontestável sucesso.

A articulação com o vestuário coloca-se, em particular, em termos de flexibilidade e qualidade de resposta às tendências da moda. Isto significará mais engenharia de equipamentos e de produção, apostas mais fortes na comercialização e maior investimento na concepção.

### **O vidro**

Na Região Centro o vidro é, essencialmente, vidro de embalagem e cristalaria. Marinha Grande é a grande concentração vidreira nacional. O emprego formal neste ramo na região era, em 1996, de cerca de 4500 empregos.

O sector da cristalaria enfrenta riscos de sobrevivência a prazo. As crises por que o vidro manual tem passado criaram graves estrangulamentos económico-financeiros às empresas, a que se associaram outros problemas, como os relativos aos recursos humanos, que degradaram a competitividade sectorial.

As empresas produtoras de vidro de embalagem promoveram reestruturações em geral bem sucedidas e conseguiram uma posição competitiva, com uma forte componente exportadora. Há hoje alguns IDE no sector e pode admitir-se que os

argumentos ambientais a favor do vidro e as possibilidades de reciclagem podem vir a criar perspectivas favoráveis ao sector.

Os problemas no ramo da cristalaria são, normalmente, equacionados como problemas de:

- estrutura financeira das empresas bloqueada, com elevados níveis de endividamento e correspondentes encargos financeiros;
- riscos a nível dos recursos humanos, dada a forte sensibilidade ao saber-fazer do vidreiro, o que levanta a contradição entre a competitividade pelos custos e a capacidade de atracção de mão-de-obra qualificada;
- ausência de estratégias de afirmação no mercado, com os produtos a serem, no geral, vendidos sem marca;
- insuficiente qualidade do *design*, limitando a criação de uma imagem de marca nacional;
- riscos ambientais, agravados pela dispersão das operações de transformação e decoração do vidro liso.

Estas vulnerabilidades adquirem contornos mais pessimistas num contexto em que a União Europeia é excedentária, em que surgem novos concorrentes nos vidros de baixo preço e em que permanece a concorrência de outros produtos sucedâneos do vidro. No entanto, a região da Marinha Grande mantém potencialidades neste ramo e presentemente verifica-se uma elevada procura, estão em curso novos investimentos bem assim como algumas iniciativas criadoras de expectativas positivas quanto à evolução futura (ex. um projecto de criação de uma região demarcada do vidro e um projecto de criação de uma estrutura de formação no domínio das artes vidreiras).

Parece haver consenso, face à saturação de mercados e ao volume de investimentos necessários, que o desenvolvimento do vidro doméstico/decorativo automático não será a aposta a fazer. A criação de condições para a preservação dos saberes e competências do vidreiro surge, assim, como condição de base para a viabilidade do sector na região. Os industriais identificam na carência de condições de transmissão destes saberes o maior risco para a sobrevivência da actividade.

Apesar de todas as diferenças (designadamente as tecnológicas e de implantação territorial) o futuro dos lanifícios e do vidro levanta um conjunto de questões comuns:

- Quer nos lanifícios quer no vidro parecem existir condições estruturais para a sobrevivência destas actividades.
- Em ambos os casos, o saneamento financeiro é condição de viabilidade das empresas.
- Quer no vidro quer nos lanifícios, a marca e o *design* surgem como prioritários para a afirmação no mercado.
- Em ambos os casos há saberes e competências em risco de se perderem.

Para além do vidro e dos lanifícios, onde vêm sendo aplicadas medidas de reestruturação, outros sectores importantes na região estão ameaçados por vulnerabilidades estruturais, designadamente as indústrias da fileira florestal e as químicas.

Os vastos recursos florestais estiveram na origem das indústrias de transformação da madeira na Região Centro. A indústria da pasta para papel, a produção de aglomerados, a fabricação de mobiliário e as serrações competem pelos recursos florestais da região sem que, mais uma vez, se tenha criado uma verdadeira fileira florestal.

Actualmente, o problema é de insuficiência da matéria-prima (com origens principais nos incêndios, nas insuficiências da gestão das plantações e do ordenamento florestal) mas, em simultâneo, poderá vir a acontecer algum desinteresse por explorações florestais marginais (de eucaliptos) face às baixas produtividades e ao surgimento de outras origens fornecedoras.

Há um défice da oferta potencial da floresta face aos consumos actuais. Perspectiva-se assim um período crítico que se espera possa ser reversível. As questões que se levantam são:

- a viabilidade e o tempo necessário à reestruturação das explorações florestais, tendo em conta, em particular, a estrutura fundiária prevalecente;
- a estratégia das empresas no período de carência, com cenários que podem ir desde o abandono e a deslocalização até ao agravamento da depredação dos recursos florestais da região;
- as consequências do surgimento de novos fornecedores (p.e. africanos) de matérias primas, que poderão acelerar o desinteresse pela floresta regional.

Poder-se-á estar perante um desafio em que o risco é o de uma situação de carência conjuntural poder levar ao desinteresse e abandono da floresta, por desa-

parecimento das actividades que actualmente a pressionam. A incapacidade de evoluir para uma gestão empresarial da floresta tornam este risco mais real.

Por seu lado, a química industrial, territorialmente muito concentrada (Estarreja), encetou processos de reestruturação/desindustrialização acompanhados por reforço da dependência de centros de controlo estratégico exógenos ao país, encontrando-se muito dependente de um número restrito de clientes.

#### **4. AS ACTIVIDADES EMERGENTES/AS “PROMESSAS”**

Além das actividades que marcam já o território, na Região Centro podem identificar-se várias áreas produtivas de potencial desenvolvimento ligadas, sobretudo, ao aproveitamento dos recursos e “amenidades” naturais ou à exploração da posição geográfica da região. Nalguns casos verificaram-se dinâmicas recentes que permitiram passar de potencial a efectivas “promessas”.

Uma dessas “promessas” reside na valorização dos recursos hídricos quer no domínio das águas de mesa, quer nos recursos termais. Nas águas de mesa têm vindo a surgir diversas marcas, ligadas a empresas que dominam bem os circuitos de distribuição. Nas termas, existe uma grande diversidade de fontes termais, algumas (p.e. S. Pedro do Sul) tidas como as de maior procura a nível nacional. No entanto, o desenvolvimento termal dependerá da forma como os grandes grupos económicos nacionais se interessarem pela exploração das actividades de turismo e lazer que lhe possam estar associadas.

O turismo é uma potencialidade adormecida. A região já teve projecção nacional no turismo de praia. O património cultural e rural é dos mais ricos do país. A Região Centro dispõe de possibilidades únicas para o turismo de montanha, turismo de inverno, turismo de saúde e reabilitação e turismo de terceira idade. A recuperação e projecção das aldeias históricas e os projectos (privados e públicos) previstos para a região da Serra da Estrela são exemplos de actuações que apontam para que o potencial turístico se torne realidade. Em geral, sentem-se, no entanto, insuficiências em termos de organização da oferta (p.e. inexistência de centrais de reserva para turismo de habitação ou em espaço rural), de organização de “pacotes” integrados de produtos turísticos e de animação.

As “amenidades” ligadas aos produtos agro-pecuários são diversas. Algumas estão protegidas por denominações de origem. Recentemente, assinala-se uma

## O TURISMO NA REGIÃO CENTRO

O turismo é actualmente um sector de actividade importante, prevendo-se mesmo que venha a constituir nos próximos anos a principal actividade económica a nível mundial. Assim, a Organização Mundial do Turismo prevê, para o ano 2020, um valor de receitas do turismo mundial na ordem dos 2 biliões de dólares, estimando que o número de pessoas a movimentar-se seja de 1600 milhões, quase o triplo do actual.

Em Portugal o turismo contribui com 8,0% para o PIB e o crescimento do emprego no sector tem sido superior ao do conjunto da economia, representando hoje cerca de meio milhão de activos se considerarmos os empregos directos e indirectos; em relação às receitas cambiais, o turismo tem contribuído de uma forma notável para o equilíbrio da balança comercial do país.

Apesar do turismo internacional se desenvolver a um ritmo apreciável, Portugal tem mantido as suas quotas, absorvendo, em 1997, cerca de 2,8% das chegadas de turistas a nível europeu e 1,6% dos movimentos mundiais. Portugal, com 10 milhões de turistas em 1997, encontra-se em 18º lugar no *ranking* mundial dos destinos turísticos, tendo sofrido um decréscimo de quatro posições nos últimos 7 anos. As entradas de turistas estrangeiros no País, em 1997, foram de 9,88 milhões de pessoas representando, em relação ao ano de 1996, uma variação positiva de 3,4 %. Registou-se uma estabilização nos 7 dias no que diz respeito à permanência média geral de turistas no País.

A Região Centro registou, no ano de 1996, 1.645.327 dormidas, o que representa um peso no total nacional de 20%.

Os estrangeiros que preferem esta zona de Portugal para passar as férias são, na sua grande maioria, oriundos dos países do Velho Continente, principalmente da União Europeia: no primeiro lugar da tabela estão os Espanhóis, seguidos pelos Franceses e pelos Alemães.

A procura reparte-se por três épocas distintas: uma época bastante baixa nas estações do Outono e do Inverno; uma época média nos meses da Primavera; uma época alta na altura do Verão.

Em termos de capacidade de oferta de estabelecimentos hoteleiros, a Região Centro

registou um crescimento de 2,1% entre 1994 a 1997. O número de estabelecimentos hoteleiros na NUTE II Centro é, no total, de 272 nas diversas categorias, sendo assim a quarta zona de Portugal Continental com maior significado, depois de Lisboa, do Norte e do Algarve.

O desenvolvimento da procura turística depende não só de factores socioeconómicos e culturais relacionados com os consumidores potenciais, como, também, dos parâmetros da evolução da economia global e da oferta designadamente nos domínios da natureza das estruturas de alojamento, das políticas de produto e de preço, dos sistemas de distribuição e comercialização, das estratégias promocionais, da intervenção governamental, das forças empresariais nacionais e das acessibilidades gerais do destino turístico.

Relativamente a estas últimas, a Região Centro dispõe da principal porta de entrada de Portugal por via rodo e ferroviária: a fronteira de Vilar Formoso.

A capacidade de intervenção económica e empresarial contribui grandemente para o desenvolvimento do sector, aumentando a competitividade e internacionalização do mercado turístico. Com o objectivo de dinamizar a economia no sector do turismo foram implementados e desenvolvidos em Portugal vários programas de incentivos, geridos pelo Fundo de Turismo: o SIR, o SIFIT, o Regime dos Financiamentos Directos, a Linha de Apoio às Rotas de Vinho e à Sinalização Turística, Financiamento Bancário e Bonificação de Rendas de Locação Financeira. Para além destes instrumentos, os projectos de investimento no turismo tiveram ainda enquadramento possível noutros sistemas de apoio não geridos pela Fundo de Turismo, designadamente o RIME, o SAJE, o LEADER, o Projecto das Aldeias Históricas, o PAMAF, as ILE.

Destes apoios puderam beneficiar os projectos de investimento em construção, ampliação, modernização, redimensionamento, remodelação e reequipamento de hotéis, estalagens, pensões, hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos, pousadas e turismo no espaço rural, empreendimentos de animação cultural ou desportivos, restaurante e parques de campismo declarados como de interesse para o turismo e agências de viagens.

Da análise efectuada aos diferentes tipos de incentivos ao desenvolvimento da actividade turística na Região Centro, pudémos retirar as seguintes conclusões:

- os processos homologados na Região Centro, entre 1990 e 1997 no âmbito do SIFIT, ascenderam a um montante de 26,5 milhões de contos, 19,2 dos quais relativos a projectos da área de hotelaria.
- quanto aos financiamentos directos, o total de investimento foi de apenas 940,8 mil contos, com uma participação de 471,9 mil do Fundo de Turismo.
- os 100 projectos aprovados pelo Regime de Incentivos às Micro Empresas (RIME) prevêem a criação de 302 postos de trabalho. O valor do investimento total é de 1,4 milhões de contos e o incentivo de 934,9 milhares de contos.
- ao Sistema de Incentivos Regionais (SIR) candidataram-se 101 projectos, tendo sido aprovados 71, que contemplam a criação de 200 novos postos de trabalho. O investimento em custos fixos rondou os 4,5 milhões de contos e o incentivo total 2,3 milhões. A área onde o SIR aprovou mais projectos foi a da NUTE III Dão Lafões.
- dos dados relativos a bonificações de *leasing* atribuídas na Região Centro podemos constatar que o total quer de empreendimentos, quer de equipamentos, globalizou 155,2 milhares de contos, tendo sido a bonificação de 31,8 milhares. A zona do Baixo Vouga foi a que teve maior investimento (71,9 milhares de contos com bonificação de 15,7 milhares).

Com esta panóplia de apoios pretendeu-se lançar as bases para a estruturação do turismo a longo prazo e para a promoção da competitividade durável do nosso destino turístico, através da qualificação da oferta e da melhoria do desempenho das empresas turísticas integradas em sistemas turísticos locais sustentáveis dos pontos de vista ambiental, cultural, social e económico, tendo em conta que os consumidores são cada vez mais exigentes e dão cada vez mais importância à qualidade em detrimento da quantidade.

A emergência do turismo activo, a procura da descoberta e do contacto com a natureza, a aventura, o turismo cultural, a busca de raízes e tradições, o turismo de saúde e o turismo religioso são factores que implicam alterações nos destinos. Ora, para todos estes domínios de procura, que tendem a reforçar-se, a Região Centro tem capacidade de resposta que importa desenvolver e qualificar.

Mas, e uma vez que o turismo é um sector horizontal que se interliga com uma série de outros sectores e actividades, é fundamental que se desenvolvam actuações concertadas e se definam políticas prioritárias integradas em domínios tão diversos como: a reorganização institucional, o ensino e a formação profissional, o ordenamento do território e o planeamento regional e local, o ambiente e os recursos naturais, a cultura, as políticas fiscal e financeira, os transportes e comunicações, o saneamento básico, a segurança e o desporto.

Recentemente o ICEP definiu uma política de *marketing* turístico que, no que respeita à Região Centro, é baseada no plano de desenvolvimento do produto *touring*, assente nas valências património e cultura; nas cidades monumentais; no turismo religioso de Fátima, no alojamento acolhedor e na beleza natural, na tranquilidade e no repouso que a região pode oferecer. A partir destes factores de vantagem da região foram definidos os objectivos estratégicos de aumentar as dormidas de turistas estrangeiros e a estadia média. Para alcançar estes objectivos foram definidas as seguintes acções estratégicas:

- desenvolver um programa de animação à escala regional, apoiado no Património; criar e distribuir roteiros e calendários de animação;
- potenciar o fluxo turístico de Fátima, atraindo-o para mais dormidas espalhadas pela região;
- construir "pacotes" específicos com potencial de colocação em operadores internacionais, com articulação a Norte e a Lisboa;
- vender o produto aos turistas em Lisboa e no Porto.

experiência bem sucedida de organização de circuitos de distribuição (queijo da Idanha), mas a reduzida dimensão das produções é, frequentemente, limitadora do acesso ao mercado. Neste domínio é importante que produtos industrializados não utilizem designações que possam diminuir a imagem de qualidade dos produtos genuinamente regionais.

A Região Centro adquiriu projecção nacional em diversas áreas do saber, com competências acumuladas ao longo de séculos de localização do ensino superior. Um domínio de excelência é a área da saúde na qual têm vindo a ocorrer na região (Coimbra) diversas experiências pioneiras. Tendo em conta as capacidades científicas e tecnológicas instaladas e a qualidade e densidade dos serviços de saúde, têm vindo a ser frequentemente referidas as potencialidades para a criação de uma fileira saúde (serviços, instrumentos, consumíveis,...) nesta região.

Outros recursos locais, ainda subaproveitados, poderão permitir um maior desenvolvimento da aquicultura, da exploração/transformação de rochas ornamentais (granitos), da produção agrícola biológica, etc..

É também possível valorizar as diversas formas de artesanato existentes, se necessário integrando novo *design* e tecnologia para resposta a necessidades e gostos actuais.

Por outro lado, algumas produções de especialização da região (p.e. cerâmica ou “duas rodas”) poderão evoluir para produtos mais sofisticados ou para nichos de mercado específicos.

Hoje, pode-se pensar que a Região Centro, como qualquer outra região, tem condições materiais para a produção de quaisquer bens ou serviços desde que se reúnam as necessárias condições “imateriais”. Entre essas condições imateriais destacam-se duas:

- a existência de um “empresário” que saiba organizar o respectivo mercado, mobilizar os meios de produção e aplicar “pensamento estratégico”;
- a existência de competências técnicas (incluindo de inovação e desenvolvimento) e de saber-fazer (ou, em alternativa, a capacidade para a rápida formação dos recursos humanos).

Também fundamental é a capacidade para organizar a rede logística de abastecimentos e a rede de relações com o “meio” que permita a sustentabilidade do acesso aos recursos locais.

A concepção de um programa integrado de promoção do espírito empresarial na Região Centro deverá ser assumida como a chave para o aproveitamento das oportunidades inerentes a este conjunto de promessas.

## 5. O SECTOR AGRO-FLORESTAL

A importância do sector agro-florestal já não é bem representada pela sua contribuição para a economia nacional uma vez que ele contribui com menos de 5% para o PIB, menos de 4% para a FBCF e com cerca de 10% para o emprego.

### O sector agrário da Região Centro no País

unid.: %

	Nº explor.	VABpm [1990]	Origem do rendimento			Ajudas ao rendimento (1986-94)	Inv. PAMAF (1994-96)
			exclusiv. explor.	principalm. explor.	princ. outras origens		
Beira Litoral	22,7	16,4	10	28	62	3,8	11
Beira Interior	11	8,6	12	24	64	3,4	6
Continente	100	100	12	28	60	100	100

Fonte: GPPAA, "Panorama agricultura e pescas, 1996", ed. MADRP, Nov. 1997

A Região Centro gera 25% do VABpm do sector agrícola do Continente tendo por base um modelo de agricultura onde, à semelhança do Continente, apenas uma pequena parte das explorações assegura integralmente o rendimento do produtor.

A região tem relevância nacional em diversos produtos: de 22 produtos considerados, esta região representa (dados de 1995) mais de 10% da produção nacional em 12 deles. Destaca-se a contribuição regional para as produções de tabaco (mais de 3/4 do total, em especial na Beira Interior, responsável, por si só, por 60,5%), cereja (a região concentra quase 64% da produção deste fruto), feijão (58,7% da produção), batata (41,2%) e arroz (mais de 1/3 da produção, em especial na Beira Litoral).

Os financiamentos públicos não têm acompanhado a importância da região na agricultura nacional. A região recebeu 7,2% das ajudas ao rendimento (acumuladas durante o período 1986-1994) e foram canalizados para a Região 17% dos investimentos do PAMAF (período 1994-96).

## DINÂMICAS DE INVESTIMENTO NA REGIÃO CENTRO

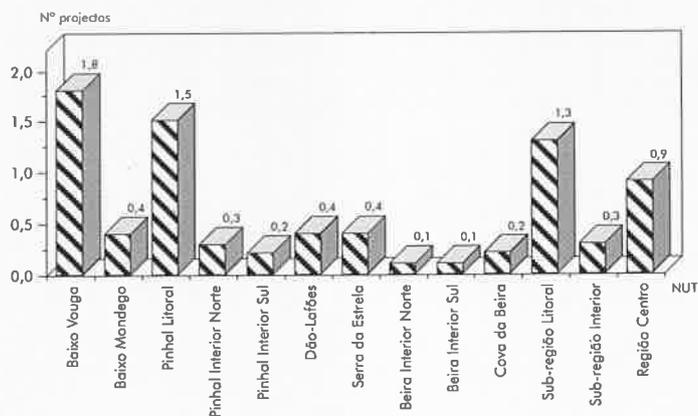
### PEDIP II: projectos aprovados na Região Centro, por sector de actividade

Unid.: Mil Contos

Sector da CAE	Nº de projectos		Investimento		Incentivo		Inv./ projecto	Inc/Inv. %
		%		%		%		
10/14. Indústria extractiva	12	1,3	3 164	1,4	1 467	2,0	264	46
15/16. Indústria da alimentação	40	4,4	7 013	3,1	2 732	3,7	175	39
17/19. Indústria têxtil	48	5,3	20 024	8,8	5 414	7,3	417	27
20. Indústria da madeira	32	3,5	23 622	10,4	6 729	9,1	738	28
21/22. Indústria do papel	36	3,9	15 065	6,6	4 928	6,7	418	33
23. Indústria coque e petróleo								
24/25. Indústria química	93	10,2	24 260	10,7	8 097	11,0	261	33
26. Indústria dos minerais não metálicos	206	22,6	76 474	33,7	22 170	30,0	371	29
27/28. Indústria metalúrgica	146	16,0	20 981	9,2	7 462	10,1	144	36
29/35. Indústria de máquinas e equipamentos	184	20,2	21 016	9,3	8 245	11,2	114	39
36. Indústria do mobiliário	54	5,9	6 272	2,8	2 440	3,3	116	39
37. Reciclagem	7	0,8	490	0,2	240	0,3	70	49
50/55. Comércio, alojamento e restauração	2	0,2	627	0,3	111	0,2	314	18
71/74. Serviços às empresas	30	3,3	4 719	2,1	1 856	2,5	157	39
75. Administração pública	7	0,8	126	0,1	47	0,1	18	37
80. Educação	2	0,2	1 122	0,5	839	1,1	561	75
91. Actividades associativas	14	1,5	1 892	0,8	1 048	1,4	135	55
<b>TOTAL</b>	<b>913</b>	<b>100,0</b>	<b>226 872</b>	<b>100,0</b>	<b>73 833</b>	<b>100,0</b>	<b>248</b>	<b>33</b>

Fonte: MIE, PEDIP.

### PEDIP II: número de projectos por 100 empresas



### SIR: projectos aprovados na Região Centro, por sector de actividade

Unid.: Contos

Sector da CAE	Nº de projectos		Investimento		Incentivo		Inv./ projecto	Inc./Inv. %
		%		%		%		
10/14. Indústria extractiva	13	2,4	1 186 743	3,5	587 672	3,5	91 288	50
15/16. Indústria da alimentação	24	4,3	1 434 048	4,2	682 702	4,1	59 752	48
17/19. Indústria têxtil	35	6,3	2 543 289	7,5	1 192 668	7,2	72 665	47
20. Indústria da madeira	53	9,6	3 621 123	10,7	1 805 209	10,8	68 323	50
21/22. Indústria do papel	10	1,8	689 351	2,0	338 487	2,0	68 935	49
24/25. Indústria química	22	4,0	1 559 158	4,6	745 983	4,5	70 871	48
26. Indústria dos minerais não metálicos	83	15,0	6 497 726	19,1	3 231 424	19,4	78 286	50
27/28. Indústria metalúrgica	43	7,8	2 563 819	7,6	1 288 864	7,7	59 624	50
29/35. Indústrias de máquinas e equipamentos	26	4,7	1 811 319	5,3	832 099	5,0	69 666	46
36. Indústria do mobiliário	43	7,8	2 883 346	8,5	1 407 461	8,4	67 055	49
37. Reciclagem	2	0,4	189 458	0,6	111 827	0,7	94 729	59
50/55. Comércio, alojamento e restauração	186	33,6	8 715 583	25,7	4 333 912	26,0	46 858	50
71/74. Serviços às empresas	13	2,4	249 067	0,7	119 916	0,7	19 159	48
<b>TOTAL</b>	<b>553</b>	<b>100,0</b>	<b>33 944 030</b>	<b>100,0</b>	<b>16 678 222</b>	<b>100,0</b>	<b>61 382</b>	<b>49</b>

Fonte: MIE, PEDIP.

### RIME: projectos homologados até 31/4/98 por NUTE III na Região Centro

Sector NUTE III	Agricultura; Pesca		Construção		Indústria transformadora		Comércio e serviços		Total dos projectos	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Baixo Vouga	1	0,2	3	0,5	15	2,7	78	13,8	97	17,2
Baixo Mondego	1	0,2	1	0,2	6	1,1	42	7,4	50	8,9
Pinhal Litoral	1	0,2	6	1,1	13	2,3	78	13,8	98	17,4
Pinhal Interior Norte			3	0,5	7	1,2	19	3,4	29	5,1
Pinhal Interior Sul					2	0,4	10	1,8	12	2,1
Dão-Lafões	2	0,4			12	2,1	119	21,1	133	23,6
Serra da Estrela					1	0,2	11	2,0	12	2,1
Beira Interior Norte			1	0,2	8	1,4	35	6,2	44	7,8
Beira Interior Sul	1	0,2	1	0,2	5	0,9	17	3,0	24	4,3
Cova da Beira					5	0,9	60	10,6	65	11,5
<b>Sub-região Litoral</b>	<b>3</b>	<b>0,5</b>	<b>10</b>	<b>1,8</b>	<b>34</b>	<b>6,0</b>	<b>198</b>	<b>35,1</b>	<b>245</b>	<b>43,4</b>
<b>Sub-região Interior</b>	<b>3</b>	<b>0,5</b>	<b>5</b>	<b>0,9</b>	<b>40</b>	<b>7,1</b>	<b>271</b>	<b>48,0</b>	<b>319</b>	<b>56,6</b>
<b>Região Centro</b>	<b>6</b>	<b>1,1</b>	<b>15</b>	<b>2,7</b>	<b>74</b>	<b>13,1</b>	<b>469</b>	<b>83,2</b>	<b>564</b>	<b>100,0</b>

Do total das ajudas pagas, em 1996, no quadro do PAMAF, 14% foram-no na região. No entanto, superam este valor as ajudas no domínio da floresta (47,9%, em especial na Beira Interior) e I&D, formação, organização e estudos estratégicos (19,8%).

Dentro de cada região agrária ressalta uma estrutura de apoios ao investimento em que 5 domínios (infra-estruturas agrícolas, apoio às explorações, floresta, I&D, formação, organização e transformação e comercialização) são maioritários, com especial ênfase no caso da Beira Litoral. Aqueles cinco domínios representam 92,5% das ajudas pagas em 1996 nesta região agrária. Note-se o peso da transformação, que concentra 16,6% dos pagamentos na Beira Litoral, constituindo uma aposta na transformação de bens agrícolas de modo a acrescentar-lhes valor.

No âmbito das ajudas ao rendimento, 8 domínios representam a quase totalidade dos pagamentos efectuados. Nota-se a separação entre o Interior e o Litoral da Região. Assim, nesta última área merecem particular realce as culturas arvenses, o leite e produtos lácteos e os bovinos, enquanto no Interior contam muito o tabaco, o azeite, os ovinos e caprinos, as Indemnizações Compensatórias e as medidas de acompanhamento da Reforma da PAC.

**Ajudas pagas em 1996 por produtos**  
(percentagem do total das ajudas pagas na região)

Apoio ao rendimento	Beira Litoral	Beira Interior	Não regional	Continente
Arvenses	29,8	14,7	0,0	27,3
Azeite	5,5	13,1	0,0	6,7
Tabaco	3,1	17,6	0,0	2,4
Leite e produtos lácteos	15,7	2,1	0,0	4,5
Bovinos	10,2	4,0	0,0	10,6
Ovinos e caprinos	4,0	10,8	0,0	7,3
Indemnizações Compensatórias	5,5	11,3	0,0	6,7
Acompanhamento da Reforma	12,6	19,7	0,8	8,2
SOMA	86,4	93,3	0,8	73,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DRABI, Linhas de Orientação Estratégica para a Beira Interior (Sector Agrário)

Como seria de esperar, a agricultura na Região Centro apresenta algumas “mudanças” e algumas “permanências”.

Nas “mudanças” merecem referência:

- a diminuição do número de explorações que, acompanhando o que se passa no conjunto do Continente, atingiu, entre 1989 e 1995, 29% na Beira Litoral e 24% na Beira Interior;
- uma fragmentação crescente das explorações na Beira Litoral (o número de blocos por exploração passou de 6,4 para 7,2 naquele período) e uma evolução de sentido contrário na Beira Interior traduzindo, certamente, ritmos mais elevados de abandono de espaços marginais;
- a afirmação de novas produções ou de novas formas de encarar as antigas produções designadamente no que respeita ao leite, aos ovinos e caprinos, à fruticultura (cereja, p.e.) e ao vinho.

As “permanências” revelam-se na manutenção das debilidades estruturais do sector (deficiente estrutura das explorações, baixas produtividades, envelhecimento dos agricultores, débil associativismo, fragilidade dos circuitos de comercialização) e na manutenção das especializações produtivas (bovinos de leite, culturas permanentes e hortofruticultura na Beira Litoral e culturas permanentes e pequenos ruminantes de leite na Beira Interior) e na grande diversidade na contribuição das explorações agrícolas para os rendimentos das famílias.

Por outro lado, tem havido evolução positiva na afirmação de produtos tradicionais de qualidade, alargando-se a sua protecção e valorização (Denominação de Origem Controlada e Indicação Geográfica Protegida). Estes produtos constituem uma evidente área de potencialidades para a Região Centro. Essas potencialidades reportam-se a:

- queijos: Serra da Estrela, Castelo Branco, Rabaçal;
- carne: borrego da Serra da Estrela, borrego da Beira, carne marinhoa, vitela de Lafões, cabrito de Gralheira, cabrito da Beira;
- frutas: maçã Bravo de Esmolfe, maçã da Beira Alta, cereja da Cova da Beira, pêra Rocha, pêssego da Cova da Beira;
- azeite: Beira Interior;
- mel: Serra da Lousã;
- vinhos: Dão, Bairrada, Lafões, Encostas de Aire, Castelo Rodrigo, Pinhel, Cova da Beira.

## **REGADIO DA COVA DA BEIRA**

1. O projecto de regadio da Cova da Beira compreende as seguintes componentes:

- bloco da Meimoa: barragem da Meimoa  
redes primária e secundária de rega e enxugo  
caminhos agrícolas
- barragem do Sabugal
- circuito hidráulico
- expropriações
- reparação de estradas
- rede de rega, drenagem e caminhos (2ª fase do bloco do Fundão e Covilhã)
- estudos, projectos, gestão e fiscalização da obra e imprevistos

O bloco da Meimoa estará construído e terá custado 3,836 milhões de contos.

A barragem do Sabugal está em construção e tem um custo previsto de 3,887 milhões de contos.

O circuito hidráulico está em concurso público e terá um custo de 1,188 milhões de contos.

As expropriações estarão a iniciar-se e terão um custo previsto de 0,418 milhões de contos.

A reparação das estradas prevê-se que se inicie apenas no ano de 1999 e com um custo de 0,3 milhões de contos.

A rede de rega, drenagem e caminhos (2ª fase do bloco do Fundão e Covilhã) está em execução e terá um custo total previsto de 9,6 milhões de contos.

Finalmente, toda a componente dos estudos, acompanhamento e fiscalização e imprevistos tem um custo total estimado de 0,820 milhões de contos.

O custo total é, assim, de cerca de 20 milhões de contos.

2. A área de regadio é de 17 400 ha (rega por aspersão). A rede primária é constituída por um canal a céu aberto, com uma extensão de 85 km, e a rede secundária será constituída por tubagem, com uma extensão de 700 km.

As redes de drenagem serão constituídas por canais e valas a céu aberto.

O sistema será alimentado por 3 barragens (Capinha, Meimoa e Sabugal), com uma capacidade de  $150 \times 10^6$  m<sup>3</sup>. Produzir-se-á também energia aproveitando o túnel de ligação entre as albufeiras de Sabugal e Meimoa e a água armazenada poderá ser utilizada para abastecimento às populações.

3. As produções propostas são as seguintes: pomares, pastagens, olival, hortícolas e cereais.

## PROJECTO DO BAIXO MONDEGO

O Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Mondego surgiu para dar resposta a várias questões. Em primeiro lugar, a questão das cheias sistemáticas que afectavam seriamente Coimbra e as populações a jusante desta cidade (o Baixo Mondego), depois a questão do abastecimento de água à indústria e às populações. Pode falar-se, ainda, da questão do melhor aproveitamento dos terrenos agrícolas do Baixo Mondego, bem como da produção de energia hidro-eléctrica.

Nos anos 70 iniciou-se a execução de um importante projecto de valorização hidro-agrícola destinado a melhorar as condições da produção nos cerca de 15 000 hectares da planície aluvial do Baixo Mondego e que compreendia a regularização do curso do rio, a implantação de um sistema de rega e drenagem, o emparcelamento da propriedade, a reconversão cultural e a formação dos agricultores. Uma barragem de fins múltiplos (produção de energia eléctrica, regularização dos caudais, abastecimento de água para fins agrícolas, urbanos e industriais e, ainda, desportos náuticos) e um conjunto de obras de hidráulica complementares precederam a realização da componente agrícola do projecto.

Da documentação consultada<sup>(1)</sup> pode concluir-se que se torna necessário realizar as iniciativas seguintes:

- sistema hidráulico primário:
  - obras de regularização e/ou enxugo dos vales secundários do Arunca, Ega e Pranto (margem esquerda do Mondego) e ribeira de Ançã (margem direita);
  - realização do leito periférico esquerdo;
- emparcelamento: cerca de 1 610 ha;
- obras de rega, drenagem e caminhos: em cerca de 9 172 ha;
- modelo operacional de gestão dos sistemas de infra-estruturas hidráulicas e hidro-agrícolas;
- estudos sobre alterações culturais a introduzir nas explorações, por forma a aproveitar melhor as obras já realizadas;
- dinamização dos produtores (extensionismo).

Em síntese, torna-se necessário ainda:

- a) reactivar os estudos, de ordem agronómica e económica, sobre as produções melhor adaptadas às novas situações;
- b) instituir formas de concertação entre organizações de produtores e responsáveis dos departamentos do Estado envolvidos na zona com vista a desenvolver as acções necessárias a um melhor aproveitamento agrícola da área beneficiada;
- c) criar um modelo operacional de gestão dos sistemas de infra-estruturas hidráulicas e hidro-agrícolas que tenha em conta os diferentes utilizadores desses sistemas.

Concebido numa época em que a sensibilidade para as questões do impacto ambiental era muito reduzida, o projecto representou uma forte intervenção no espaço natural, de que resultaram impactos muito negativos nos equilíbrios ecológicos do vale que agora convém corrigir ou minimizar.

---

(1) A. S. Veloso, "O PIDR do Baixo Mondego. Parecer", Dez. 96; A. S. Veloso, "Projecto do Baixo Mondego: um modelo participativo para o aproveitamento e gestão do empreendimento", Jan. 98.

A Região Centro representa cerca de 27% da área florestal do país e a floresta ocupa cerca de 40% da área da região, estimando-se a área potencial em 68%. As principais espécies são o pinheiro bravo e o eucalipto.

A evolução de longo prazo (1974/90) evidencia:

- uma ligeira diminuição da área florestal da Região (-3,9%);
- regressão (-30,6%) da área de pinheiro bravo e acréscimo acentuado (192,9%) da área de eucalipto (para o País encontram-se movimentos do mesmo sentido mas com menor intensidade);
- diminuição do “peso” da área de pinheiro bravo da Região no conjunto do País e acréscimo da área do eucalipto.

Um estudo encomendado pela CCRC, em 1994, tentou avaliar o potencial produtivo, entre 1993 e 2017, das duas principais espécies regionais (o pinheiro bravo e o eucalipto). Esse estudo parte da noção de que a avaliação do potencial produtivo depende do “modelo de silvicultura utilizado, dos agressores externos e da política de fomento florestal”. Entre os agressores externos destacam-se os incêndios florestais. As políticas serão determinantes para a florestação e reflorestação.

Os cenários construídos permitem concluir pelo risco de diminuição do potencial produtivo. No pinheiro bravo, o potencial produtivo tende a diminuir e só os cenários que entram em conta com intervenções decididas em termos de diminuição de incêndios florestais e de fomento florestal admitem o contrário. No eucalipto, o elemento chave para contrariar a diminuição do potencial produtivo é a política de fomento florestal.

A floresta regional encontra-se retalhada entre uma multidão de proprietários, alguns dos quais ausentes (de acordo com o citado estudo é possível estabelecer a existência de mais de 219 mil explorações florestais na região, das quais 48,6% têm menos de 0,5 ha). Sendo muitos e pequenos os proprietários, o “diálogo” com os diferentes poderes (públicos e outros) torna-se bastante complicado e difícil, até porque a esta atomização se junta um individualismo exacerbado que paraliza a acção comum.

Esta fragilidade poderia ser ultrapassada se fosse possível encontrar formas organizativas (associativas) dos proprietários que lhes permitissem ganhar dimensão, escala e visibilidade e que pudessem prestar serviços (desde a informação até ao apoio técnico, à realização dos investimentos nos povoamentos e suas melhorias).

De acordo com o Anuário de 1991 da Direcção-Geral das Florestas, existiam em Portugal 31 Associações de Produtores Florestais, das quais 19 (61,3%) se localizavam na Região Centro. Das 19 que são identificadas como tendo a sua sede nesta região, só algumas são mais ou menos conhecidas. Por outro lado, estas associações são muito diversas, do ponto de vista da estrutura e do figurino jurídico: encontramos cooperativas e uniões de cooperativas mas também associações empresariais.

Verifica-se, assim, que na Região Centro há uma “multidão” de organizações, mas com alguma falha de presença no terreno. Coloca-se, pois, uma dupla dificuldade: a existência de organização(ões) e a representatividade, encontrando-se aqui um dos grandes desafios que se colocam à valorização da floresta.

Um forte investimento no correcto ordenamento e gestão das explorações florestais e na cooperação e organização dos produtores parece ser decisivo para o futuro das actividades económicas ligadas à floresta na Região Centro. O apoio adequado e integrado a actividades que emergem (como o aproveitamento da biomassa florestal para a produção energética) pode dar um contributo fundamental e constituir um travão à desertificação de áreas sensíveis do território. Neste domínio é de destacar o papel que pode ser assumido pelo Centro da Biomassa para a Energia, instalado em Miranda do Corvo, que, enquanto Centro de Transferência de Tecnologia, poderá ser catalizador de novas utilizações dos produtos florestais e dos resíduos da floresta, estando já em curso um projecto de construção de uma Central de Queima para produção de electricidade em Mortágua.

Na Região Centro estão instalados os grandes consumidores de produtos florestais (4 das 7 empresas de celulose do País, a maior parte das empresas de aglomerados, importantes empresas de mobiliário de pinho), pelo que a gestão da floresta é uma questão crucial para o desenvolvimento da região. Também o apoio e incentivo a produções mais nobres e em perda (castanheiros, nogueiras, ...) deve ser tido como elemento essencial.

## PESCAS E AQUICULTURA NA REGIÃO CENTRO

A Região Centro acompanha a tendência nacional de diminuição dos desembarques do pescado tendo-se registado uma quebra de cerca de 12% em 1995/96 e de 7,8% em 1996/97. No entanto, o contributo desta região para a produção nacional é significativo se tivermos em conta que nela apenas existe um grande porto de descarga de sardinha (espécie que corresponde a cerca de metade da produção nacional de pescado).

No que diz respeito às principais espécies que constituem o total de pescado fresco ou refrigerado na Região Centro, por modalidade de pesca, podemos destacar a importância do carapau (2875,6 ton) e do polvo (1101 ton) na modalidade de Arrasto, enquanto na modalidade do Cerco se salienta a importância da sardinha (8711,8 ton).

### Principais espécies na composição do pescado fresco/refrigerado da Região Centro em 1997, por modalidade

Arrasto			Polivalente			Cerco		
Espécies mais relevantes	ton	esc/kg	Espécies mais relevantes	ton	esc/kg	Espécies mais relevantes	ton	esc/kg
Carapau	2 875,6	161,9	Carapau	939,4	204,2	Sardinha	8 711,8	70,6
Polvos	1 101,0	573,5	Berbigão	810,0	52,4	Carapau	119,4	153,2
Lulas	612,6	984,2	Polvos	469,5	728,8	Biqueirão	112,6	443,4
Sardinha	521,3	70,5	Sarda	342,2	97,1	Cavala	52,2	27,5
Faneca	471,1	358,7	Faneca	116,4	409,6	Robalo	3,7	2 647,7
Total da Modalidade	7 436,0	378,3	Total da Modalidade	3 719,5	268,8	Total da Modalidade	9 117,6	77,6

Fonte: Datapescas, 1997. D.G.P.A.

Aveiro e Figueira da Foz são os dois grandes portos de desembarque da Região Centro, atingindo os desembarques os volumes referidos no quadro seguinte.

### Estimativas de desembarque por portos da Região Centro para os anos de 1995, 1996 e 1997

Lotos da Região	1995	1996	1997	Variação (%)	
				96/95	97/96
AVEIRO	5 597,0	8 751,6	7 183,4	56,3	17,9
FIGUEIRA DA FOZ	19 372,6	13 270,9	13 140,9	-31,5	-1,0
TOTAL REGIÃO CENTRO	24 970,4	22 022,5	20 324,3	-11,8	-7,7
TOTAL CONTINENTE	186 186,4	180 221,9	165 602,6	-3,2	-8,1

Fonte: Datapescas, 1997. D.G.P.A.

Os maiores desembarques no porto da Figueira da Foz resultam da actividade da frota de cerco e da artesanal costeira (modalidades com menor expressão em Aveiro). Aveiro, por outro lado, ocupa a primeira posição no que diz respeito à pesca do largo.

O número de embarcações registadas na actividade da pesca na Região Centro é cerca de 1500 distribuídas do seguinte modo: 33 na pesca do largo (com uma média de cerca de 35 pescadores cada); 92 na pesca costeira (arrasto+cerco+polivalentes, com um número variável de pescadores); 1396 na pesca local (em média 2 pescadores cada). O emprego directo gerado corresponde a cerca de 5000 pescadores.

A pesca artesanal/pequena pesca envolve um elevado número de embarcações e é o suporte de numerosas comunidades piscatórias. A depauperação generalizada dos recursos, aliada a outros factores como o aumento do esforço de pesca (motivado pelo desemprego, abate de navios da frota longínqua, etc.), a falta de infra-estruturas e circuitos de comercialização adequadas têm estado na origem de algumas dificuldades no seio de certas comunidades piscatórias, sobretudo no grupo dos assalariados, presentes principalmente nas pescarias da xávega do litoral e do chinchorro da Ria de Aveiro.

Relacionada com o sector das pescas e também em crise encontra-se a produção de sal nos salgados de Aveiro e Figueira da Foz. Esta actividade, no salgado de Aveiro ainda produzia cerca de 30000 toneladas no fim de década de 60. Geradora de grande número de empregos, encontra-se hoje extremamente reduzida.

A produção de sal foi de 5430 toneladas em 1995 e 3361 toneladas em 1996 para uma área de 284,5 ha.

Alguma da mão-de-obra local orientou-se para a pesca local e outras actividades das quais se destaca a produção de peixe nas salinas abandonadas, após transformação adequada das mesmas. A Região Centro dispõe de locais privilegiados para o fomento da aquicultura. Esta actividade está centrada principalmente na engorda de peixes nos dois salgados. Existem, assim, cerca de 70 estabelecimentos de piscicultura semi-intensiva, em salinas devidamente transformadas para o efeito, cuja produção é de cerca de 500 toneladas/ano, produzindo, na sua maioria, as espécies de dourada e robalo. Saliente-se, ainda, a existência de 3 unidades de produção intensiva na Região Centro, no concelho de Pombal (produção de robalo), na Torreira e na Tocha (produção de pregado).

## 6. OS SERVIÇOS

À semelhança da economia nacional, também a Região Centro tem vindo a passar por um rápido processo de terciarização.

No entanto, quer em termos de emprego, quer de produto gerado, é evidente a sub-especialização terciária da região. Essa sub-especialização é particularmente acentuada no que respeita ao ramo das instituições financeiras e de seguros e mais atenuada no que respeita aos serviços não mercantis.

Nos serviços não mercantis, para além das funções administrativas, merecem destaque as funções ligadas ao ensino (presença de três universidades públicas e de 6 institutos politécnicos) e à saúde (com Coimbra a destacar-se pela sua capacidade de prestação de serviços de excelência a nível nacional). É também de salientar a presença, na região, de organizações empresariais de âmbito nacional e de instituições nacionais de apoio às empresas que, não tendo grande impacte em termos de emprego, qualificam particularmente a região e o seu tecido produtivo, exercendo actividade à escala nacional.

É de destacar a importância que se atribui aos Centros Tecnológicos instalados na região (CTCV, CITEVE, CENTIMFE, CET, Centro da Biomassa para a Energia) e cujo o papel é referido mais pormenorizadamente noutro ponto.

No segmento dos serviços comercializáveis – avaliando pelo número de empregos em estabelecimentos com trabalhadores por conta de outrém – a Região Centro tem vindo a crescer a um ritmo mais rápido de que a média do Continente. Essa evolução é mais evidente no sector do comércio, restaurantes e hotéis, embora corresponda, em parte, à substituição do comércio tradicional (de dimensão familiar) por novas formas de comércio de características mais empresariais.

Nos ramos das instituições financeiras e de seguros e serviços às empresas a Região Centro não tem conseguido reforçar o seu peso no contexto do país.

Normalmente o crescimento dos serviços é associado aos processos de urbanização. Contudo, outros processos parecem ser igualmente importantes, destacando-se:

- o aumento do rendimento das famílias e a especialização das estruturas produtivas que, por se traduzirem no acréscimo das trocas (internas e extra-regionais) dinamizam o comércio e os transportes;

- a melhoria da acessibilidade e o acréscimo da mobilidade, gerando deslocamentos e novas procuras (de negócios, de turismo e de lazer);
- a generalização do automóvel e o crescente acesso a equipamentos (domésticos) duradouros, fazendo crescer os serviços de manutenção e reparação;
- a procura de flexibilidade por parte das empresas, levando à externalização de serviços adquiridos a empresas independentes.

Grande parte destes processos estão correlacionados com o nível de desenvolvimento da região. A oferta de serviços irá respondendo à medida que fôr surgindo um nível adequado de procura regional. Os serviços comercializáveis na Região Centro são, sobretudo, deste tipo destacando-se, em primeiro lugar, o comércio.

A Região Centro, com 14,9% dos estabelecimentos e 14,5% do emprego, é a terceira região do país em termos de presença de comércio. A dimensão dos estabelecimentos na região é menor e o comércio por grosso menos importante do que nas regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo.

Na Região Centro – que, com a Região Norte, detêm mais de metade dos feirantes registados na Direcção-Geral do Comércio – ainda têm particular significado as formas tradicionais de comércio, representadas pelas numerosas feiras e mercados que, nos espaços rurais (e mesmo nalgumas áreas urbanas), marcam os modos de vida locais e garantem o abastecimento da população em variados produtos e bens.

Mas as novas formas de comércio estão a ser também adoptados pelas populações que vivem em centros urbanos de menor dimensão e mesmo em áreas rurais, depois de estes terem vindo a ser alvo das estratégias de localização das empresas que controlam as cadeias das grandes superfícies ou mesmo de supermercados. Na Região Centro todas as cidades capitais de distrito - Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Viseu - possuem pelo menos uma grande superfície de retalho cuja área de influência engloba os concelhos limítrofes, além de outros supermercados de grandes dimensões. Outras cidades ou sedes de concelho, em número assinalável, possuem também já estabelecimentos deste tipo, cuja lógica de funcionamento está a introduzir importantes alterações quer na estrutura comercial local (no ramo alimentar e no ramo dos produtos de uso pessoal), quer nos hábitos de consumo das populações locais. Uma cadeia de base regional está mesmo a abrir supermercados de pequena e média dimensão em sedes de concelho de espaços profundamente rurais.

As transformações na actividade comercial passam, também, por outras dinâmicas como sejam a difusão de centros/galerias comerciais que contribuem para o aumento do número e da diversidade de estabelecimentos, desenvolvendo a concorrência com o aparelho comercial local e participando, potencialmente, na sua modernização. Mas, enquanto a Direcção-Geral da Concorrência e Preços, em 1994, contabilizava 42 centros comerciais no Continente, um levantamento no terreno identificava cerca de 100 espaços com essa designação só na Região Centro. Esta situação vem demonstrar a banalização do conceito mas, também, a vulgarização dos locais de comércio e o conseqüente abaixamento do nível das actividades que tendem aí a localizar-se. Apenas alguns dos centros comerciais das principais cidades são espaços onde se encontram “lojas de marca” (nacionais e internacionais), que introduzem uma valorização positiva no comércio local pela qualidade dos seus produtos e serviços, associadas, em muitos casos, a novas formas de integração empresarial (particularmente o *franchising*). Na maior parte dos casos os “centros comerciais” resumem-se a concentrações ocasionais de lojas, não trazendo mais-valias significativas ao tecido comercial já instalado e apenas contribuindo para um aumento de peso do comércio não especializado, de baixa qualidade. Esta situação é particularmente relevante em numerosas sedes de concelho da Região Centro onde pequenos conjuntos de lojas, assumidas pela população local como centros comerciais, se revelam pouco inovadores das actividades comerciais ou introduzem “novidades” pela via da mais baixa qualidade (“lojas dos trezentos”, etc.).

Um segmento importante dos serviços é o da hotelaria e restauração. Dinamizado pela mudança de padrões de consumo da população e pela procura turística, este ramo poderá ter um desenvolvimento significativo apoiado nos produtos turísticos regionais, na posição da região para o fomento de novas formas de “turismo” (científico, de negócios, etc.) e no renome que já atingiram algumas especialidades gastronómicas regionais. Em paralelo, refira-se a proliferação que, por vezes mesmo em espaços rurais, vêm tendo estabelecimentos do tipo bar e discoteca, correspondendo à adopção, tornada possível pelo automóvel, de formas de divertimento e consumo urbanos por parte da população mais jovem.

Não é exagerado insistir no papel do automóvel nestas transformações, talvez mais importante que o seu impacto directo em termos de emprego.

Segundo os números dos Quadros de Pessoal, as actividades do comércio automóvel e de veículos a motor, a comercialização de peças e, sobretudo, a sua manutenção e reparação representaram na região, em 1996, cerca de 16 mil empregos, um pouco mais do que a mesma fonte indicava para o conjunto constituído pelos ramos dos transportes (rodoviários e ferroviários), comunicações, correios e telecomunicações.

A posição estratégica da Região Centro deverá poder vir a traduzir-se no desenvolvimento destes serviços, evoluindo para um conceito mais amplo de serviços de logística.

A Região Centro, não dispondo de grupos económicos de base regional e não possuindo uma praça financeira, terá muita dificuldade no desenvolvimento dos serviços financeiros e de seguros. Há, no entanto, um espaço significativo para o desenvolvimento dos serviços às empresas, não apenas para clientes regionais mas, também, para os grandes mercados da Região Norte e da Região de Lisboa e Vale do Tejo. A qualidade do meio urbano e as condições de acessibilidade ferroviária (horários, frequência e tarifas) das principais cidades da faixa litoral parecem constituir condições necessárias para o desenvolvimento deste potencial.

O desenvolvimento dos serviços da fileira da saúde e do ensino, na Região Centro, está fortemente dependente de apostas públicas (em parceria com os agentes e instituições regionais) e da localização, na região, de grandes equipamentos de âmbito nacional. O exemplo positivo dos centros tecnológicos (cuja capacidade de produção de serviços, incluindo para exportação, deve ser estimulada através da contratualização de projectos e programas com a Administração), deve ser alargado a outros domínios.

Mas o desenvolvimento de um terciário qualificado e qualificante exige que outras condições se reúnam:

- a) a qualificação urbana, com particular atenção aos centros históricos e à entrada das cidades onde tendem a localizar-se caoticamente os mais diversos equipamentos comerciais;
- b) a organização e estruturação de sistemas urbanos territoriais e o fomento de complementaridades entre cidades, permitindo que se atinjam limiares e que surjam sinergias e especializações;
- c) a difusão das novas tecnologias e o desenvolvimento, sobre elas, de novos serviços e relações capazes de atraírem e fixarem empresas prestadoras de

serviços avançados às empresas e às populações. A experiência-piloto das cidades digitais deverá ser objecto de um acompanhamento específico a nível regional.

d) a potenciação das novas centralidades das cidades da região, tendo em vista a sua integração nas redes logísticas nacionais e europeias. Nesse sentido deve dar-se particular atenção aos nós onde confluem diferentes modos de transporte (p.e. Aveiro, Figueira da Foz, Coimbra e Guarda).

Além destas condições, deverá também ser estimulado o acesso aos serviços por parte do tecido empresarial. Este estímulo deverá ir a par das iniciativas (algumas em gestação) de criação de estruturas (sociedades, associações, agências) cujo objectivo é precisamente a oferta deste tipo de serviços.

Finalmente, deverá merecer uma atenção particular o desenvolvimento dos serviços turísticos e a resposta às novas procuras dirigidas aos espaços rurais. A melhoria das acessibilidades está a originar novas relações entre os residentes nas grandes áreas urbanas e as suas regiões de origem, traduzidas em deslocações mais frequentes, investimentos na recuperação ou na construção de habitação, aquisição de produções locais, etc.. Estas novas relações – que devem ser apoiadas – significam novas procuras de equipamentos, serviços e espaços que, sobretudo em espaços rurais de baixa densidade, colocam desafios particulares.

## CENÁRIOS PARA A REGIÃO CENTRO

Módulo	Cenário tendencial	H1	H2
Iniciativa empresarial e controlo estratégico da economia regional	<p>Internacionalização sem controlo estratégico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- disjunção inicial dos projetos produtivos/ inovação e controlo do acesso aos mercados;</li> <li>- centros de iniciativa e decisão fora da região.</li> </ul>	<p>Desinteresse dos capitais estrangeiros pelas produções regionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- desaparece a vantagem ligada aos custos e surgem novos concorrentes agressivos;</li> <li>- permanência de capitais estrangeiros ligados a recursos naturais.</li> </ul>	<p>Qualificação e controlo da economia regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- conhecimento dos mercados e domínio dos circuitos de comercialização;</li> <li>- capacidade de criação da procura.</li> </ul>
Estrutura produtiva	<p>Predomínio da indústria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- vestuário em subcontratação;</li> <li>- metalomecânicas: peças e componentes;</li> <li>- estrangeiros dominam a cerâmica estrutural, de pavimento e revestimento e louça sanitária ;</li> <li>- vidro responde a procura crescente ou suficiente</li> </ul> <p>Agricultura: resistem produções agrícolas de qualidade ou produções agro-pecuárias sem problemas de mercado.</p> <p>Fraco desenvolvimento dos serviços e do turismo.</p>	<p>Crise na indústria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- forte declínio do têxtil e vestuário;</li> <li>- reconversão endógena dos metalomecânicos;</li> <li>- forte presença das cerâmicas e resistência da indústria da madeira (depredação de recursos).</li> </ul> <p>Agricultura: sector de refúgio; pluriactividade.</p> <p>Multiplicação da oferta de serviços banalizados</p> <p>Grande estímulo ao desenvolvimento do turismo.</p>	<p>Terciarização:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- indústria intensiva em serviços;</li> <li>- desenvolvimento de serviços avançados de "exportação" (pessoais e empresariais).</li> </ul> <p>Forte desenvolvimento do turismo</p> <p>Surgimento de clusters dinâmicos à volta dos moldes, do vidro e cerâmica, das metalomecânicas e dos lanifícios.</p> <p>Abandono da madeira e reestruturação florestal.</p> <p>A agricultura explorará os vertentes de maior valor acrescentado e as "amenidades" regionais.</p>
Recursos humanos	<p>Dualização</p> <p>Não qualificação</p> <p>Feminização</p>	<p>Desemprego/migrações</p> <p>Práticas depredadoras do capital humano</p>	<p>Qualificação: quadros e técnicos superiores e médios</p> <p>Dualização e feminização</p>
Mercados	<p>Mercado externo.</p> <p>Competitividade pelo custo.</p> <p>As empresas seguem a procura.</p>	<p>Mercado nacional: função de apoio às duas áreas metropolitanas.</p> <p>Presença nos mercados externos em nichos de qualidade e protegidos.</p>	<p>As empresas criam a procura</p> <p>Estratégias agressivas de conquista de quotas de mercado</p> <p>Presença no mercado mundial, deslocalização de algumas funções empresariais</p>
Relações empresariais e instituições locais	<p>Relações empresariais essencialmente de concorrência.</p> <p>Integração com o exterior da região.</p> <p>Estruturas associativas débeis e pouco participadas: predomínio de estruturas locais de vocação sectorial.</p>	<p>Relações de concorrência mais acentuada. Reforço da reprodução por imitação.</p> <p>Surgimento de estruturas de cooperação para a comercialização, mas muito instáveis</p> <p>Estruturas de cooperação horizontais e de captação de novos investidores de iniciativa pública.</p>	<p>Formas inovadoras de cooperação/associativismo no acesso ao mercado, no acesso à inovação, no acesso ao capital e no acesso ao design e à formação.</p>
Organização do território	<p>Consolidação de formas de industrialização e urbanização difusas.</p> <p>Organização por eixos, com resistência das pequenas vilas ao longo dos mesmos.</p> <p>Processos de metropolização no litoral e crescimento das principais cidades do interior.</p> <p>Despovoamento das aldeias.</p> <p>Predominância de fluxos de atravessamento com fracas interações litoral-interior.</p>	<p>Forte declínio das cidades e vilas do interior.</p> <p>Aceleração da perda demográfica do interior mas maior resistência das aldeias.</p> <p>A configuração económica da região fica determinada pela faixa litoral e pelo IP3 , IPS e IP2.</p>	<p>Rede dinâmica de cidades no litoral, tendo em Coimbra o polo estratégico.</p> <p>Um eixo urbano no interior (Guarda/Covilhã/Castelo Branco).</p> <p>Papel fundamental da rede intra-regional de ligações entre as cidades.</p>

## III CAPITAL HUMANO E CONHECIMENTO

### 1. PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS PARA A REGIÃO CENTRO

A evolução futura da população na Região Centro será condicionada pelas dinâmicas das componentes naturais do crescimento e pelos movimentos migratórios.

Num estudo da DGOTDU (1995)<sup>(1)</sup> traçam-se perspectivas que apontam para que no Continente, até 2001, o peso da população nas NUTE III da faixa litoral oeste aumente 1,1 pontos percentuais em termos de evolução natural e 1,8 entrando em linha de conta com os movimentos migratórios, contrapondo-se assim ao movimento de decréscimo das restantes NUTE.

Prevê-se que a Região Centro assista a uma diminuição do seu peso relativo no Continente, quer por via da evolução natural, quer por via dos movimentos migratórios (ver quadro seguinte)<sup>(2)</sup>.

Perspectivas Demográficas

Regiões	População (milhares)			Peso no Continente (%)		
	1991	2001 (H2)	2001 (H4)	1991	2001 (H2)	2001 (H4)
Região Centro	1722	1687	1636	18,38	17,99	17,79
Litoral	902	1687	901	9,63	9,61	9,79
Interior	820	1687	786	8,75	8,38	8,00
Continente	9371	9378	9197	100	100	100

H2 - Evolução Natural; H4 - Com migrações

Fonte: DGOTDU, 1995

(1) "Dinâmicas e Perspectivas Demográficas".

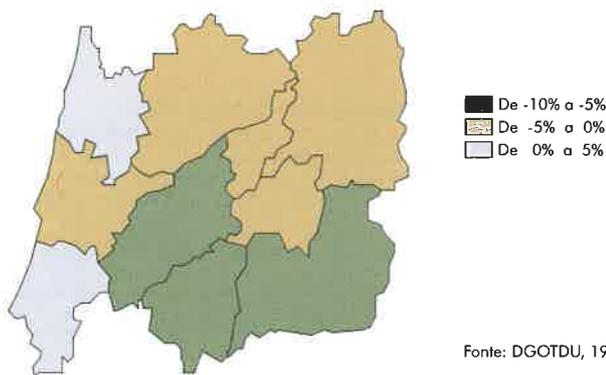
(2) Embora o estudo referido tenha partido da consideração de quatro cenários, o exercício de quantificação da distribuição regional da população levou a concentrar a atenção sobre dois deles: H2, que combina as hipóteses mais favoráveis da evolução natural (fecundidade constante e mortalidade decrescente) e H4, que assume a manutenção dos ritmos dos saldos migratórios do período de 1981-1991.

### O cenário da evolução natural (H2)

Segundo o referido estudo, neste cenário a evolução natural garante o crescimento da população no Baixo Vouga e Pinhal Litoral. As restantes NUTE III apresentarão decréscimos demográficos cuja importância está muito relacionada com o seu estado demográfico em 1991. Os valores extremos referem-se ao Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul com diminuições de 9,9% e 7,4%, respectivamente.

Prevê-se que a população em idade activa (considerando a população dos 20 aos 69 anos) cresça em todas as unidades territoriais da Região Centro à excepção do Pinhal Interior Sul e da Beira Interior Norte, sendo o crescimento mais significativo nas áreas com estruturas demográficas mais jovens (Baixo Vouga e Pinhal Litoral).

Perspectivas demográficas 1991-2001 (Crescimento natural: H2)



Como consequência de estarem a chegar à idade activa os jovens nascidos depois de 1975 – período em que se deu um significativo acréscimo dos níveis de fecundidade – prevê-se o rejuvenescimento deste grupo etário e que a proporção da população em idade activa no total dos residentes venha a aumentar. Este aumento não ocorrerá no Pinhal Interior Sul nem na Beira Interior Sul.

Prevê-se também que a relação entre a população dos 50 aos 69 anos e a população dos 20 aos 49 anos registre uma evolução decrescente em todas as NUTE III.

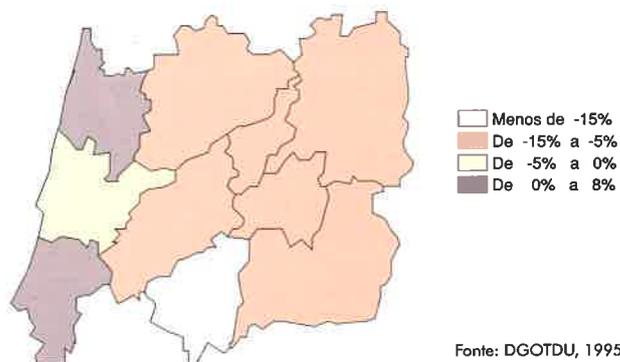
Em todas as NUTE III da região, como consequência da queda da natalidade e do aumento da esperança de vida, a evolução natural será no sentido de índices

de envelhecimento crescentes estimando-se que, da população no Pinhal Interior Sul e da Beira Interior Sul mais de 20% possa ter 70 ou mais anos em 2001.

#### **Assumindo os movimentos migratórios (H4)**

Introduzindo os movimentos migratórios no cenário anterior e admitindo as mesmas probabilidades de saldos migratórios por idades que se verificaram no período 1981-1991, prevê-se, de acordo com o estudo referido, que a maior taxa de atracção na Região Centro, em termos demográficos, venha a verificar-se no Baixo Vouga e que a de repulsão ocorra no Pinhal Interior Sul. Daqui decorrerá o agravamento dos desequilíbrios na distribuição da população. Das NUTE III da Região Centro, crescerá o Baixo Vouga ( $\approx 1,6\%$ ) e o Pinhal Litoral ( $\approx 0,5\%$ ) e, no interior, teremos diminuições superiores a 10% no Pinhal Interior e na Beira Interior Norte.

#### **Perspectivas demográficas 1991-2001 (Crescimento efectivo: H4)**



No período 1981-91 as maiores taxas de repulsão verificaram-se no grupo dos 20 aos 29 anos, tendo o grupo dos 30 aos 39 anos um valor bastante inferior. Tal acaba por ter consequências nos níveis de natalidade e por reduzir o número de nados-vivos relativamente à hipótese de evolução natural, acentuando ainda mais o envelhecimento demográfico (em todas as NUTE III). Os maiores agravamentos dar-se-ão certamente nas áreas com maiores perdas de população devido às migrações.

Estima-se que, nas NUTE da Região Centro, a população com mais de 70 anos represente em 2001 mais de 15% da população, com os valores mais elevadas na Beira Interior e no Pinhal Interior Sul.

A população em idade activa será, devido às migrações, inferior à que resultaria de um cenário de evolução natural, sendo a NUTE III Baixo Vouga, mais uma vez, a excepção.

## 2. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA REGIÃO CENTRO ENTRE 1985 E 1996

Segundo os dados dos Quadros de Pessoal, o emprego na Região Centro<sup>(3)</sup> (sector secundário e terciário) aumentou 28,6% entre 1985 e 1996, tendo crescido 20,2% no sub-período 1985-91 e 6,9% entre 1991 e 1996. Entre 1985 e 1996, foram, então, criados nesta região 73531 postos de trabalho nos sectores secundário e terciário. Estes sectores empregavam em conjunto 330957 trabalhadores, em 1996.

### Emprego em estabelecimentos com trabalhadores por conta de outrem (sem sector primário nem Administração)

CAE		1985	Peso % RC/Con	1991	Peso % RC/Con	1996	Peso % RC/Con	
3	3.1.	Alimentação, bebidas e tabaco	14928	16.2	16957	17.8	17445	20.1
	3.2.	Têxteis, vestuário e couro	36903	12.9	48359	13.2	38984	13.5
	3.3.	Madeira	14513	18.5	15652	19.4	10195	24.5
	3.4.	Papel	7155	15.6	7909	16.0	6659	15.5
	3.5.	Químicas	9436	14.3	9882	17.1	8978	21.0
	3.6.	Produção minerais não metálicos	26024	41.6	29404	42.2	28814	45.6
	3.7.	Metalúrgicas de base	4592	19.5	3669	19.9	1113	12.0
	3.8.	Produtos metálicos e máquinas, equipamento e material de transporte	26588	14.0	34027	17.6	46108	20.9
	3.9.	Outras indústrias transformadoras	582	5.8	978	8.4	164	33.7
	<b>Total 3</b>	<b>Indústrias transformadoras</b>	<b>140721</b>	<b>16.5</b>	<b>166837</b>	<b>17.7</b>	<b>158460</b>	<b>19.9</b>
4		Electricidade, gás e água	3797	15.5	3392	14.7	2577	14.8
5		Construção e obras públicas	21897	14.5	32246	16.5	35757	17.3
6	6.1.	Comércio por grosso	14503	10.4	18218	10.9	20125	12.4
	6.2.	Comércio a retalho	18975	13.4	26256	13.7	43542	15.7
	6.3.	Restaurantes e hotéis	6518	8.4	10271	9.6	15313	11.2
	<b>Total 6</b>	<b>Comércio, restaurantes e hotéis</b>	<b>39996</b>	<b>11.1</b>	<b>54745</b>	<b>11.7</b>	<b>78980</b>	<b>13.7</b>
7		Transporte, armazenamento e comunicações	13778	9.9	16133	11.1	15042	11.8
8		Bancos e seguros	8210	8.0	13023	8.9	8818	9.4
9		Serviços prestados à colectividade	18966	12.7	23115	12.8	31323	11.4
	<b>Total da Região Centro</b>		<b>257426</b>	<b>14.5</b>	<b>309491</b>	<b>14.7</b>	<b>330957</b>	<b>15.4</b>

NOTA: Os dados foram disponibilizados para 1996 pelo CAE Rev.2, sendo o agregação da nossa responsabilidade (os dados não são directamente comparáveis com os dos anos anteriores).

Fonte: M.T.S.

- (3) Não foram considerados os dados dos quadros de pessoal relativos às CAE 1 e 2. Os valores apresentados por esta fonte referem-se apenas a empresas com trabalhadores por conta de outrem.

## A CRIAÇÃO DE EMPREGO NA REGIÃO CENTRO

Segundo os dados dos Quadros de Pessoal, as indústrias transformadoras registaram, no seu conjunto, um ritmo de crescimento de 12,6% (17739 novos postos de trabalho). No entanto, as dinâmicas dos sub-sectores foram bastante diversas: no sub-sector da alimentação, bebidas e tabaco, o número de postos de trabalho aumentou 16,9%; nos têxteis, vestuário e couro, 5,6%; nos sub-sectores da madeira, papel e químicas os ritmos de crescimento do emprego foram negativos: -29,8% (perda de 4318 postos de trabalho), -6,9% (496) e -4,9% (458), respectivamente; na produção de minerais não metálicos foram criados 2790 empregos entre 1985 e 1996 (+10,7%); nas metalúrgicas de base verificou-se uma diminuição considerável no número de pessoas ao serviço, sendo que dos 3479 postos de trabalho perdidos entre 1985 e 1996, 2556 foram-no no período 1991-96. Na fabricação dos produtos metálicos, máquinas, equipamentos e material de transporte a dinâmica foi muito mais favorável (73,4%), embora haja que referir que o número de pessoas empregadas no sub-sector em 1996 não é exactamente comparável aos valores apresentados para os anos anteriores, uma vez que naquele ano estão ali incluídos os empregados da produção de mobiliário de madeira.

O peso relativo do emprego da Região Centro em cada uma das indústrias transformadoras em relação ao Continente aumentou em praticamente todas elas. A excepção foi o sub-sector das metalúrgicas de base, (que diminuiu, entre 1985 e 1996, de 19,5% para 12%). Os sub-sectores com maior significado no total do emprego do Continente eram, em 1996, o dos minerais não metálicos, estando empregado na Região Centro 45,6% (41,6% em 1985) do pessoal ao serviço no Continente, o da reciclagem (33,7%), devido ao facto de 164 dos 486 trabalhadores do Continente ligados a esta actividade estarem empregados na Região Centro, e o sub-sector da madeira. Neste último, a Região Centro empregava, em 1996, 10195 dos 41574 trabalhadores do Continente (24,5%). A Região Centro viu também a sua importância aumentar nos sub-sectores da alimentação, bebidas e tabaco (passando a empregar, em 1996, 20,1% dos trabalhadores do Continente, em vez dos 16,5% registados em 1985) e das químicas (passando de um peso relativo de 14,3% em 1985, para 21% em 1996).

No sub-sector da electricidade, gás e água, 1220 trabalhadores da Região Centro perderam o seu emprego entre 1985 e 1996, sendo que esta acabou por perder peso em relação ao Continente entre 1985 e 1991, mantendo-o a partir de então.

No sector da construção e obras públicas, a variação relativa verificada entre 1985 e 1996 foi de 63,3%, com a criação de 10349 novos postos de trabalho no período 1985-91 e 3511 entre 1991 e 1996. Neste sector, o peso relativo do emprego da Região Centro no Continente aumentou em cerca de 3 pontos percentuais, alcançando 17,3% em 1996.

O sector que apresentou um aumento mais significativo no número de postos de trabalho, entre 1985 e 1996, foi o comércio, restaurantes e hotéis: cresceu 97,5%, passando de um total de 39996 trabalhadores para 78980. Este sector viu mesmo o seu peso aumentar em relação ao total do Continente. O aumento do número de postos de trabalho deu-se essencialmente na área dos restaurantes e hotéis (+134,9%, passando de 6518 para 15313). O comércio a retalho apresenta também um ritmo de crescimento muito elevado, mas isso deve-se em parte ao facto deste número incluir em 1996 o total das pessoas ao serviço na área do comércio automóvel (também por grosso). Tal não impede, porém, que se possa ter registado um aumento significativo do emprego neste ramo.

No sector dos transportes, armazenagem e comunicações, foram criados cerca de 2350 postos de trabalho em 1985-91, levando ao aumento de cerca de um ponto percentual no peso da região no Continente; no período 1991-96 a dinâmica verificada foi já diferente em termos absolutos, com a diminuição do número de empregos (-1091), mas não em termos de peso relativo. Na realidade, a diminuição do número de postos de trabalho foi mais acentuada a nível nacional, permitindo à região aumentar o seu peso relativo no emprego do Continente para 12% no sector.

No sector dos bancos e seguros foram criados 4813 postos de trabalho entre 1985 e 1991 e perderam-se, entre 1991 e 1996, 4205. O peso da região no Continente para este sector aumentou de 8% para 9,4% devido quer ao maior ritmo de crescimento na região em 1985-91, quer ao facto de o decréscimo relativo dos postos de trabalho em 1991-96 ter sido menor na região.

## O EMPREGO NA REGIÃO CENTRO POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Em 1996, das 341643 pessoas ao serviço na Região Centro, 44% exercia as suas funções em empresas de pequena dimensão<sup>(1)</sup>, 29% em micro-empresas, 20% em empresas de média dimensão e apenas 6% em empresas com mais de 500 trabalhadores (ver Quadro).

A importância das pequenas e das grandes empresas no emprego não apresenta grande disparidade entre o litoral e o interior sendo, sim, de notar as diferenças existentes nas restantes categorias de estabelecimentos: as micro-empresas empregam no litoral 27% do pessoal ao serviço enquanto que no interior esta proporção ascende aos 34%; nas empresas de média dimensão a situação inverte-se, tendo o litoral uma maior proporção dos trabalhadores neste tipo de empresas do que o interior (22% contra 17%, respectivamente).

**Número de pessoas ao serviço e peso relativo por classes de dimensão de empresas, em 1985, 1991 e 1996**

Ano	Dimensão das empresas	Litoral		Interior		Região Centro	
		Nº de pessoas ao serviço	Peso %	Nº de pessoas ao serviço	Peso %	Nº de pessoas ao serviço	Peso %
1985	0 - 9	26886	16	20834	23	47720	19
	10 - 99	73236	44	42043	46	115279	45
	100 - 499	47937	29	23090	25	71027	28
	500 +	17583	11	5817	6	23400	9
	<b>TOTAL</b>	<b>165642</b>	<b>100</b>	<b>91784</b>	<b>100</b>	<b>257426</b>	<b>100</b>
1991	0 - 9	38384	19	31805	27	70189	22
	10 - 99	92181	45	53680	45	145861	45
	100 - 499	55373	27	25187	21	80560	25
	500 +	17140	8	8425	7	25565	8
	<b>TOTAL</b>	<b>203078</b>	<b>100</b>	<b>119097</b>	<b>100</b>	<b>322175</b>	<b>100</b>
1996	0 - 9	57192	27	43283	34	100475	29
	10 - 99	95839	45	55215	44	151054	44
	100 - 499	47172	22	21691	17	68863	20
	500 +	14858	7	6393	5	21251	6
	<b>TOTAL</b>	<b>215061</b>	<b>100</b>	<b>126582</b>	<b>100</b>	<b>341643</b>	<b>100</b>

Fonte: M.T.S.

(1) Nesta análise da distribuição do pessoal ao serviço na Região Centro foram consideradas quatro categorias de empresas, definidas segundo o seu número de postos de trabalho: micro-empresas (até 9 postos de trabalho), pequenas empresas (entre 10 e 99), médias empresas (entre 100 e 499) e grandes empresas (com mais de 500 trabalhadores).

O peso da Região Centro no emprego do total do Continente não sofreu grandes alterações entre 1985 e 1991, passando de 14,5% para 14,7%, mas aumentou entre 1991 e 1996, de 14,7% para 15,4%.

Os sectores mais criadores de emprego, no período 1985-1996, foram os dos restaurantes e hotéis e do comércio a retalho (que mais do que duplicaram o emprego tendo criado cerca de 33000 empregos), as indústrias de produtos metálicos, metalomecânica e material de transporte (cerca de 20000 novos empregos) e a construção e obras públicas (cerca de 13000 novos empregos). Os sectores com maiores perdas de emprego foram a metalurgia de base (-3500 empregos), electricidade, gás e água (-1100) e as indústrias da madeira.

O emprego foi criado, neste período, em micro e pequenas empresas. Assim, entre 1985 e 1996 o número de trabalhadores em micro-empresas mais do que duplicou (+111%). Este tipo de empresas viu, pois, fortemente reforçado o seu peso relativo no total do emprego da Região Centro (de 19% dos trabalhadores da região, em 1985, passaram a empregar 29%, em 1996, tendo criado 52750 empregos). Esta tendência verificou-se em todas as NUTE III. O peso relativo das micro-empresas no total do emprego de cada NUTE III oscilava, em 1996, entre 22% (Baixo Vouga) e 42% (Pinhal Interior Sul).<sup>(4)</sup>

Entre 1985 e 1996 o peso relativo do emprego em pequenas empresas na Região Centro não se alterou de modo significativo: em 1985, 45% do total das pessoas ao serviço na região exercia as funções em empresas de 10 a 99 trabalhadores; em 1996 esse valor era de 44%. Contudo, 42% do aumento verificado no emprego da Região Centro ocorreu, neste período, em pequenas empresas: foram criados 35775 postos de trabalho, correspondendo a um aumento de 31% no número de trabalhadores ao serviço deste tipo de empresas.

A capacidade empregadora das médias empresas nesta região diminuiu entre 1985 e 1996. Note-se, no entanto, que se verificaram dois movimentos de sentido inverso ao longo deste período: foram criados 9533 postos de trabalho no período 1985-1991 nestas empresas e perderam-se 11697 entre 1991 e 1996.

---

(4) É provável que o crescimento do emprego neste escalão de dimensão esteja influenciado pela "emergência" de unidades da economia informal já anteriormente existentes.

Assim, tem-se verificado uma quebra no peso relativo das médias empresas no total do emprego da Região Centro. Em todas as NUTE III desta região se assistiu a um decréscimo do peso relativo das médias empresas, sendo tal fenómeno mais evidente no Pinhal Interior Sul e na Beira Interior Norte.

### Varição absoluta e relativa das pessoas ao serviço no Litoral, Interior e Região Centro, por classes de dimensão de empresas

	Var. 1985-1991					Var. 1991-1996					Var. 1985-1996				
	0 - 9	10 - 99	100 - 499	500 +	TOTAL	0 - 9	10 - 99	100 - 499	500 +	TOTAL	0 - 9	10 - 99	100 - 499	500 +	TOTAL
Litoral	11 498	18 945	7 436	-443	37 436	18808	3658	-8201	-2282	11983	30 306	22 603	-765	-2 725	49 419
var. %	43	26	16	-3	23	49	4	-15	-13	6	113	31	-2	-15	30
Interior	10 971	11 637	2 097	2 608	27 313	11478	1535	-3496	-2032	7485	22 449	13 172	-1 399	576	34 798
var. %	53	28	9	45	30	36	3	-14	-24	6	108	31	-6	10	38
Região Centro	22 469	30 582	9 533	2 165	64 749	30286	5193	-11697	-4314	19468	52 755	35 775	-2 164	-2 149	84 217
var. %	47	27	13	9	25	43	4	-15	-17	6	111	31	-3	-9	33

Fonle: M.T.S

Tal como nas médias empresas, também nas empresas com mais de 500 trabalhadores se assistiu, na Região Centro, a uma efectiva quebra do número de pessoas ao serviço, entre 1985 e 1996. Estas empresas têm vindo a perder peso no emprego da região: de 9% (23400 trabalhadores), para 8% (25565) e para 6% (21251 empregados) respectivamente, nos anos 1985, 1991 e 1996.

### 3. O DESEMPREGO NA REGIÃO CENTRO

A taxa de desemprego na Região Centro era de 3,5% em Dezembro de 1997, muito inferior, portanto, à do Continente (6,7%).

Nesta altura encontravam-se inscritos 56095 desempregados nos Centros de Emprego do IEFP na região, dos quais 44941 à procura de novo emprego e 11154 à procura do primeiro emprego. Este valor global de desempregados era muito próximo do registado em Dezembro de 1994 (apenas mais 0,3%), depois de dois anos em que os valores foram muito superiores: 60840 em 1995 e 59879 em 1996.

As mulheres representavam 58% dos desempregados. Os jovens representavam 27%, enquanto que os trabalhadores com mais de 50 anos tinham um peso de 19,5%; o desemprego de longa duração representava 39,1%. Quase 2/3 dos desempregados tinham uma escolaridade inferior a 6 anos (41,5% inferior a 4 anos).

O Relatório do Mercado de Emprego do IEFP referia, então, que a situação deste mercado era estável, não se prevendo agravamento significativo no curto prazo.

Ao longo de 1997, as profissões mais representadas nos novos pedidos de emprego foram: pessoal do comércio e serviços (21,2%), pessoal não qualificado (20,5%) e pessoal administrativo (15,9%). Com significado acrescido aparecia “Quadros superiores, dirigentes ou técnicos e profissionais intermédios” (14% do total de inscritos contra apenas 7% no ano anterior). O IEFP justificava este valor pela promoção e aceitação do seu programa “Estágios”, mecanismo de inserção de jovens recém-licenciados.

#### Desajustamento entre a estrutura profissional da procura e da oferta de emprego na Região Centro (dados de Janeiro de 1998)

Profissões	Saldo da Procura	Saldo da Oferta	Estrutura Procura (%)	Estrutura da Oferta (%)
1.1. Quadros Superiores da Administração pública	9	0	0,0	0,0
1.2. Directores de empresa	683	3	1,1	0,2
1.3. Directores e gerentes de pequenas empresas	44	1	0,1	0,1
2.1. Especialistas ciências físicas, matemáticas e engenharia	670	5	1,1	0,3
2.2. Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde	342	0	0,5	0,0
2.3. Docentes ensino secundário e superior e similares	148	0	0,2	0,0
2.4. Outros especialistas de profissões intelectuais e científicas	1 875	10	3,0	0,6
3.1. Técnicos e profissionais nível intermédio das ciências físicas e químicas, a engenharia e trabalhadores similares	1 238	67	2,0	4,2
3.2. Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde	275	2	0,4	0,1
3.3. Profissionais nível intermédio do ensino	200	4	0,3	0,3
3.4. Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	1 958	66	3,1	4,2
4.1. Empregados escritório	8 611	114	13,8	7,2
4.2. Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e similares	1 276	19	2,0	1,2
5.1. Pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança	6 917	198	11,1	12,5
5.2. Manequins, vendedores e demonstradores	4 758	138	7,6	8,7
6.1. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação animais e pescas	2 292	27	3,7	1,7
6.2. Agricultores e pescadores – agricultura e pesca de subsistência	3	0	0,0	0,0
7.1. Operários, artífices e trabalhadores similares dos indústrias extractivas e da construção civil	2 305	104	3,7	6,6
7.2. Trabalhadores da metalurgia e metalomecânica e trabalhadores similares	2 298	151	3,7	9,5
7.3. Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, trabalhadores das artes graficas e trabalhadores similares	914	23	1,5	1,5
7.4. Outros operários, artífices e trabalhadores similares	4 059	201	6,5	12,7
8.1. Operadores de instalações fixas e similares	643	12	1,0	0,8
8.2. Operadores de máquinas e trabalhadores de montagem	3 409	118	5,5	7,5
8.3. Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipam. pesados móveis	2 919	40	4,7	2,5
9.1. Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	6 765	69	10,8	4,4
9.2. Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	432	9	0,7	0,6
9.3. Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes	5 762	202	9,2	12,8
9.9. Outros trabalhadores não qualificados	1 574	0	2,5	0,0
Total	62 379	1 583	100,0	100,0

As profissões com mais dificuldade de satisfação de ofertas de emprego foram, em 1997, “técnicos e profissionais intermédios” (3,5 meses de satisfação do pedido, em média), “técnicos da metalurgia e metalomecânica” (1,5 meses) “trabalhadores da construção civil” (1,4 meses), “quadros superiores e dirigentes” e “não qualificados” (1,3 meses).

O mercado de emprego regional revela, assim, um desajustamento entre a estrutura da procura e da oferta de emprego, tal como se pode constatar no quadro anterior, embora em todas as profissões o saldo da procura de emprego seja incomparavelmente superior ao da oferta.

Numa análise sub-regional (ver quadro seguinte), verifica-se que, relativamente a 1994, houve melhorias significativas de redução do desemprego na área dos Centros de Emprego (CE) de Figueira da Foz (-16,3%), Marinha Grande (-15%), Pinhel (-14,1%) e Águeda (-8,4%). Em sentido inverso, registe-se a evolução na área do CE de Castelo Branco (+14,5% com origem num agravamento sensível ocorrido principalmente no ano de 1997 e no próprio concelho de Castelo Branco). Outras áreas com agravamento de desemprego neste período foram as dos CE de Arganil (+11,9%), S. Pedro do Sul (+9,4%), Coimbra e Seia (ambas com +9,1%) e Tondela (+5,9%). Em todos estes casos, no entanto, os valores diminuíram relativamente ao ano anterior.

#### Evolução do desemprego registado no período 1974-1997, por Centros de Emprego

Centros Emprego	Dez. 1994	Dez. 1995	Dez.1996	Dez. 1997	var (%) 97/94
Aveiro	6 392	7 719	7 076	6 670	4,3
Agueda	3 031	3 152	2 899	2 776	-8,4
Coimbra	8 549	10 315	11 617	9 323	9,1
Figueira Foz	4 941	4 296	4 445	4 137	-16,3
Leiria	4 890	5 167	4 359	4 632	-5,3
Marinha Grande	1 587	1 658	1 456	1 349	-15,0
Viseu	6 635	7 231	6 472	6 461	-2,6
Tondela	2 048	2 188	2 132	2 168	5,9
S.Pedro do Sul	1 777	2 055	2 044	1 944	9,4
Arganil	1 601	1 793	1 816	1 792	11,9
Sertã	1 329	1 353	1 571	1 378	3,7
Figueiró dos Vinhos	1 104	1 176	1 044	1 093	-1,0
Pinhel	1 117	1 133	973	960	-14,1
Guarda	2 829	3 056	2 850	2 791	-1,3
Seia	1 797	1 801	2 191	1 961	9,1
Covilhã	3 801	4 227	4 272	3 767	-0,9
Castelo Branco	2 527	2 520	2 662	2 893	14,5
Região Centro	55 955	60 840	59 879	56 095	0,3

## Quadro síntese de análise das características do desemprego por Centro de Emprego (Dez. 1997)

Valores superiores à média da Região Centro		Valores iguais ou inferiores à média da Região Centro	
% mulheres desempregadas no total da Região Centro = 59%			
Seia	59,5	Covilhã	53,0
Marinha Grande	60,3	Aveiro	56,2
Arganil	60,4	Coimbra	56,2
Figueiró dos Vinhos	60,8	Águeda	57,5
S. P. Sul	62,3	Tondela	58,1
Figueira da Foz	62,7	Viseu	58,9
Cast. Branco	62,8	Guarda	59,0
Sertã	63,1		
Pinhel	63,2		
Leiria	63,7		
% desempregados à procura 1º emprego no total da Região Centro = 19,9			
Figueira da Foz	20,4	Marinha Grande	10,0
Coimbra	21,7	Aveiro	13,8
Figueiró dos Vinhos	23,1	Águeda	13,9
Seia	24,2	Arganil	16,2
Guarda	25,5	Tondela	16,5
Viseu	25,9	Leiria	16,6
Sertã	28,2	Covilhã	18,5
Pinhel	31,1	Cast. Branco	18,8
		S. P. Sul	19,8
% jovens desempregados no total da Região Centro = 27			
Figueiró dos Vinhos	27,4	Marinha Grande	21,6
S. P. Sul	28,5	Águeda	22,2
Seia	28,7	Aveiro	23,6
Pinhel	28,9	Cast. Branco	24,0
Figueira da Foz	29,2	Sertã	25,8
Arganil	29,5	Tondela	26,0
Guarda	30,7	Leiria	26,4
Viseu	31,5	Covilhã	26,8
		Coimbra	27,0
% desempregados há mais de 1 ano na Região Centro = 39,1			
Águeda	39,6	Figueiró dos Vinhos	29,5
Covilhã	40,0	Tondela	31,5
Aveiro	41,5	Cast. Branco	32,8
Seia	43,4	Pinhel	34,2
Coimbra	43,9	Leiria	34,9
Marinha Grande	44,4	Guarda	36,0
Sertã	52,8	S. P. Sul	36,1
		Arganil	37,5
		Viseu	37,7
		Figueira da Foz	38,5
% desempregados com escolaridade até 4 anos na Região Centro = 41,5			
Cast. Branco	42,1	Coimbra	34,7
Pinhel	42,9	Viseu	37,7
S. P. Sul	44,8	Figueira da Foz	38,5
Covilhã	45,1	Guarda	39,7
Águeda	45,4	Leiria	40,0
Sertã	46,7	Aveiro	41,5
Marinha Grande	47,4		
Tondela	48,0		
Seia	50,5		
Arganil	52,0		
Figueiró dos Vinhos	54,3		

#### 4. EDUCAÇÃO, ENSINO E INVESTIGAÇÃO

Em 1991, 14,4% da população da Região Centro era analfabeta, cerca de 47% possuía o ensino básico primário e pouco mais de 5% tinha um grau universitário ou equivalente.

Actualmente as taxas de escolarização da Região Centro podem considerar-se satisfatórias no conjunto do País, embora com variações para diferentes níveis de ensino.

Segundo dados recentemente publicados pelo Ministério da Educação, as taxas de pré-escolarização são claramente superiores à média do Continente e só excedidas pelos valores registados na Região Alentejo.

Taxa real de pré-escolarização, segundo a idade, por NUTE I e II

NUTE I e II	Idade			
	Total	3 anos	4 anos	5 anos
Centro	64.1	54.1	66.2	72.0
Norte	44.5	35.3	46.1	52.6
Lisboa e Vale do Tejo	57.0	46.3	60.1	65.5
Alentejo	70.3	55.5	72.6	83.1
Algarve	48.2	30.2	52.4	64.1
Continente	53.3	42.8	55.6	62.0

Fonte: Ministério da Educação - DAPP, Estatísticas da Educação 1995.

Taxa real de escolarização nos ensinos básico e secundário, no Continente, por NUTE II

NUTE II	Nível de ensino	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Centro		110.2	82.3	76.3	49.7
Norte		108.7	82.2	74.4	42.5
Lisboa e Vale do Tejo		109.9	89.5	84.7	61.5
Alentejo		106.9	83.5	76.9	53.7
Algarve		121.8	91.2	84.7	59.1
Continente		109.7	84.9	78.5	51.2

Fonte: Ministério da Educação - DAPP, Estatísticas da Educação 1995.

Relativamente ao ensino básico a situação é um pouco diferente. Assim, no que respeita ao 1º ciclo a região está bem posicionada mas para os 2º e 3º ciclos os valores da taxa de escolarização são inferiores à média do Continente e só superiores aos da Região Norte, aquela que apresenta menores valores de todas as NUTE II. Parece, pois, justificar-se na Região Centro um esforço adicional no

sentido de garantir maior participação (e sucesso!) dos jovens nestes níveis de ensino. Aliás, é crucial para o País que se invista fortemente na participação e na qualidade na educação obrigatória nos próximos anos pois ela é a condição primeira para que os cidadãos do futuro sejam capazes e informados, para que se tornem trabalhadores competitivos e para se atenuarem as fortes desigualdades de oportunidades actualmente existentes na sociedade portuguesa para jovens de diferentes extractos sociais.

No caso concreto da Região Centro é necessária uma atenção particular para que não venha a ocorrer, a prazo, desqualificação da mão-de-obra porque esta região tem uma estrutura produtiva que favorece a depredação dos recursos humanos, por entrada precoce na vida activa.

Os alunos inscritos no 12º ano, no ano lectivo 1994/95 eram, na Região Centro, 135728, ou seja, 16,6% do total do Continente. A importância dos cursos tecnológicos e técnico profissionais era de cerca de 10%, valor próximo da média do Continente.

Dos cursos da via de ensino, a preferência dos estudantes na Região Centro ia claramente para as áreas das ciências naturais e tecnológicas (44% dos alunos matriculados), seguindo-se-lhe as humanidades (33%), as ciências sociais e económicas (20,4%) e, finalmente, a área das artes e arquitectura (4,1%). Este quadro revela uma maior preferência pela primeira área na Região Centro do que nas restantes regiões do país, acontecendo o contrário no que respeita à última área referida.

O ensino superior distribui-se, na Região Centro, por 3 universidades públicas (Aveiro, Coimbra e Covilhã) e 6 institutos politécnicos (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu). Para além destes estabelecimentos de ensino superior, podem também encontrar-se na região alguns estabelecimentos de ensino superior privado, ainda que com uma expressão muito inferior (Figueira da Foz, Marinha Grande, Viseu, Castelo Branco, Leiria e Fundão).

No ano lectivo de 1994/95 eram cerca de 51 mil os estudantes que frequentavam o ensino superior na Região Centro, correspondendo a cerca de 17% do total do Continente, quando a Região de Lisboa e Vale do Tejo (cerca de 47%) e a Região Norte (cerca de 30%) concentravam conjuntamente 77% dos alunos do ensino superior.

Contudo, a Região Centro não contribui uniformemente para o ensino superior nas diferentes áreas do saber: é nas ciências exactas e naturais (30,6%), nas engenharias (24,8%), nas letras (22,9%), nas ciências médicas (22,5%), e nas ciências da educação (20,5%) que a região mais se destaca. Este perfil da oferta do ensino superior revela o importante contributo que esta região dá ao país no domínio da formação de nível superior, em particular em áreas cruciais para o apoio ao desenvolvimento económico (engenharias e ciências exactas). Ao contrário, áreas do saber como a das artes (5,1%) e da arquitectura e urbanismo (6,7%) têm pouca expressão.

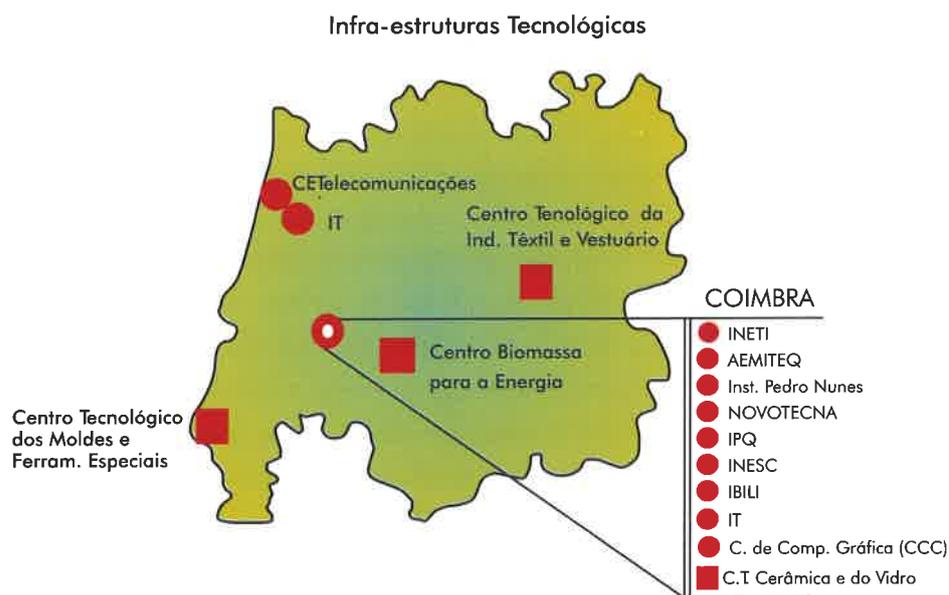
No entanto, as Universidades da Região Centro (à semelhança, aliás, de muitos outros actores importantes) têm tardado em organizar formas de cooperação que lhes permitam racionalizar e potenciar a sua capacidade conjunta para intervir na vida económica e social da região nos vários domínios possíveis (ensino mas, também, investigação, formação profissional pós-graduada e interacção com o tecido produtivo).

## **5. INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO TECNOLÓGICO NA REGIÃO CENTRO**

A Região Centro conta com um conjunto significativo de estruturas de apoio às actividades produtivas que têm vindo a desenvolver um papel fundamental de suporte e promoção dos sectores a que respeitam. Entre elas, destacam-se, para além dos vários centros de investigação ligados às universidades, um conjunto de centros tecnológicos: Centro Tecnológico dos Têxteis e Vestuário (CITEVE) com delegação na Covilhã, Centro Tecnológico dos Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos (CENTIMFE) na Marinha Grande, Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro (CTCV) em Coimbra, Centro de Estudos de Telecomunicações (CET) em Aveiro e Centro de Biomassa para a Energia (CBE) que é um centro de transferência de tecnologia com sede em Miranda do Corvo.

Os Centros Tecnológicos são instituições decisivas para o reforço da competitividade da região e do país pelas competências que detêm e desenvolvem e pela função de interface que desempenham entre as empresas e associações empresariais, as instituições de investigação, ensino superior e formação profissional, as entidades da Administração. Por outro lado, todos eles mantêm

contactos internacionais permanentes, através de projectos conjuntos ou de relações formais ou informais de cooperação e intercâmbio de experiências. Contribuem pois, também por esta via, para a actualização dos conhecimentos produtivos e tecnológicos, para a importação de tecnologias e para a internacionalização produtiva do país.



Apesar de serem uma base activa e actuante de apoio à modernização das actividades produtivas, os CT vivem hoje condicionantes várias ao financiamento da sua actividade que os têm vindo a compelir a adoptar lógicas de funcionamento e de obtenção de recursos algo à margem da sua vocação inicial de prestação de serviços tecnológicos avançados e de inovação e desenvolvimento.

O problema é particularmente pertinente porque:

- para responder em tempo útil às necessidades das empresas suas clientes, os CT necessitam de rápida capacidade de resposta às evoluções tecnológicas, o que exige volumes de financiamento significativos.
- pelas restrições orçamentais que vivem, os CT não conseguem garantir remunerações competitivas aos seus quadros séniores pelo que estes tendem, uma vez formados pelos CT, a sair para empregos nas empresas mais bem

remunerados. Daqui resulta uma permanente sangria de certas áreas funcionais que, por vezes, origina quebras na capacidade de resposta dos CT. Eles enfrentam, portanto, um problema de constituição e permanência de um quadro técnico compatível com as suas necessidades. Os CT têm vindo a procurar atenuar este problema através da prestação de estágios intercalares ou finais a licenciados em fase de formação.

Face a este estado de coisas, impõe-se o reequacionar do quadro de financiamento destas instituições e o encontrar soluções num relacionamento com o Estado, assente numa base de contratualização de serviços, que viabilize e assegure aquelas funções que correspondem à vocação mais nobre e estratégica destas instituições para o país. Um domínio importante a contemplar deveria ser a intervenção junto das PME, empresas que, pelas suas próprias características e limitações, muito raramente acedem àquele tipo de serviços. Não porque não os necessitem mas porque não dispõem de informação nem dos meios materiais e humanos adequados. Para colmatar estas dificuldades, o Estado deveria contratualizar com os CT um programa de apoio tecnológico a este universo empresarial (tão importante na economia nacional), numa base contratual e obedecendo a procedimentos fáceis e desburocratizados.

### ***CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos***

O CENTIMFE tem como principais clientes os sectores dos moldes para plásticos, metalomecânica, plásticos e moldes para vidro e presta serviços nas áreas da qualidade, produção de partes especializadas dos moldes ou outras peças para as indústrias metalomecânicas, calibrações. Procurando acompanhar todas as áreas de intervenção estratégicas para o futuro da indústria dos moldes, o CENTIMFE tem projectos em todas elas: nos domínios da protótipagem rápida (está envolvido no projecto de criação de uma rede nacional de protótipagem rápida), maquinaria de alta velocidade e acabamento rápido de superfícies, na substituição de materiais e no desenvolvimento de novos produtos ou componentes, tendo em vista diminuir os tempos de concepção e fabrico e valorizar os moldes; no domínio das telecomunicações e das novas tecnologias da informação, procurando dotar-se de novos recursos em hardware e software, tendo em vista encurtar a distância relativamente aos clientes e aumentar a velocidade de transmissão de grandes

quantidades de dados; no domínio da formação p.e. através de um mestrado em engenharia de polímeros que montou e lecciona em colaboração com o departamento de Eng. de Polímeros da Universidade do Minho, para quadros de empresas do sector dos plásticos; na sensibilização das crianças e jovens para as profissões industriais, participando no projecto "Pense Indústria".

O CENTIMFE trabalha, assim, em estreita colaboração com a associação nacional do sector dos moldes - CEFAMOL – e com o Centro de Formação do mesmo sector –CENFIM.

### **CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro**

O CTCV é um dos mais antigos CT do país (com 12 anos) e é em geral considerado "um exemplo" pelos seus pares. Trabalha fundamentalmente para a indústria cerâmica de pavimento e revestimento e louça sanitária, tendo tido um papel essencial na sua modernização tecnológica e na melhoria da qualidade de produtos e processos. Outros sectores, como o do papel e pasta, são também clientes importantes deste CT. O CTCV tem vindo a procurar desenvolver a sua actividade junto da indústria vidreira e junto dos ramos da cerâmica em que ainda não intervem de forma significativa: cerâmica estrutural e faianças. Para tal, tem vindo a trabalhar em colaboração estreita com a associação nacional do sector - APICER - e com as empresas e outras entidades. Os contactos com entidades estrangeiras é muito intenso, não apenas em termos de cooperação mas, mesmo, de exportação de serviços.

O CTCV criou e mantém em funcionamento a única empresa de produção dos novos materiais cerâmicos existente no país o que, só por si, lhe permitiu ganhar competências técnicas e tecnológicas valiosas, pela exigência deste tipo de produção. Hoje, esta unidade é importante como fonte de financiamento do próprio CT.

### **CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário**

Este CT, com sede em Vila Nova de Famalicão, tem uma delegação na Covilhã que presta apoio privilegiado às múltiplas empresas de têxteis e lanifícios da Região Centro. Mas a actividade deste CT estende-se para fora da região, atingindo Lisboa e Setúbal.

As unidades tecnológicas do CT prestam serviços no domínio da certificação de produtos (tendo como clientes grandes empresas internacionais), consultoria científica e tecnológica no âmbito da tinturaria, fiação, confecção, apoio ao desenvolvimento de protótipos para novos produtos (*design*, qualidade dos materiais) e investigação no âmbito de projectos com outros parceiros da UE em áreas como o *design* ou o ambiente. O CT também actua no domínio da formação, nomeadamente para pós-graduados, tendo criado uma escola tecnológica, em parceria com a Universidade da Beira Interior.

### **CET - Centro de Estudos de Telecomunicações**

O CET constitui o maior pólo de I&D de Aveiro e um dos maiores de Portugal e, ao longo dos seus 45 anos de existência, tem tido como missão assegurar e coordenar a actividade de investigação e desenvolvimento tecnológico e de serviços, com impacto directo nos negócios da Portugal Telecom.

São objectivos deste pólo de I&D:

- desenvolver e apoiar a implementação de serviços e soluções que satisfaçam as necessidades dos clientes;
- demonstrar novos serviços e tecnologias, contribuindo para a sua introdução comercial na empresa;
- adquirir e difundir conhecimentos que garantam a competitividade da empresa no mercado nacional e internacional;
- assegurar e dinamizar a formação em tecnologia e serviços da Portugal Telecom;

São eixos estratégicos de intervenção do CET: a investigação aplicada e o desenvolvimento de sistemas de telecomunicações, os serviços de engenharia, a formação tecnológica e de serviços.

Os domínios em que o CET tem desenvolvido acções de I&D estão relacionados com o desenvolvimento de redes (digitais com a integração de serviços – RDIS; inteligentes – IN; comunicação de banda larga – IBC e CATV), serviços de valor acrescentado, gestão de redes de telecomunicações (TMN), comunicações móveis e comunicações ópticas, certificação e conformidade de equipamentos, comunicações multimédia, tecnologia de software e sistemas periciais, bem como processamento digital de informação.

Esta actividade tem contado com a cooperação com outros organismos de I&D, sejam estas Universidades e Institutos de I&D nacionais e internacionais, bem como a participação activa em projectos de I&D integrados em programas europeus e comunitários (EUROSCOM, ACTS e TELEMATICS).

Os projectos EUROSCOM são realizados em parceria com operadores europeus de telecomunicações e procuram dar resposta a necessidades de I&D definidas pelos operadores tanto a nível das redes e sistemas como dos serviços e aplicações. A participação em projectos EUROSCOM possibilita ao CET partilhar da estratégia de desenvolvimento tecnológico dos outros operadores europeus de telecomunicações participando em iniciativas que lhes permitem manter uma posição competitiva a nível de conhecimentos tecnológicos com interesse directo no negócio das telecomunicações.

Um outro projecto em que o CET se envolveu, o TRENDS, tem como objectivo implementar uma rede telemática Europeia destinada aos professores do ensino secundário, no âmbito da qual se pretende que venha a ficar disponível um sistema de treino remoto em técnicas de aquisição e transmissão de conhecimento.

Através do projecto WOLF, foi estabelecido um consórcio com trinta empresas (dos distritos de Viseu, Aveiro e Guarda), a quem foram disponibilizados meios que lhes permitam colocar em rede os respectivos catálogos numa utilização comercial da Internet visando a promoção de empresas e emprego em regiões em desenvolvimento.

Para além dos projectos em que o CET está envolvido, as realizações mais significativas alcançadas repartiram-se pelos temas de protecção e restauro de redes, evolução da arquitectura das redes e testes de interligação. O CET continua, também, empenhado no desenvolvimento de ferramentas que garantam a qualidade de transmissão dos circuitos de longa distância.

### ***CBE - Centro da Biomassa para a Energia***

Não se trata, neste caso, de um Centro Tecnológico mas de um Centro de Transferência de Tecnologia o que se traduz, desde logo, pela não participação do Estado no capital e na gestão.

O CBE tem vindo a desenvolver uma actividade importante no estudo de diagnóstico da biomassa florestal da Região Centro através, nomeadamente,

daquele que pode ser considerado o seu projecto fundador: um projecto de caracterização da biomassa florestal de 8 concelhos (biomassa residual, resíduos das serrações, etc.) recorrendo a uma metodologia própria do CBE, desenvolvida em colaboração com a Escola Superior Agrária de Coimbra e a Universidade de Trás-os-Montes. O projecto foi, posteriormente, alargado a 29 concelhos. Foi a partir deste projecto que se tornou possível ao CBE projectar a central termoelétrica de biomassa actualmente em construção no concelho de Mortágua. Permitiu também cativar para o projecto e para o CBE algumas empresas e instituições com interesses energéticos importantes (incluindo a própria EDP).

O CBE desenvolve intensa colaboração com a Universidade de Coimbra que passa pela realização de estágios, projectos e laboratórios conjuntos e participa em vários projectos comparticipados pela UE.

O CBE faz também diagnósticos e auditorias ambientais para empresas (analisa fumos em chaminés e caracteriza poeiras, fumos, gases e análise de ruídos) o que lhe permite que algumas das maiores empresas químicas do país sejam suas clientes.

O CBE está agora a tentar estudar a lixeira de Coimbra, uma vez que o lixo, pelo seu conteúdo (muito orgânico) constitui uma potencialidade interessante para aproveitamento na produção de biogás.

Os principais clientes do CBE são da Região Centro. Mas no domínio do ambiente distribuem-se de Lisboa ao Norte.

A central de Mortágua é um projecto conjunto entre o CBE e a EDP que vai permitir a produção de electricidade equivalente ao consumo de 35000 habitantes. Os argumentos para o envolvimento da EDP no projecto relacionam-se com a participação de Portugal nos objectivos da UE de duplicar até 2010 a produção a partir de energias renováveis.

O grande desafio neste domínio é criar o embrião de um mercado nacional dos resíduos florestais, provando que são um negócio rentável. Para isso seria essencial reestruturar os sistemas de gestão de incentivos de limpeza das florestas de modo a que estes passassem a ser pagos por tonelada entregue na central. Há que não esquecer o potencial de criação de emprego desta actividade: a central de Mortágua criará 30 postos trabalho directos e 400 indirectos!

### **IPN - Instituto Pedro Nunes**

O Instituto Pedro Nunes (IPN) - Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia, foi criado em 1991 na sequência de uma iniciativa da Universidade de Coimbra. Instituição de direito privado, de utilidade pública, sem fins lucrativos, promove a inovação na área científica e tecnológica, com o objectivo de transferência de tecnologia do sistema de investigação para o tecido empresarial, seja através de infra-estruturas tecnológicas próprias, seja servindo de interface entre laboratórios e investigadores dos seus associados ligados ao sistema científico e tecnológico e o sector produtivo.

Para o cumprimento deste objectivo prioritário da sua acção, o IPN construiu em Coimbra, no pólo II da Universidade, um Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia que integra diversas infra-estruturas tecnológicas de apoio à indústria. De entre estas infra-estruturas destacam-se uma incubadora de empresas, três laboratórios de desenvolvimento, que constituem no seu conjunto o INTIMAT (Instituto de Novas Tecnologias de Informação, Materiais, Automática e Telecomunicações) e dois laboratórios de ensaios e certificação. Nestas infra-estruturas são desenvolvidas um conjunto de actividades científicas e técnicas, principalmente investigação aplicada e desenvolvimento experimental e, em menor percentagem, alguma investigação fundamental.

São associados efectivos do IPN diversos organismos públicos e privados, dos quais se podem destacar o IAPMEI, IPE, INETI, AIP, núcleos empresariais (Castelo Branco, Guarda, Leiria e Coimbra) bem como a banca (CGD) e diversas empresas (Revigrés, EDP). Existem projectos de I&D em que outras empresas e/ou participantes estão envolvidas. As principais motivações e expectativas dos associados, no que diz respeito à participação no IPN, relacionam-se com a necessidade e a vantagem de obter tecnologia mais facilmente e com custos mais baixos, bem como aproveitar oportunidades de inovação.

### **CCG - Centro de Computação Gráfica**

O Centro de Computação Gráfica, constituído em 1993, é uma associação científica, tecnológica e de formação, sem fins lucrativos e de natureza privada, com uma íntima relação com a Universidade de Coimbra, suportada por um conjunto diversificado de associados e com ligação à primeira Rede Internacional

de Centros de Computação Gráfica, INI-GraphicsNet, com pólos na Alemanha (Darmstadt e Rostock), EUA (Providence) e Singapura. A formação do CCG aproveitou a sinergia introduzida por actividades de I&DT multiculturais e multinacionais.

Para além de disponibilizar a Computação Gráfica enquanto tecnologia básica, funciona como ambiente de transferência tecnológica para Portugal, apoia os investigadores e estudantes nos seus trabalhos de investigação e pedagógicos e desenvolve projectos de investigação aplicada para instituições públicas e privadas.

A realização dos seus objectivos compreende a participação do CCG em projectos de I&DT e de transferência tecnológica em Portugal, a participação conjunta com os outros Centros da Rede INI-GraphicsNet em programas europeus apoiados pelos fundos da UE, bem como a participação em programas para o desenvolvimento e apoio dos países africanos e latino-americanos.

No Centro de Computação Gráfica estabeleceram-se, ao longo da sua existência, uma série de áreas de competência especial relacionadas com: ambientes virtuais; aplicações médicas; ensino e treino (local e à distância); comércio electrónico; teletrabalho; desenvolvimento de Produtos (sistemas CAD e outros), tecnologias e sistemas Multimédia (Internet e Web, CD-ROM, desenho gráfico e multimédia).

### ***IBILI - Instituto Biomédico de Investigação da Luz e Imagem***

O IBILI, é um instituto de investigação interdisciplinar, integrado na estrutura da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, dedicado à investigação básica e clínica da interacção entre a luz e a vida.

O IBILI centra a sua actividade em 3 áreas clínicas: oftalmologia, dermatologia e farmacologia. Alguns grupos de investigação dão apoio a estas três áreas clínicas, os quais centram a sua actividade em áreas como a neurobiologia, fotobiologia, biofísica, processamento de imagem, desenvolvimento de instrumentação e biomateriais. O IBILI possui cinco departamentos de investigação, onze unidades laboratoriais e dois laboratórios de maior capacidade, podendo ser utilizados por grupos de investigação com projectos financiados.

A investigação no IBILI pretende estabelecer métodos de diagnóstico cientificamente fundados e novos conceitos de terapia baseados na compreensão dos

processos relacionados com a interacção entre a luz e a vida. Centra-se no estudo das neurociências, investigação cardio-vascular, actuando com um ênfase especial na área da diabetes. A investigação neurosensorial, centrada no olho e na pele, é também uma das suas principais actividades.

O objectivo estratégico do IBILI é o atingir níveis de excelência e integração de investigação básica e clínica que preencha todos os requisitos exigidos pela UE, na identificação dos Centros de Investigação Clínica.

A relação que mantêm com a Associação de Apoio ao Instituto Biomédico de Investigação da Luz e Imagem (AIBILI) – organização privada sem fins lucrativos, para apoiar a transferência de ciência básica para a prática clínica e para o mercado da saúde –, e com outros dois grupos de investigação, consolida o seu estatuto de Centro de Investigação Clínica da UE.

### ***AIBILI - Associação de Apoio ao Instituto Biomédico de Investigação da Luz e Imagem***

A associação AIBILI, que inicialmente foi a entidade dinamizadora do IBILI, é uma instituição que reúne diversos Departamentos da Universidade de Coimbra, empresas e outras instituições de apoio à investigação, e tem como objectivo principal a realização de I&D para empresas na área da saúde (procura corresponder às necessidades de desenvolvimento da indústria portuguesa e da comunidade europeia na área das novas tecnologias biomédicas e da saúde, bem como no desenvolvimento de novos medicamentos). É, por isso, uma instituição de interface Universidade-Indústria, de cariz fundamentalmente multidisciplinar (reúne biólogos, físicos, químicos, farmacêuticos, médicos e engenheiros). Em Portugal, é o único Instituto de Novas Tecnologias na área da Saúde da rede PEDIP.

Dos associados da AIBILI fazem parte algumas entidades públicas e privadas (INETI, IPE, ACIC), bem como diversas empresas ligadas ao sector farmacêutico e de instrumentação.

A AIBILI é constituída por três unidades tecnológicas: o Centro de Ensaios Clínicos (CEC), o Centro de Estudos de Biodisponibilidade (CEB) e o Centro de Novas Tecnologias Médicas (CNTM).

A AIBILI dispõe ainda de recursos técnicos e humanos altamente especializados, estando preparada para colaborar com as empresas no desenvolvimento global

do seu produto, desde os estudos experimentais iniciais até aos ensaios clínicos finais. Segue as Boas Práticas Clínicas (CGP) e as Boas Práticas de Laboratório, estando certificada para o efeito.

## **IV A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL**

### **1. REGIÃO CENTRO: INFRA-ESTRUTURAS DE ARTICULAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO NACIONAL**

A Região Centro é um território incontornável na articulação entre as duas áreas metropolitanas do País, e deste com o norte e centro da Europa.

Até há pouco território de “fronteiras”, a Região Centro ganhou nova centralidade e até as “margens” do interior da região têm hoje uma relevância nacional específica como suporte de infra-estruturas estratégicas para a internacionalização do país, para a integração do território nacional e para as relações inter-regionais.

Esta posição e este enquadramento devem ser potenciados, não apenas no sentido de possibilitarem, um desenvolvimento equilibrado e sustentado da Região Centro, mas enquanto elemento decisivo para uma estratégia e um modelo de afirmação do território nacional no contexto europeu. Isso passa necessariamente por inverter a tendência de bipolarização e de concentração humana e económica nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, pelo que, para a Região Centro, não são indiferentes os impactes que irão ser gerados pelos grandes investimentos que venham a ser assumidos pelo País, em particular, os realizados e gerados nas e pelas duas referidas áreas metropolitanas, como é, especificamente, o caso do novo aeroporto de Lisboa.

O desenvolvimento futuro da Região Centro não pode, igualmente, deixar de acompanhar as problemáticas e os desafios que, no âmbito de uma economia cada vez mais globalizada e condicionada pela evolução do processo de consolidação e alargamento da União Europeia, se colocam a Portugal. Importa, nomeadamente, encontrar formas de recentrar a posição do País, uma vez que o aprofundamento e o alargamento da União Europeia a leste, terão como resultado mais imediato o acréscimo duma certa periferia.

O reforço das infra-estruturas de acessibilidade, energéticas ou de telecomunicações é imprescindível para uma correcta organização do território da Região Centro, sustentadora dum desenvolvimento económico e social harmonioso, e para o desempenho do papel que decorre da sua posição no contexto nacional e comunitário. Mas a acessibilidade não é apenas questão de infra-estruturas, passando também de forma decisiva:

- pelo reforço dos sistemas urbanos e da rede de cidades da região;
- pelo desenvolvimento das funções e equipamentos urbanos, que sejam factor de qualificação e de complementariedade a nível regional e nacional e assegurem ou permitam o reforço da capacidade de concorrer e interagir com os espaços ibérico e europeu;
- pelo desenvolvimento de capacidade de serviço de transportes, seja nos modos terrestre, marítimo ou aéreo e em particular, no desenvolvimento e potenciação das articulações intermodais que, estruturando a Região Centro, sirvam o País.

Por isso, a posição estratégica da Região Centro justifica que aqui se deva concentrar um conjunto significativo de investimentos estruturantes (públicos e privados) a perspectivar no período 2000-2006, dando sequência a projectos como o de extensão da rede de gás aos principais centros urbanos da faixa central e raiana da Beira e o Projecto da Ligação Intermodal (de acessibilidade), que claramente reconhecem e potenciam a particular posição da região.

As acessibilidades são, claramente, um elemento estratégico no desenvolvimento da Região Centro.

### ***Infra-estruturas rodoviárias***

Trata-se do domínio de maior impacte e transformação, a nível nacional, nos últimos doze anos, na sequência da aprovação do Plano Rodoviário Nacional (PRN85) e dos montantes financeiros que tem sido possível canalizar, nomeadamente através dos Fundos Estruturais e de Coesão.

Aquele plano integrava cerca de 10 000 km de vias: a rede fundamental (IP), com cerca de 2700 km, e a rede complementar (IC e outras). Destes, aproximadamente 2624 km situavam-se na Região Centro. Assinale-se que uma fatia importante (quer em plano, quer do realizado) respeita a infra-estruturas que se integram no designado Corredor Norte-Sul, ligando Lisboa e Porto, verificando-se lacunas que limitavam bastante qualquer estratégia de desenvolvimento na área fora deste corredor. Por isso, já em 1989, a CCRC elaborou uma proposta fundamentada de revisão que, sinteticamente, correspondia a um acréscimo de cerca de 770 Km.

## Ligação Multimodal Portugal-Espanha/Europa



Fonte: Projecto Prioritário: Corredores e Eixos de Transporte

Foi entretanto apresentado e aprovado o novo Plano Rodoviário (PRN 2000) que, para além da inclusão do nível Estradas Regionais, assume, na Região Centro, um acréscimo do número de quilómetros de estradas e a inclusão de novos itinerários complementares, a saber: o IC 12 - ligando os IP 3 e IP 5, entre Mangualde e St<sup>o</sup> Comba Dão e, a partir desta vila, ao IP1, num novo nó da AE do Norte em Anadia (proposta já contida no PROT-CL); IC 31 – ligando Castelo Branco (IP 2) à fronteira de Monfortinho; IC 26 – ligando Trancoso (IP2) a Lamego.

Na figura seguinte apresenta-se a rede rodoviária fundamental ou base, estruturante do desenvolvimento da Região Centro. Esta figura contém elementos já assumidos (redes) e outros que traduzem apenas uma visão prospectiva de como se podem originar novas centralidades na região (terminais e interfaces).

O nível de execução do PRN na região é relativamente baixo e a totalidade dos itinerários previstos está por concluir ou em obras de reconversão, embora a programação aponte para alteração significativa desta situação até ao ano 2000. Por outro lado, se estão em execução ou programadas as grandes ligações de âmbito regional e inter-regional, são notórias na região as insuficiências das malhas “capilares”, nomeadamente os grandes estrangulamentos nos acessos dos centros urbanos às auto-estradas e IP.

### ***Infra-estruturas ferroviárias***

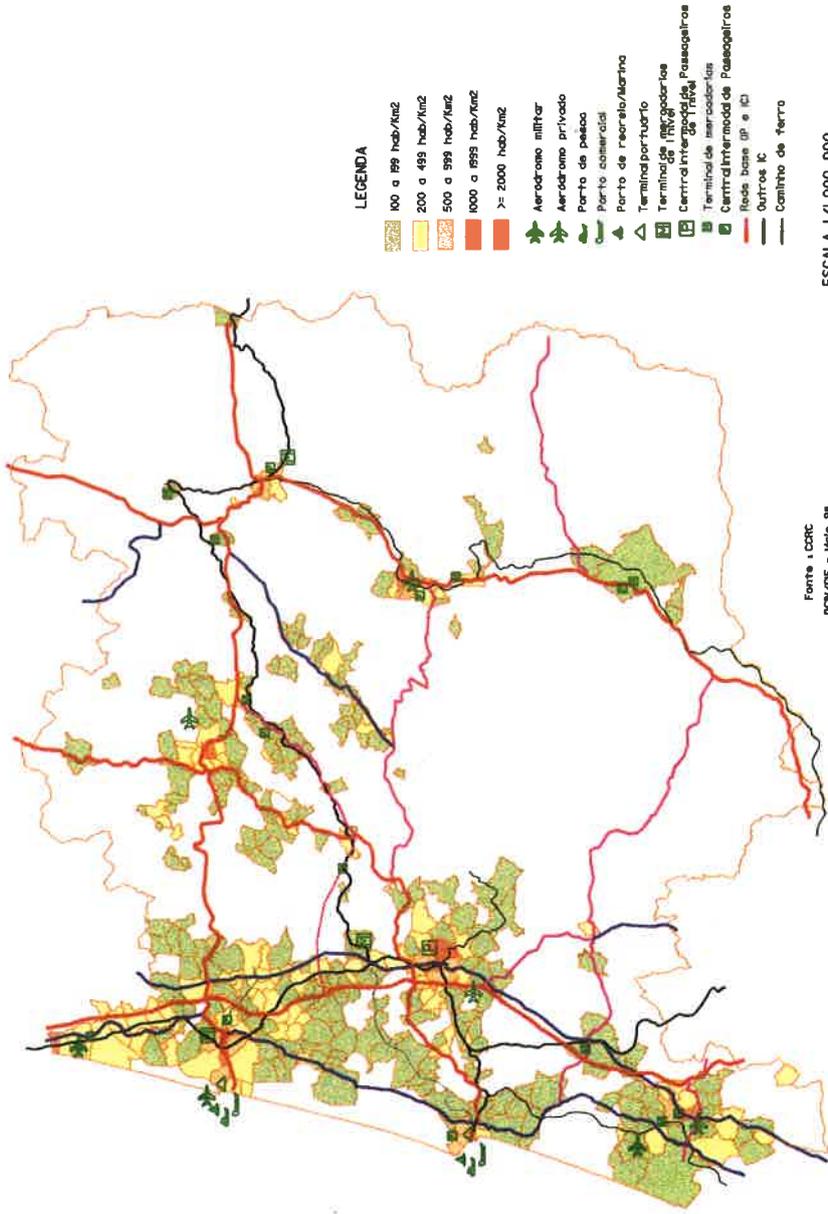
A rede de infra-estruturas ferroviárias que serve a Região Centro inclui o sistema base nacional, constituído pela Linha do Norte (em processo de renovação e reordenamento a fim de possibilitar a introdução de comboios rápidos) e pela linha da Beira Alta (classificada de interesse transeuropeu e recentemente electrificada e em processo final de renovação e modernização possibilitando, igualmente, a introdução de comboios rápidos).

Devem ainda ser destacadas a Linha da Beira Baixa (também considerada no projecto intermodal) e as linhas do Oeste e da Lousã.

### ***Infra-estruturas portuárias***

Na área da Região Centro destacam-se dois importantes portos comerciais – o de Aveiro e o da Figueira da Foz –, os quais dispõem de infra-estruturas especializadas para a movimentação de mercadorias de natureza diversa, a reforçar no

**REGIÃO CENTRO**  
**Accessibilidades - Infra-estruturas de Transporte**  
**Rede Base e Articulação Intermodal (Prospectivas)**



caso do último, para além de disporem também de zonas acostáveis para as pescas e embarcações de turismo, áreas que importa promover.

Para além de contribuírem para o desenvolvimento sócio-económico desta área, assumem também (sobretudo o de Aveiro) uma função complementar em relação ao porto de Leixões. A sua importância pode mesmo crescer de forma significativa com o provável aumento dos transportes de cabotagem.

No caso do porto de Aveiro está assegurado o acesso permanente ao porto em qualquer estação do ano, verificando-se fundos estáveis. Este porto possui terraplenos que se encontram folgadoamente dimensionados e equipamento adequado e adaptado às necessidades do tráfego actual.

O desenvolvimento deste porto está, todavia, condicionado pela criação de um terminal de contentores e pelo melhoramento dos acessos: projecto de ligação ferroviária, existente mas ainda não programado, conclusão e reavaliação da ligação rodoviária (último lanço do IP5 - Aveiro/Barra), ligação sul a partir do IC1.

No caso do porto da Figueira da Foz, embora já objecto de obras da primeira fase do plano geral de desenvolvimento, é considerado mal protegido das ondulções de oeste, o que provoca o respectivo encerramento durante alguns dias de Inverno e agitação em frente ao cais. A este factor acresce ainda o acolhimento dos navios, limitado a 14 pés.

No que se refere ao equipamento, este responde às necessidades do tráfego e os terraplenos estreitos (100 m.) deverão ser aumentados, com o crescimento do porto para nascente (a montante da ponte do Mondego), embora se verifique uma utilização quase sistemática de levantamento directo.

Verifica-se também aqui a condicionante dos acessos, já que não está concretizada a ligação ferroviária, embora prevista no Plano Director do Porto, enquanto o estrangulamento e limitação das ligações rodoviárias só com a conclusão do IP3, do IC8 e do IC1 serão ultrapassados.

### **Rede de aeródromos**

Todas as infra-estruturas aeroportuárias existentes na Região Centro (designadamente os aeródromos de Coimbra, Covilhã, Viseu e Leiria), se integram na rede de aeródromos secundários (ou regionais) apresentando um serviço bastante

limitado, praticamente sem voos regulares nos últimos anos, e quase exclusivamente de passageiros.

Existem ainda outros aeródromos civis, de ajuda ao combate a fogos florestais, e militares como as bases de Maceda, S. Jacinto (também com uso civil no âmbito de protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Ministério da Defesa Nacional) e a de Monte Real. Quanto a esta última, tem vindo a ser proposta e têm sido desenvolvidas diligências para a sua abertura ao tráfego civil, no sentido de satisfazer necessidades de apoio ao turismo, incluindo o turismo religioso (Fátima).

Saliente-se ainda a necessidade de acompanhar e avaliar o processo de escolha e opção que venha a ser feita quando à localização do novo Aeroporto de Lisboa, devendo ser avaliadas as implicações negativas que a sua hipotética não localização na Ota (a Norte de Lisboa) poderá acarretar para a Região Centro.

### ***Infra-estruturas de apoio***

Incluem-se nesta designação todo o conjunto de instalações e espaços, obedecendo a um determinado número de condições (apoio aos utentes e aos operadores) e correspondendo a locais específicos (interfaces) onde se dá início ou terminus a um percurso ou se procede a transferência de modo de transporte.

Assim, no transporte de passageiros, aquelas unidades físicas (“equipamentos”) correspondem às centrais intermodais de passageiros ou centros de coordenação de transportes, e no transporte de mercadorias, correspondem aos denominados terminais de mercadorias ou interfaces rodo-ferroviários.

#### ***A - Centrais Intermodais de Passageiros***

Para este tipo de unidade não se reconhece qualquer conjunto de instalações ou espaços que reúnam, actualmente, as condições adequadas para se assumir, à escala regional, como uma verdadeira central intermodal de passageiros.

Com efeito, apenas se tem generalizado a implantação desses espaços, a nível de sedes de concelho, como terminais de passageiros, representando, portanto, meras “estações de camionagem”.

Denota-se, assim, a falta desses espaços devidamente equipados, onde seja possível incentivar uma correcta coordenação de transportes. Centros urbanos

com determinada dimensão, passíveis portanto de terem uma área de influência significativa, serão os casos mais flagrantes de carência, enquanto a hierarquia dos mesmos corresponderá naturalmente à respectiva hierarquia urbana.

Citam-se os casos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Guarda, Viseu (Nelas), Covilhã, Castelo Branco e Figueira da Foz, onde, para além do aspecto acima referido, emerge a necessidade de tais unidades assegurarem o adequado interface com o sistema de transporte público de nível local.

No caso da cidade de Coimbra importa referir o carácter nacional duma central intermodal de passageiros (interface rodo-ferroviário), já que corresponderá à articulação regional e nacional entre as linhas do Norte e da Beira Alta, e só assim permitirá assegurar o acesso e a utilização pela população da Região Centro aos novos comboios rápidos.

### ***B - Terminais de mercadorias***

No contexto dos espaços e instalações próprias criadas para facilitar operações de transferência de mercadorias, sobressaem os interfaces ferro-rodoviários. Deve, ainda destacar-se a necessidade de interfaces rodo-ferro-portuários em Aveiro e Figueira da Foz.

No caso dos terminais ferro-rodoviários a tendência aponta para a criação de terminais de mercadorias, em função das zonas de produção ou distribuição das categorias de mercadorias mais representativas para o caminho de ferro.

Na área da NUTE II do Centro e sobre a linha do Norte devem merecer particular referência as gares multifunção em estudo e defendidas para Ovar, Aveiro, Pombal, Leiria e Pampilhosa (Mealhada). Pelo menos esta última, que serve igualmente Coimbra, apresenta importância regional/nacional, pela contiguidade com as duas principais linhas (Norte e Beira Alta) e pela proximidade de importantes eixos rodoviários (IP1, IP3, IC2 e IC12). Devem ainda ser referidos as gares/terminais de Santa Comba Dão, Mangualde, Guarda (nó igualmente a privilegiar), Covilhã/Fundão e Castelo Branco.

A análise dos esquemas das infra-estruturas de transportes evidencia bem o novo papel da Região Centro na organização do território nacional e põe em destaque que, uma vez concluídos, estaremos perante um novo factor de reorganização do espaço nacional e regional, traduzindo-se, em particular, no reforço

do potencial de determinados centros urbanos. Parece claro que, dos mapas, se destaca uma posição privilegiada para a Guarda (amarração das vias de acesso internacional e das principais infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias em território nacional), para Coimbra, Viseu e Aveiro, embora a “centralidade” nas infra-estruturas de transportes não represente, só por si, uma condição suficiente de desenvolvimento.

## **2. INFRA-ESTRUTURAS ENERGÉTICAS**

O sector energético constitui factor de primordial importância para o desenvolvimento social e económico e a qualidade de vida de qualquer país ou região. Daí a importância que a introdução do gás natural terá para o desenvolvimento da Região Centro.

Estão já implementados o gasoduto e as principais redes primárias e de distribuição do centro Litoral, projecto que irá ser complementado com o desenvolvimento do gasoduto e das respectivas redes primárias e de distribuição para o interior da região.<sup>(5)</sup>

Assim, todas as principais áreas e eixos urbanos da Região Centro, bem assim como os seus principais núcleos industriais, deverão passar a ser servidas por esta infra-estrutura.

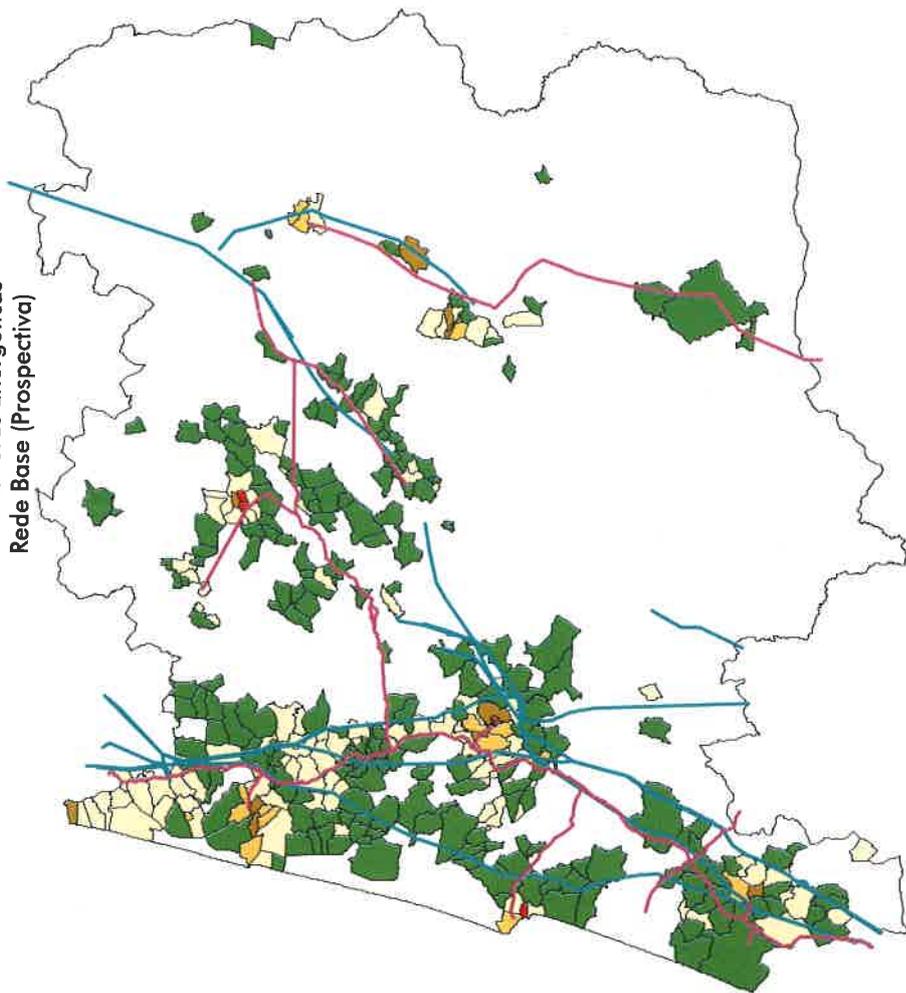
A existência de uma empresa de distribuição de energia eléctrica para a Região Centro – a CENEL –, de outra vocacionada para a produção de energia hidroeléctrica – a HIDROCENEL –, e de 2 empresas regionais para distribuição de gás natural, contribuirão, a nosso ver, para uma resposta correcta às exigências que se conhecem, e a que importa dar satisfação.

A Região Centro possui ainda um potencial energético pouco explorado, nomeadamente nos domínios hídrico (estimando-se que apenas cerca de 30% do potencial esteja a ser aproveitado), eólico e da biomassa (em particular florestal) que importa aproveitar e que, no caso deste último, tem no projecto piloto de Mortágua um bom exemplo.

---

(5) Gasoduto Coimbra-Viseu e Castelo Branco-Covilhã-Guarda. O mesmo foi recentemente objecto de Concurso Público tendo sido já abertas as propostas.

**REGIÃO CENTRO**  
**Infra-estruturas Energéticas**  
**Rede Base (Prospectiva)**



**LEGENDA**

- Densidade Populacional
- 100 a 199 hab/km²
- 200 a 499 hab/km²
- 500 a 999 hab/km²
- 1000 a 1999 hab/km²
- >= 2000 hab/km²
- Linha de Alta Tensão (> 60 Kv)
- Gasoduto

Escala: 1/1.500.000

Fonte: CCRC  
DCIN/GIE - Out.97

### **3. ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL: CENTROS URBANOS E SISTEMAS URBANOS TERRITORIAIS**

Como já foi referido, a Região Centro encerra uma grande diversidade em termos físicos, económicos e sócio-culturais, proporcionando uma matriz regional rica, constituída por sub-unidades territoriais que assumem características bastante diversas. O quadro físico, onde relevam acidentes de grande imponência (sistemas montanhosos como a Cordilheira Central, onde se destacam as serras da Lousã, Açor e Estrela, além das do Caramulo, Gardunha, Malcata, Bussaco, Candeeiros, etc.), adquire um profundo significado na compartimentação do território, na definição e na evolução do povoamento, bem como na estruturação do sistema urbano regional. A fisionomia da região tem grandes implicações no desenvolvimento da rede viária, penalizando em termos de acessibilidades algumas das peças do mosaico, com consequências negativas na articulação dos diferentes espaços regionais e dos respectivos centros urbanos.

A par das tendências pesadas e estruturantes do quadro regional enunciadas, assistimos no passado recente a processos e dinâmicas, mais significativos nalguns centros urbanos do que noutros, cujos reflexos se podem considerar leves já que não alteraram o posicionamento hierárquico das respectivas cidades.

Esta região não tem grandes centros urbanos. Dos 78 lugares sedes de concelho, 52 têm menos de 2500 habitantes e apenas um, Coimbra, ronda os 100000 habitantes; dos restantes só dez têm entre 20 000 e 50 000 habitantes (Aveiro, Viseu, Leiria, Figueira da Foz, Covilhã, Castelo Branco, Marinha Grande, Ovar, Águeda e Guarda).

No entanto, cerca de 75% da sua população vive a menos de 30 minutos de uma das 8 principais cidades. E são estes sistemas urbanos (cidades, aglomerados e espaços rurais à volta de uma cidade) que são efectivamente relevantes para a estruturação do território regional. O sistema urbano da Região Centro só pode ser plenamente compreendido à luz do contexto geográfico regional. O sítio onde as cidades da Região Centro tiveram origem e se foram desenvolvendo ao longo do tempo, a par da posição que ocupam no território, são aspectos fundamentais para interpretarmos o respectivo desempenho no contexto regional e a relação de interdependência que estabelecem entre si.

Consideradas isoladamente, as cidades da região são pequenas e não têm tido dinanismos demográficos destacáveis no contexto nacional, embora a análise das transformações ocorridas no sistema urbano da Região Centro se confronte com algumas questões prévias resultantes da dificuldade em delimitar de modo inequívoco, geográfica e funcionalmente, os espaços urbanos<sup>(6)</sup>.

A população da Região Centro residindo em centros com mais de dez mil habitantes tem crescido a um ritmo superior ao do Continente, tendo a região, em 1991, 8,3% da população urbana do continente (5,0% em 1940).

**Taxas de crescimento dos principais centros urbanos da Região Centro**

	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91
Águeda	13,7	9,9	12,3	20,5	3,46
Aveiro	16,5	4,0	11,8	22,8	12,67
Castelo Branco	16,4	18,5	18,0	13,3	14,57
Coimbra	17,3	8,5	5,5	29,4	-1,15
Covilhã	14,2	11,5	-1,7	-0,2	-12,56
Figueira da Foz	9,5	0,7	-6,6	15,7	17,21
Fundão	9,3	1,5	-12,7	2,3	14,52
Guarda	19,5	8,2	4,0	29,9	4,07
Leiria	-0,2	5,6	9,5	33,1	12,35
Marinha Grande	25,5	19,9	20,1	36,7	3,28
Ovar	3,0	3,1	10,9	15,1	8,37
Pombal	8,3	-12,1	24,7	-0,2	3,19
Viseu	23,8	-0,7	-1,0	22,5	6,01

Fonte: GEPAT, 1987 (1991, CCRC)

Os principais lugares urbanos da região têm evidenciado ritmos desiguais de crescimento, mais assinaláveis e continuados nos do litoral (Aveiro, Leiria). Esta tendência é menos vincada nos que estão inseridos em contextos mais rurais (Fundão, Pombal) ou de declínio industrial (Covilhã). Castelo Branco, Viseu e Guarda, centros localizados em contextos de interior, evidenciam entre 1970 e 1991 uma tendência positiva. Coimbra e Covilhã tiveram evolução negativa na década de 80, mas essa evolução deve ser relativizada pelo bom comportamento de espaços próximos, na sua área de influência.

(6) No quadro seguinte utiliza-se a delimitação proposta pelo GEPAT em 1987, considerando a população do centro e a das freguesias que melhor se ajustam a um raio de 5 km.

À tendência para a concentração associa-se o êxodo demográfico das áreas rurais, influenciando os processos de povoamento e urbanização: maior tendência para padrões de povoamento mais concentrado no interior face a um povoamento mais difuso e disperso que caracteriza o litoral.

O litoral caracterizou-se pelo crescimento dos principais centros urbanos em articulação com aglomerados próximos (Aveiro-Águeda, Coimbra-Figueira da Foz, Leiria-Marinha Grande) e de centros de pequena dimensão (sedes de concelho): este processo foi acompanhado pelo alargamento das respectivas bacias de emprego, influenciando decisivamente a evolução do rural no sentido da industrialização. Nesta área da região foram particularmente sentidos os processos de urbanização e industrialização difusas que originaram formas de povoamento em consonância com este modelo de ocupação territorial.

No interior, a concentração nos lugares sedes de concelho foi o aspecto mais saliente na generalidade dos municípios. Estes lugares foram praticamente os únicos a apresentar evoluções positivas, em contraste com as respectivas periferias que apresentam tendência para a rarefação e perda demográfica acentuada.

A evolução urbana verificada, tanto à escala nacional como regional, tem sido acompanhada pelo avolumar nas cidades, tanto de população como de certo tipo de problemas. A evolução que a generalidade dos centros urbanos conheceu, particularmente os que correspondem ao topo da hierarquia regional, tem como factores explicativos a terciarização, a industrialização e a melhoria das acessibilidades.

A expansão dos serviços públicos ligados à administração local ou a serviços descentralizados do poder central, designadamente os de saúde e de ensino, foram os aspectos mais relevantes da terciarização. A localização do ensino superior (Universidade e Politécnico) em todas as capitais de distrito foi responsável por uma animação digna de registo. Outros centros de posição mais elevada (p.e. Castelo Branco) ou intermédia (p.e. Pombal, Fundão) conheceram processos de industrialização particularmente significativos, responsáveis pelo seu crescimento. A melhoria que se verificou na acessibilidade potencial de alguns centros (Viseu, por exemplo) devido à execução de alguns troços da rede rodoviária fundamental, reforçou-lhes a centralidade, gerou-lhes uma dinâmica positiva, conferindo-lhes, por esta via, uma capacidade atractiva para certo tipo de investimentos.

De entre os problemas que andam associados aos processos descritos, podemos apontar a expansão desordenada, a degradação dos núcleos históricos, dificuldades de transporte e circulação, a par de carências de equipamentos de cultura, saúde, ensino, desporto e de equipamentos ligados ao lazer. Estes aspectos e o aumento da capacidade prestadora de serviços às populações e às empresas, em quantidade e qualidade, são bloqueios que os centros urbanos da Região Centro têm de ultrapassar para se tornarem mais competitivos e reforçar a respectiva polarização.

Como já se deixou indicado, uma visão prospectiva do sistema urbano regional deve atender menos à fragilidade e dimensão actuais dos centros urbanos tomados isoladamente para, pelo contrário, valorizar as oportunidades da organização territorial específica da Região Centro onde, mesmo nas zonas do interior, se constituíram “cachos” de cidades que, no conjunto, podem assumir dimensão e sinergias que lhes permitam não só uma eficaz organização dos territórios sub-regionais como ganhar competitividade e capacidade de inovação. É esta ideia de sistema territorial amplo, onde o que conta é a “constelação” de cidades e vilas, a sua capacidade de interacção e as relações com os espaços rurais, que importa valorizar.

São cinco os sistemas urbanos territoriais que estruturam o sistema urbano da Região Centro:

- O eixo Guarda-Belmonte-Covilhã- Fundão-Castelo Branco;
- A constelação urbana centrada em Viseu e que inclui Mangualde, Nelas, S. Pedro do Sul, Tondela.
- O sistema Aveiro-Ílhavo-Vagos-Albergaria-Águeda-Oliveira do Bairro;
- O eixo Coimbra (com Lousã-Miranda do Corvo-Cantanhede-Mealhada)-Figueira da Foz;
- O eixo Marinha Grande-Leiria-Batalha.

A estes cinco sistemas territoriais faz sentido juntar um outro, menos evidente, que é o formado por Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia.

As principais características, vantagens e estrangulamentos destes sistemas territoriais estão sintetizadas no quadro a seguir.

### Sistemas Urbanos Territoriais

Sistema urbano	População	Actividade económica	Factores de vantagem para o desenvolvimento	Factores de bloqueio ao desenvolvimento
Coimbra - - Figueira da Foz	<ul style="list-style-type: none"> <li>- estagnação demográfica</li> <li>- 330000 habitantes em 8 concelhos</li> <li>- num ratio de acesso de 15 minutos por automóvel ligeiro em torno do principal centro urbano (Coimbra) vivem 159456 habitantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- predomínio das actividades de serviços (administração, educação e saúde em Coimbra), turismo (Coimbra e Figueira da Foz)</li> <li>- especialização nas indústrias de papel e pasta na Figueira da Foz</li> <li>- importância da agricultura (leite, arroz, ...)</li> <li>- crescente importância de actividades de exploração aquícola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- presença de capacidades de investigação e desenvolvimento tecnológico em múltiplos domínios (saúde, cerâmicas, biomassa florestal)</li> <li>- presença de associações sectoriais nacionais (APICER) e da única associação empresarial de nível regional da RC: o CEC.</li> <li>- níveis de "excelência" em algumas áreas da prestação de cuidados de saúde (oftalmologia, neuro-ciências, transplantes..., cirurgia cardiotorácica)</li> <li>- presença de múltiplas estruturas de formação de recursos humanos (C-FIEFF, CECCO, ...)</li> <li>- projecto hidroagrícola do Baixo Mondego com potencialidades significativas por explorar</li> <li>- boa situação em matéria de acessibilidades rodó e ferroviárias</li> <li>- presença (estruturante) da única cidade da Região Centro com mais de 100000 habitantes</li> <li>- potencialidades para o desenvolvimento do turismo encarado como um pacote integrado de produtos (praia, termos, floresta, turismo cultural e científico, ...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ordenamento do território</li> <li>- qualificação ambiental</li> <li>- insuficiente articulação do tecido produtivo com as competências já instaladas (em matéria tecnológica, de serviços, etc.)</li> <li>- ausência de uma visão da actividade turística como um conjunto integrado de produtos e territórios diferenciados</li> <li>- necessidade de trabalhar a qualidade urbanística dos principais centros urbanos e a imagem da cidade</li> <li>- insuficiências em matéria de oferta cultural</li> <li>- ineficaz articulação do sistema urbano territorial pelos transportes públicos;</li> <li>- insuficiente valorização do porto da Figueira da Foz como factor de inserção internacional da região.</li> </ul>
Aveiro/Ilhavo - - Agueda - Ovar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 350000 habitantes, 12 concelhos</li> <li>- forte dinamismo demográfico</li> <li>- num ratio de acesso de 15 minutos por automóvel ligeiro em torno do principal centro urbano (Aveiro) vivem 119611 habitantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tecido produtivo diversificado e relativamente especializado: produtos metálicos e metalomecânica ligeira, metalurgia, material de transporte (montagem, veículos de duas rodas, cablagens)</li> <li>- presença de alguns IDE de dimensão significativa e com potencial estruturante da actividade industrial</li> <li>- um sistema produtivo local dinâmico (Agueda)</li> <li>- uma actividade industrial vulnerável: a química industrial (Estarreja)</li> <li>- produções agrícolas mais significativas: leite</li> <li>- alguma expressão de actividades de exploração aquícola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- localização no encauzilhado de eixos viários importantes (a nível interno e internacional), atravessado pela linha do Norte, um porto de mar</li> <li>- capacidades e competências nos domínios tecnológicos especialmente na área das telecomunicações</li> <li>- presença de uma Universidade que vem manifestando forte empenho na ligação ao mundo empresarial</li> <li>- Aveiro foi seleccionada para ser "cidade digital"</li> <li>- capacidade significativa de iniciativa empresarial endógena</li> <li>- presença de alguns IDE que manifestam algum enraizamento local, apostando em actividades de desenvolvimento de produto e formação dos recursos humanos</li> <li>- presença de associação sectorial do sector dos transportes (ABIMOTA)</li> <li>- presença de estruturas de formação de recursos humanos (C.F. Pescas, ...)</li> <li>- projectos de recuperação ambiental já apoiados</li> <li>- presença de centros de competências no domínio das pescas e exploração aquícola (PIMAR, FORPESCAS)</li> <li>- abundância e qualidade de matérias primas no domínio dos minerais não metálicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- problemas graves em matéria de ordenamento do território e recuperação ambiental</li> <li>- necessidade de qualificar o iniciativa empresarial e internacionalização das empresas</li> <li>- necessidade de trabalhar a qualidade urbanística dos principais centros urbanos e a imagem da cidade</li> <li>- estruturar o sistema urbano e assegurar a sua eficaz ligação às grandes redes de transporte nacionais e internacionais</li> </ul>

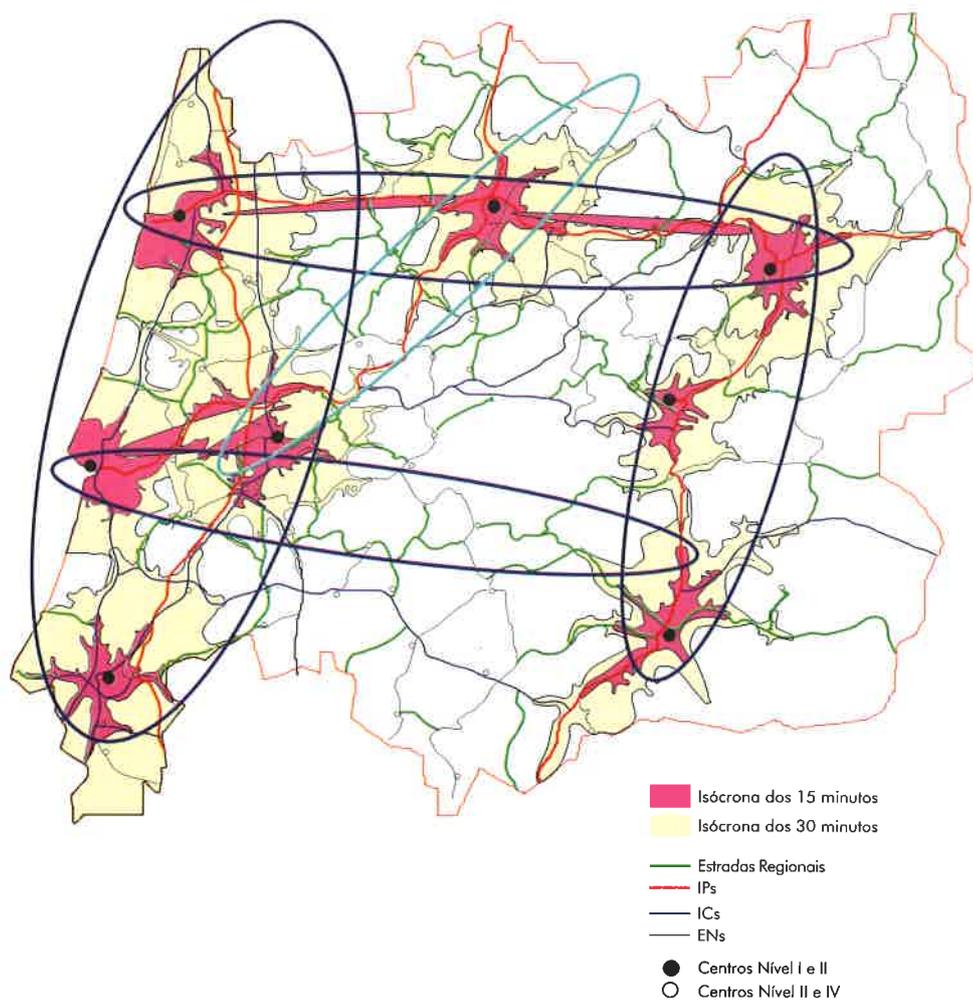
### Sistemas Urbanos Territoriais (cont.)

Sistema urbano	População	Actividade económica	Factores de vantagem para o desenvolvimento	Factores de bloqueio ao desenvolvimento
Leiria - Marinha Grande	<ul style="list-style-type: none"> <li>- grande dinamismo demográfico</li> <li>- 230000 habitantes em 5 concelhos</li> <li>- num raio de acesso de 15 minutos por automóvel ligeiro em torno do principal centro urbano (Leiria) vivem 131184 habitantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tecido produtivo diversificado: cerâmicas e vidro, metalomecânica e plásticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- capacidade de iniciativa empresarial endógena muito significativa (a Marinha Grande configura uma realidade territorial muito próxima da de um "distrito industrial")</li> <li>- competências e capacidade de formação avançada instaladas nos domínios da mecânica de precisão</li> <li>- tradição nas artes vidreiras de fabrico manual</li> <li>- recursos turísticos abundantes e existência de um plano estratégico para o desenvolvimento do turismo</li> <li>- relativa proximidade a uma localização com características "estratégicas" em matéria de acessibilidades todo-ferroviárias (Pombal)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- graves problemas ambientais na bacia do Lis e seus afluentes</li> <li>- dificuldades de acesso à auto-estrada para os concelhos nucleares deste eixo (Leiria e Marinha Grande)</li> <li>- ineficiência do serviço ferroviário da Linha do Oeste</li> <li>- necessidade de actuações concertadas que sustentem a promoção competitiva dos sectores de especialização (captação de investimentos industriais capazes de aproveitar as competências já existentes em torno dos moldes, investimentos em formação, arte e design no sector dos vidros e cerâmicas)</li> <li>- necessidade de actuações concertadas tendo em vista a implementação das acções previstas no plano estratégico de desenvolvimento do turismo já existente</li> </ul>
Dão-Lafões (território estruturado por Viseu)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- alguma recessão demográfica</li> <li>- 190000 habitantes a menos de 30 minutos em torno de Viseu</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- especialização industrial centrada na alimentação e bebidas (avicultura, vinhos) e nas madeiras (aglomerados)</li> <li>- actividade turística crescente centrada no turismo termal</li> <li>- capacidade de iniciativa empresarial para as médias e pequenas iniciativas (tal como se revela no SIR e no RIME)</li> <li>- presença de um número significativo e crescente de IDE industriais nas madeiras, metalomecânica, têxteis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- localização estratégica na faixa territorial intermédia da RC, encruilhada de eixos importantes (IP5, IP3)</li> <li>- existência de recursos e condições favoráveis ao desenvolvimento de produtos alimentares de qualidade (incluindo vinhos) e do turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o peso da ruralidade é ainda muito marcante</li> </ul>

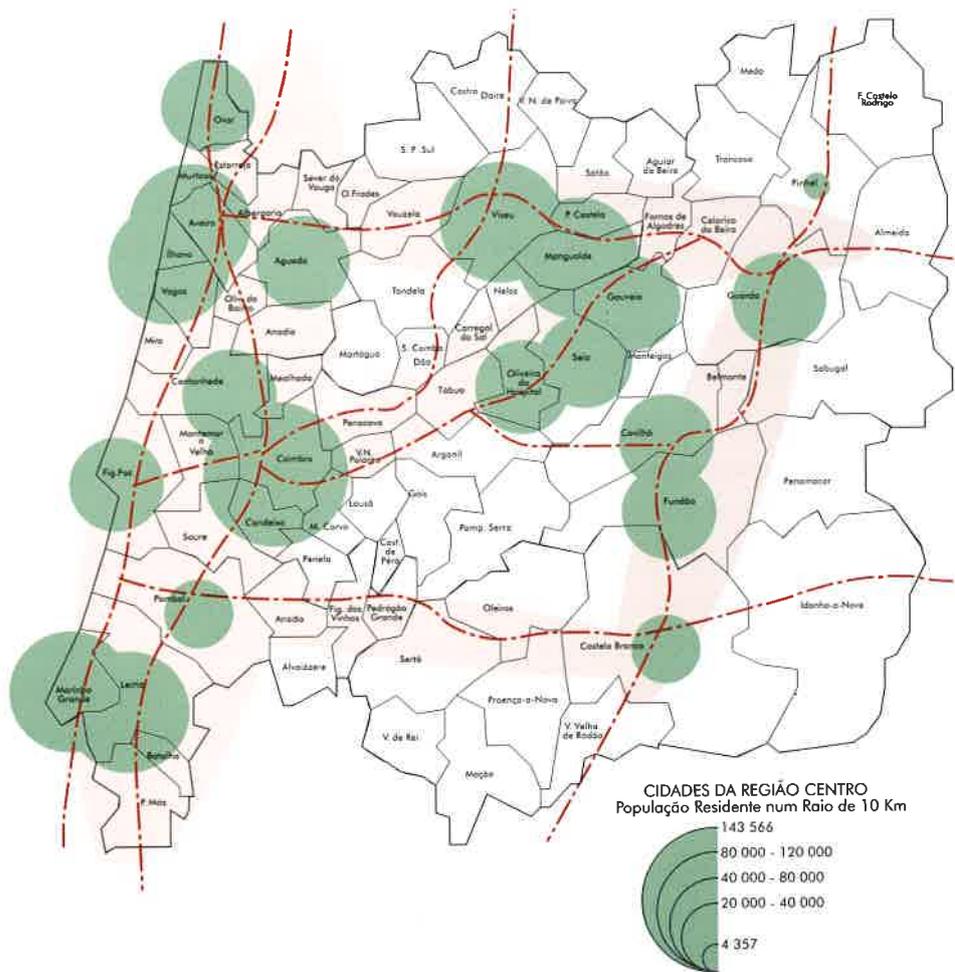
### Sistemas Urbanos Territoriais (cont.)

Sistema urbano	População	Actividade económica	Factores de vantagem para o desenvolvimento	Factores de bloqueio ao desenvolvimento
<p>Eixo Guarda - - Covilhã - - Fundão - - Castelo Branco</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- num contexto de depressão demográfica, a população tem vindo a concentrar-se nas 16 sedes de concelho que integram o Beira Interior e, nomeadamente, nas cidades que estruturam o eixo (100000 habitantes)</li> <li>- num raio de acesso de 30 minutos por automóvel ligeiro em torno dos 4 principais centros urbanos vivem mais de 200 mil pessoas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- especialização muito marcada nas indústrias têxteis, com crise prolongada do ramo dos lanifícios (Covilhã, Guarda, freguesias de Retaxo e Cebolais no concelho de Castelo Branco)</li> <li>- a Serra da Estrela é um importante pólo de atracção turística</li> <li>- as actividades agrícolas e pecuárias (ovinos e caprinos) e a produção do queijo têm expressão importante</li> <li>- presença crescente de empresas com capitais estrangeiros na indústria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tradição e capacidade de iniciativa endógena em torno da indústria têxtil e do vestuário</li> <li>- condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da fileira agro-alimentar na Cova da Beira (existência de um projecto de aproveitamento hidroagrícola em concretização)</li> <li>- condições e recursos favoráveis ao desenvolvimento do turismo de montanha e ligado ao património histórico (aldeias históricas, arqueologia industrial, monumentos)</li> <li>- presença de centros de competências na área tecnológica e da formação dos recursos humanos para o sector têxtil</li> <li>- presença da Universidade da Beira Interior</li> <li>- possibilidade de preservação e aproveitamento de um conjunto de produtos tradicionais no domínio da gastronomia e do artesanato</li> <li>- a cidade do Guarda tem uma localização estratégica no cruzamento de eixos ferroviários e rodoviários importantes que lhe confere condições para vir a criar ali uma estrutura intermodal de apoio à distribuição com significado e para se tornar uma localização industrial preferencial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- estrangulamento fortíssimo em matéria de infraestruturas de transporte rodó e ferroviário (IP2, IC7, IC6, linha da Beira Baixa); sem a sua resolução o desenvolvimento da zona está muito limitado</li> <li>- insuficiência da acessibilidade ao longo do eixo;</li> <li>- inexistência de transporte aéreo regular para as duas metrópoles do país;</li> <li>- ritmo lento de implementação do projecto Cova da Beira;</li> <li>- necessidade de cooperação e organização dos produtores agro-florestais e artesanais tendo em vista a criação de estruturas (essenciais) de promoção e comercialização dos produtos locais</li> </ul>
<p>Oliveira do Hospital - - Seia - - Gouveia</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- especialização muito marcada nas indústrias têxteis e da madeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tradição e capacidade de iniciativa endógena em torno da indústria têxtil e do vestuário</li> <li>- possibilidade de preservação e aproveitamento de um conjunto de produtos tradicionais no domínio da gastronomia e do artesanato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tecido empresarial pouco denso</li> <li>- relativa marginalização face aos grandes eixos de transporte nacionais e transnacionais</li> <li>- situação de crise em algumas empresas</li> </ul>

## Acessibilidade aos principais centros urbanos



## Dinâmicas Territoriais Região Centro



Estes sistemas urbanos territoriais sobrepõem-se e organizam e, por vezes, confundem-se com espaços sub-regionais com coerência e dinâmismos distintos. Baixo Vouga, Baixo Mondego, Alta Estremadura, Côa/Alto Mondego, Cova da Beira, Pinhal, Dão (território de Viseu) seriam delimitações de espaços regionais cuja estruturação está directamente dependente dos referidos sistemas urbanos.

As relações entre estes sistemas urbanos territoriais faz-se ao longo de itinerários que as infra-estruturas de transportes vêm reforçar e consolidar. Uma visão prospectiva do território regional tende a realçar uma estruturação por cinco eixos (ver esquema) em diferentes estádios de consolidação.

Em primeiro lugar, há a considerar a faixa litoral, que constitui, à escala nacional e regional, o mais importante eixo de desenvolvimento. Em termos analíticos, poderemos considerar dois "sub-eixos": um mais próximo da costa que, vindo do Oeste, se prolonga por Marinha Grande/Leiria à Figueira da Foz e, daqui, até Ovar; outro, mais consolidado, que, apoiado na Linha do Norte e na auto-estrada Lisboa-Porto, abarca Leiria, Pombal, Coimbra, Águeda e se prolonga para Entre Douro e Vouga.

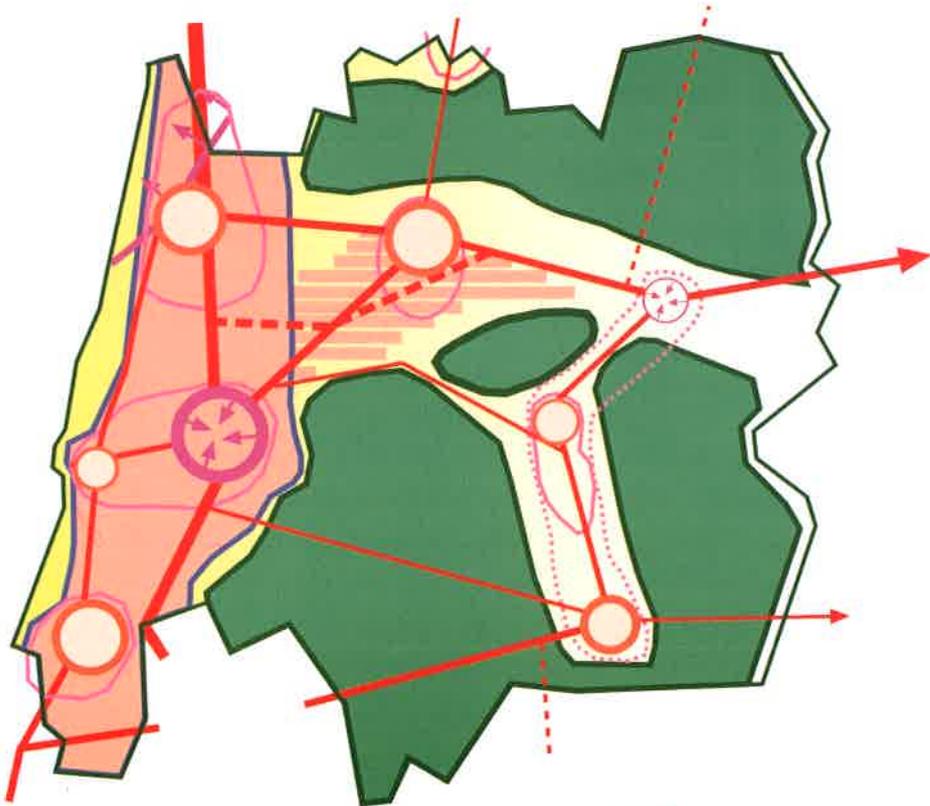
Em segundo lugar, tem vindo a reforçar-se o eixo Aveiro-Viseu-Guarda-Espanha, viabilizado pela construção do IP 5, que alargou profundamente a faixa litoral na direcção de Viseu e da Guarda.

Este eixo veio, em parte, competir com o eixo tradicional de ligação litoral-interior na Região Centro, apoiado em dois modos de transporte, o ferroviário (linha da Beira Alta) e o rodoviário, já com várias alternativas à emblemática "Estrada da Beira". Este eixo funcional tem vindo a modernizar a infra-estrutura que o apoia (Linha da Beira Alta, IP3, IC12), o que lhe confere condições para vir a desempenhar o papel mais estruturante no interior da região.

O quarto eixo corresponde ao percurso marcadamente urbano que abrange Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda. Uma adequada infra-estruturação (construção do IP2 a breve prazo e necessária modernização da Linha da Beira Baixa) e um esforço de concertação entre autarquias e entidades regionais (Universidade, Institutos Politécnicos, associações empresariais, etc) são elementos estratégicos para a estruturação e desenvolvimento do interior.

Por último, um eixo desejado, mas que só recentemente recebeu a infra-estrutura que o poderá tornar realidade: Pombal, Sertã, Castelo Branco. Mais do que a

**MODELO TERRITORIAL - REGIÃO CENTRO**  
**Tendência (Prospectiva) - Síntese Geral**



**Legenda:**

- Metropolização do Litoral
- Área em Risco de Desertificação Humana
- Corredor

- Reforço das Principais Metrópoles**
- 1 Polarização Forte**
- 2**
- 2 ou 3**
- Polariz. forte - acessibilidades**

existência de outras infra-estruturas, de equipamentos sociais e de serviços de apoio, a principal carência é o factor humano. Só um grande esforço de captação de novos actores, endógenos e exógenos, apoiados nalgum voluntarismo público, poderá fazer inverter o ciclo demográfico e, com ele, o ciclo do desenvolvimento.

Esta forma de ver a região põe, de novo, em destaque o papel das cidades que são "rótulas" na articulação de dois ou mais eixos, configurando oportunidades de desenvolvimento que deverão ser tidas em conta na formulação das políticas.

A análise do mapa anterior, que traduz uma visão prospectiva do território regional, põe a claro que, a par dos sistemas urbanos e dos eixos, a região possui espaços que correm o risco de vir a ser marginalizados e excluídos das dinâmicas de transformação da região.

Trata-se, no essencial, dos espaços correspondentes à zona do Pinhal Interior, da zona fronteiriça da Raia Central e dos territórios do Côa a norte da Guarda. Trata-se de espaços fracamente povoados, onde os aglomerados mais importantes são as pequenas vilas sede de concelho, já profundamente envelhecidos, de actividade económica reduzida suportada por transferências (rendimentos e investimentos) de origem extra-regional. São espaços em risco de desertificação humana (por vezes também física), onde o desenvolvimento pressupõe voluntarismo público e, provavelmente, mudança de modelos e políticas. Trata-se de espaços que exigem abordagens específicas, justificando a preparação de programas de intervenção que atendam à especificidade dos problemas que enfrentam.

#### **4. AMBIENTE E RECURSOS DO TERRITÓRIO NA REGIÃO CENTRO**

Uma análise da qualidade do ambiente e dos recursos naturais na Região Centro revela algumas situações problemáticas, reclamando a implementação de acções correctivas urgentes, a par de áreas de grande valor ambiental ainda mais ou menos preservadas, a merecerem ser melhor conhecidas e estudadas.

Apesar dos esforços desenvolvidos e das acções já implementadas, ainda ocorrem situações de ruptura em termos de quantidade e qualidade da água, por vezes preocupantes pelos prejuízos que causam aos utilizadores e pelas implicações negativas nos ecossistemas. Há também várias situações de rios poluídos, sendo de destacar, por mais graves, as do rio Liz e seus afluentes (ainda a aguardarem a implementação do projecto de despoluição), a do Vouga a jusante das

## **A FRONTEIRA NA REGIÃO CENTRO E A INICIATIVA COMUNITÁRIA INTERREG**

A Região Centro faz fronteira com as regiões espanholas de Castilla y León (Província de Salamanca) e Extremadura (Província de Cáceres). Mas os respectivos territórios fronteiriços permanecem fortemente marcados, em primeiro lugar, pela barreira histórica da fronteira política e, em segundo lugar, pelo afastamento, físico e económico, dos territórios mais dinâmicos dos respectivos países e, assim, da fronteira do desenvolvimento. Uma tendência acentuada para a desertificação humana, com conseqüências no aprofundamento de um processo de desregulação do tecido social, associada a uma grande fragilidade da sua base produtiva, dependente de actividades tradicionais, particularmente a agricultura e o têxtil, colocam estes territórios entre as regiões mais deprimidas dos respectivos países e da União Europeia.

No caso dos territórios de fronteira na Região Centro, os desequilíbrios sócio-económicos são também evidentes quando é confrontada com o outro lado da fronteira. Do lado português, os centros urbanos - espaços de estruturação territorial - são de menor dimensão (populacional e funcional), pelo que de menor capacidade de influência sobre o território transfronteiriço. O tecido empresarial, menos denso e diversificado, apresenta-se pouco modernizado. Os níveis de emprego, agora inversos, não reflectem a sua estrutura sectorial, as qualificações ou as especificidades do trabalho agrícola e de outras ocupações de carácter informal (ofícios tradicionais, etc.), não integradas num mercado de trabalho devidamente estruturado. De um modo geral, aqui a população apresenta mais baixas taxas de escolarização e inferiores condições de vida.

A Iniciativa Comunitária Interreg, desde 1993, intervém neste território privilegiando acções de carácter público e associativo, quer materiais quer imateriais, orientadas para o desenvolvimento equilibrado dos dois lados da fronteira e para a criação de redes de cooperação transfronteiriça e a dinamização do processo de intercâmbio entre agentes económicos e sociais portugueses e espanhóis.

As intervenções concretizadas relacionam-se, em primeiro lugar, com o aumento da permeabilidade da fronteira, através da melhoria das passagens rodoviárias (de carácter local) ou das ligações aos centros urbanos fronteiriços. Em segundo lugar, foi privilegiada a qualificação dos centros urbanos, através da integração de espaços desarticulados, da valorização do património histórico ou do equipamento sócio-económico. Finalmente, foram apoiadas acções de intercâmbio e cooperação empresarial mas também social, cultural e institucional. Neste contexto destacam-se a criação de estruturas permanentes de apoio ao processo de cooperação transfronteiriça, no âmbito das Comunidades de Trabalho Região Centro/Castilla y León e Região Centro/Extremadura - os Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças, e os encontros empresariais da Região Centro quer com Castilla y León, quer com a Extremadura e o Alentejo, promovidos pelas respectivas associações empresariais.

Nesta altura, surge como fundamental, a orientação das intervenções para a conclusão de uma rede estruturada e hierarquizada de passagens rodoviárias da fronteira e a melhoria de outras formas de acessibilidade transfronteiriças (ferrovia, telecomunicações, correios, etc.), a qualificação dos principais centros urbanos pelo desenvolvimento de novas funções urbanas de mais elevado nível, com capacidade de articulação e estabelecimento de complementaridades com a rede urbana do outro lado da fronteira, a valorização do património histórico (castelos de fronteira) e do património natural (Douro Internacional/Águeda, Tejo Internacional/Erges, Serra da Malcata/Serra da Gata). Mas importa principalmente aprofundar o processo de cooperação transfronteiriça, através da procura de renovadas formas de parceria e de iniciativa entre as instituições que actualmente são os principais actores neste processo (organismos da Administração Central e Associações Empresariais) e a motivação de novos agentes locais e regionais, mas também das respectivas populações, para a importância do intercâmbio e da promoção de acções comuns transfronteiriças.

termas de S. Pedro do Sul e particularmente na zona do Baixo Vouga lagunar (onde se encontram em curso as obras do sistema de despoluição), as do rio Cértima e de alguns troços do Mondego e do Zêzere e as de diversas ribeiras espalhadas por toda a Região. De entre os principais focos poluidores destes cursos de água devem destacar-se os efluentes urbanos não tratados ou deficientemente depurados, as águas residuais provenientes das agropecuárias intensivas (ou sem solo agrícola de apoio à exploração) e diversos efluentes industriais.

Relativamente à poluição atmosférica, podemos considerar que a Região Centro não tem situações muito graves, sendo as zonas mais poluídas por gases as envolventes do complexo químico de Estarreja e as (situações mais desagradáveis) das áreas envolventes das fábricas de celuloses, particularmente em Cacia e Leirosa. As concentrações de gases nos centros urbanos resultantes do trânsito poderão ser consideradas relativamente pouco elevadas, situação que se deve em grande medida à boa dispersão de poluentes atmosféricos pelos ventos que se fazem sentir com frequência nos principais centros urbanos.

A existência na região de inúmeras indústrias extractivas de minerais não metálicos (argila, pedra e areia) é, frequentemente, causa de impactes ambientais negativos, particularmente no solo e na paisagem, que deverão ser minimizados pela implementação de medidas correctivas de recuperação de solo e subsequente arborização.

No que concerne às questões que têm a ver com os ruídos nos centros urbanos, são conhecidas diversas situações de conflito, nomeadamente associadas a disfunções de ordenamento do território as quais, no entanto, com a elaboração e implementação dos PDMs, já não têm a gravidade que tiveram num passado recente.

As áreas ligadas à protecção da natureza têm uma boa expressão na Região Centro quer as classificadas, quer muitas outras que, não estando abrangidas por documento legislativo de protecção, estão salvaguardadas por outros instrumentos como por exemplo o PROTCL. De entre as primeiras, os Parques Naturais da Serra da Estrela e da Serra d'Aire e Candeeiros e as Reservas Naturais da Malcata, de S. Jacinto e do Paul de Arzila representam, no seu conjunto, cerca de 163 mil ha, o que corresponde a 6,9% da área da Região.

Para além da grande importância destas áreas para a conservação da natureza e para a protecção do recurso água, elas encerram importantes valores patrimoniais e paisagísticos que deverão ser divulgados e, eventualmente, melhor valorizados.

## Recursos Naturais

A Região Centro apresenta um potencial muito interessante de recursos naturais renováveis de que se destacam os recursos hídricos, não obstante se poder considerar que muitos deles estão a sofrer degradações e estão deficientemente aproveitados.

Disponibilidades de Água da Região
- Bacias do Vouga, Mondego e Liz - 3700 milhões de m <sup>3</sup> /ano
- Bacia do Côa - ≥100 milhões de m <sup>3</sup> /ano
- Bacias do Zêzere, Ponsul, Erges e Ocreza - 2998 milhões de m <sup>3</sup> /ano
- Capacidades de armazenamento: 1460 milhões de m <sup>3</sup>
- Necessidades (sectores consumidores) <sup>(*)</sup> : 1250 milhões de m <sup>3</sup> /ano

\* Sem incluir a produção de energia

Os recursos hídricos – em que a Região comporta as melhores reservas com origem nacional –, estão relativamente bem aproveitados nas bacias do Mondego e do Zêzere (para produção de energia eléctrica, para o abastecimento urbano e da indústria e para rega) mas estão ainda completamente desaproveitados na bacia do Vouga e deficientemente aproveitados nas bacias do Côa e do Liz.

### Bacia do Vouga

A forte pressão urbanística e, particularmente, a grande concentração industrial que caracterizam os municípios do Baixo Vouga têm provocado forte pressão sobre os recursos hídricos, quer em termos de utilização de água no consumo urbano e industrial, quer como receptora de esgotos, o que contribui para a degradação deste recurso.

A utilização intensa das águas subterrâneas retiradas do aquífero cretácico para o abastecimento público urbano e para o abastecimento industrial, com volumes extraídos superiores à capacidade de recarga, originou a intrusão salina com consequente degradação de qualidade de água, nomeadamente no “rebordo” do aquífero, na zona da Torreira.

A recente entrada em funcionamento do sistema de abastecimento “em alta” a partir das captações do Carvoeiro (poços com drenos situados na margem direita do Vouga) veio reduzir a pressão que se fazia sentir sobre os aquíferos subterrâneos, particularmente o do cretácico, existindo agora melhores condições para a gestão

sustentável das águas subterrâneas desta zona. Para que tal seja possível – e perante as deficiências que são reconhecidas ao Dec.- Lei nº. 46/94 – é indispensável que o futuro plano de Bacia do Vouga defina normas, necessariamente restritivas, para a execução de novas captações no sistema multi-aquífero cretácico de Aveiro e para que a água captada neste aquífero, pelos furos existentes, não venha a originar desequilíbrios entre as extracções e as recargas anuais.

Já no que se refere às águas superficiais, urge dotar a bacia do Vouga de órgãos de regularização dos fortes caudais de Inverno e de armazenamento de água para suprir as necessidades da época seca. Deverá ser dada prioridade à construção da barragem de Ribeiradio, infra-estrutura há muito reivindicada pelas populações locais e por diversas vezes proposta em documentos da CCRCentro, agora mais urgente em face da entrada em funcionamento, como atrás se referiu, do sistema de abastecimento de água do Baixo Vouga a partir do Carvoeiro e da necessidade de água para o aproveitamento hidroagrícola do Baixo Vouga. Será ainda importante que se avance com os estudos relativos à barragem de Pinhosão (se bem que esta não seja uma obra tão estratégica para a Região, poderá ser importante para a produção energética e para o reforço de água do sistema do Porto Sul) e com os estudos relativos à eventual construção de duas pequenas barragens no rio Águeda e no Alfusqueiro que permitam amortecer os picos de cheia destes cursos de água evitando, ou pelo menos reduzindo, as frequentes inundações da cidade de Águeda.

A prevista construção de várias mini-hídricas nesta bacia – muitas delas com pedidos de licenciamento no Ministério do Ambiente – poderá contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos, salvaguardadas que sejam as inerentes questões ambientais.

Para além destas questões, mais ligadas à quantidade, é muito importante cuidar da qualidade da água dos rios desta bacia. Com a conclusão das obras do emissário submarino de S. Jacinto, das estações de tratamento de águas residuais (ETAR) Norte e Sul e dos interceptores que ligarão ao emissário submarino ficam criadas as condições fundamentais para se conseguir a despoluição da Ria de Aveiro. Por outro lado, estão em curso obras de drenagem e tratamento de águas residuais afluentes do rio Cértima que, uma vez concluídas, irão contribuir para a recuperação ambiental da Pateira de Fermentelos.

É também indispensável que, a par da conclusão destas obras englobadas nos projectos da SIMRIA ou do Cértima, as autarquias concluam as redes de drenagem de águas residuais nos seus aglomerados urbanos e os sistemas de ligação aos grandes interceptores constantes daqueles projectos.

Deve ainda ser aumentada a vigilância nas zonas onde predominam as agropecuárias intensivas – aviários nos concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela, S. Pedro do Sul; vacarias nos do Litoral entre Mira e Ovar – com vista a impedir que a contaminação e poluição do solo que já se verifica em alguns locais possa atingir as águas superficiais e subterrâneas.

### **Bacia do Mondego**

Esta bacia, objecto de obras de regularização efectuadas na década de 70 e princípios de 80, tem das mais importantes reservas de água exclusivamente nacionais.

As albufeiras das barragens da Aguieira e das Fronhas e dos açudes da Raiva e de Coimbra armazenam uma reserva estratégica de água e permitem o funcionamento de um aproveitamento de fins múltiplos: uma produção de energia eléctrica que, por cobrir sobretudo as horas de ponta, assume importância relevante no conjunto nacional; uma produção agrícola importante que poderá ainda ser melhor rentabilizada se complementada com maior diversidade cultural; o garante do abastecimento de água às indústrias de celulose da Leirosa; o assegurar dos caudais de água necessários ao abastecimento urbano dos municípios envolventes e potencialidades para assegurar o abastecimento de todos os concelhos do Baixo Mondego e Gândaras e, finalmente, o garante da protecção dos aglomerados urbanos situados a cotas mais baixas contra as cheias normais que tantos prejuízos causavam no passado. A necessidade de se rentabilizarem os recursos leva a que se considere necessário e urgente assegurar a gestão integrada deste empreendimento em todas as suas componentes: hidroeléctrica, agrícola, fornecimento de água para o abastecimento urbano e para a indústria, recursos ecológicos, actividades de lazer e, finalmente, protecção contra as cheias. No que concerne à protecção de qualidade da água, há algumas situações de poluições e contaminações a necessitar de correcção e vigilância, nomeadamente a poluição por efluentes urbanos e a resultante das fortes adubações químicas e da grande utilização de pesticidas, em especial no Baixo Mondego.

As actuais utilizações – associadas à eventual necessidade de, no futuro, ter que se recorrer à água da albufeira da Aguieira para garantir os caudais necessários ao abastecimento de água dos concelhos do Baixo Mondego e Gândaras e parte do Pinhal Interior Norte tal como já foi feito, recentemente, para o abastecimento do concelho da Figueira da Foz –, exige uma especial atenção às questões da qualidade da água e da gestão deste recurso na bacia do Mondego, particularmente a montante da Aguieira.

A água desta albufeira – por razões que se prenderão com a exposição solar, com profundidades e com os usos – sofre um aquecimento no Verão que poderá originar uma degradação da sua qualidade. Com efeito, o estado trófico da albufeira da Aguieira levou já o Ministério do Ambiente a incluí-la na lista das “Zonas Sensíveis” constante do anexo ao Dec.-Lei n.º 152/97 de 19 de Junho, por apresentar riscos de eutrofização. Igual classificação deveria ter sido dada às albufeiras das Fronhas e de Coimbra pela mesma razão. Será indispensável dotar os principais aglomerados urbanos da bacia, particularmente os situados a montante da barragem da Aguieira (Fronhas incluída), de sistemas eficazes de tratamento de águas residuais que assegurem, numa primeira fase, pelo menos um tratamento secundário. Nos aglomerados com mais de 10 000 habitantes deverá ser desde já adoptado um tratamento terciário com remoção de fósforo.

Numa segunda fase, dever-se-á procurar que todos os aglomerados com mais de 2000 habitantes localizados a montante da Aguieira disponham de ETAR que assegurem um tratamento terciário (ou pelo menos secundário acrescido da remoção de fósforo).

Deverá ser dada igual atenção ao tratamento dos efluentes industriais e, particularmente, aos resultantes das agropecuárias intensivas (algumas das quais localizadas na zona envolvente da albufeira da Aguieira), devendo a Direcção Regional do Ambiente do Centro (DRAC) proceder a controlo eficaz destas descargas.

### **Bacia do Liz**

O rio Liz e os seus principais afluentes continuam a ter os maiores índices de poluição dos cursos de água da Região Centro. Os esforços desenvolvidos pelas autoridades locais e pelos diversos serviços regionais ainda não conseguiram fazer

passar à fase de obra o projecto de “despoluição da bacia do Liz e ribeira do Seixa” o qual continua a aguardar financiamento do Fundo de Coesão.

Embora tenha sido construída uma nova ETAR na cidade de Leiria e estejam construídas duas estações da Associação de Suicultores de Leiria que recebem efluentes de algumas suiniculturas de associados, é necessário e urgente construir os sistemas de depuração de efluentes urbanos, industriais e agropecuários previstos no projecto de despoluição, sendo igualmente importante a construção de redes de drenagem das águas residuais urbanas dos principais aglomerados, particularmente os situados na zona cárcica onde, além de problemas de poluição das águas superficiais, podem ocorrer situações graves de degradação das águas subterrâneas.

### ***Bacias do Zêzere, Ponsul, Ocreza e Erges***

Estes rios, importantes afluentes do Tejo pela margem direita, assumem no seu conjunto (mas particularmente o Zêzere) uma importância que ultrapassa as fronteiras da Região, o que deveria ser suficiente para que lhes fossem dedicadas acções de planeamento e gestão que não têm sido implementadas. No caso do rio Zêzere, o troço inicial – “Alto Zêzere”, que se estende até à albufeira da barragem do Cabril – encontra-se com o leito e margens completamente degradadas, em grandes extensões causando, em cada Inverno que passa, impactos ambientais significativos e grandes prejuízos nos campos agrícolas marginais. As causas desta degradação serão múltiplas mas estarão ligadas à completa ausência de obras de correcção torrencial, ao forte assoreamento que tem sido agravado pelos fogos florestais que nas últimas décadas queimaram grandes extensões da Serra, às extracções de inertes que têm proliferado e que, particularmente nas décadas de 60 e 70, destruíram os poucos açudes tradicionais que existiam e, finalmente, à crise na agricultura que tem levado ao abandono de muitos campos agrícolas e, conseqüentemente, das tradicionais acções de protecção das margens.

A constante destruição da cortina ripícola que margina o rio e seus afluentes facilita o aparecimento de rombos nas margens e a subsequente destruição de terrenos agrícolas com arrastamento do solo (normalmente muito arenoso) para o rio, num processo destrutivo que precisa de ser travado.

As protecções recentemente ensaiadas pela DRAC deverão dar origem a intervenções alargadas estendidas a todas as áreas críticas, com a colaboração do Parque Natural da Serra da Estrela na sua área de influência, numa perspectiva de pôr em prática os conhecimentos já adquiridos para se poderem executar as protecções e correcções com o mínimo de impactes ambientais.

Igualmente terá que ser dada uma atenção muito especial à qualidade da água deste rio Zêzere que alimenta a albufeira da barragem de Castelo Bode, um dos maiores reservatórios de água do País (1100 milhões de m<sup>3</sup> de capacidade), principal fonte de abastecimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, devendo, nomeadamente, ser instalados postos de controlo ao longo da bacia do rio, a montante de Castelo de Bode. Uma vez que o troço a montante da albufeira do Cabril apresenta já níveis elevados de poluição, considera-se dever ser dada prioridade ao financiamento da despoluição do Alto Zêzere (abrangendo os concelhos de Manteigas, Guarda, Sabugal, Belmonte, Penamacor, Covilhã e Fundão) dando, assim, seguimento ao estudo geral que já existe.

Carece também de melhoria, em face das utilizações consignadas, a qualidade da água do troço do rio Ocreza a jusante da foz da ribeira da Liria, tanto mais que este rio apresenta potencialidades para produção de energia hidro-eléctrica e actividades de lazer que ainda não estão devidamente aproveitadas.

### **Bacia do Côa**

A bacia do Côa corresponde à única área da Região Centro onde há efectivos riscos de as disponibilidades de água no período seco não satisfazerem as necessidades (ou de “stress hídrico”).

Compreender-se-á, por isso, que a parte da sub-Região da Beira Interior Norte pertencente à bacia do Côa (concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso e a maior parte do concelho da Guarda) seja aquela em que se tem tido mais necessidade de recorrer à construção de pequenas barragens para se garantirem os caudais necessários ao abastecimento urbano.

A barragem do Sabugal, em construção, irá permitir, quer a transferência da água em excesso para a albufeira da Meimoa (bacia do Zêzere) – indispensável para que o projecto hidro-agrícola da Cova da Beira possa ser implementado –,

quer o abastecimento de água ao Sabugal e a regularização de caudais que garanta, em estiagem, o normal abastecimento do concelho de Almeida.

O rio Côa apresenta alguns pequenos focos de poluição que não têm impedido que a qualidade da água do rio consiga satisfazer aos usos estabelecidos. No entanto, dever-se-ão concluir e/ou colocar em funcionamento adequado as estações de tratamento de águas residuais da Guarda e do Sabugal para se garantir que o abastecimento de água do concelho de Almeida se faça em boas condições.

### Saneamento Básico

Os fortes investimentos que foi possível afectar à construção de novas infra-estruturas para o abastecimento de água e para a drenagem dos efluentes dos aglomerados urbanos da Região Centro permitiram elevar os índices de atendimento, que estão agora bastante mais próximos das médias comunitárias, conforme se poderá verificar pelo quadro junto. Mantêm-se, contudo, em níveis perigosamente baixos os tratamentos das águas residuais urbanas, o que continua a afectar, conforme atrás se referiu, a qualidade da água dos recursos hídricos superficiais. Do mesmo modo, ainda não estão a funcionar, embora a maioria esteja em

População servida por sistemas de saneamento básico na Região Centro

Nomenclatura de Unidade Territorial (NUTE)	Abastecimento de Água (%)	Rede de Esgotos (%)	ETAR (%)	RSU Recolhidos (%)	RSU Tratados (%)
Baixo Vouga	84	44	42	96	0
Baixo Mondego	96	54	41	98	0
Pinhal Litoral	90	50	47	98	0
<b>Região Litoral</b>	<b>90</b>	<b>49</b>	<b>43</b>		
Pinhal Interior Norte a)	95	51	27	95	0
Pinhal Interior Sul b)	94	40	27	95	0
Dão Lafões	88	64	30	97	0
Serra da Estrela	98	78	18	98	0
Beira Interior Norte	94	85	25	98	0
Beira Interior Sul	98	87	49	98	0
Cova da Beira	98	85	29	98	0
<b>Região Interior</b>	<b>93</b>	<b>70</b>	<b>30</b>	<b>97</b>	<b>0</b>
<b>Total Região Centro</b>	<b>92</b>	<b>60</b>	<b>37</b>	<b>97</b>	<b>0</b>

Fonte: CCRC (Maio 1998) (Estimativas da população servida por sistemas de San. Básico – actualização dados do inquérito Saneamento Básico 94)

a) 36,7% da população reside em aglomerados com menos de 100 habitantes.

b) 47% da população reside em aglomerados com menos de 100 habitantes.

construção, os aterros sanitários que irão permitir depositar os resíduos sólidos urbanos em boas condições ambientais e irão possibilitar a selagem das mais de 80 lixeiras existentes na Região Centro.

### **O Solo**

O solo, entendido como recurso natural que funciona como suporte de importante actividade biológica, tem necessariamente que ser objecto de protecção contra degradações e contaminações que possam pôr em risco, ou mesmo inviabilizar, a sua utilização. Na Região Centro os solos com boa aptidão agrícola são apenas uma pequena percentagem da área da Região, predominando solos delgados, de baixa produtividade e muito sujeitos à erosão. Pelas características morfológicas e do solo, a Região assume-se com uma vocação maior para a produção florestal: cerca de 40% do solo encontra-se ocupada pela floresta, sendo de 68% a área potencial a afectar à floresta. Contudo, muita desta floresta tem sido consumida pelo fogo, em especial nas últimas décadas, o que provoca impactes graves no ambiente, em geral, e no solo, em particular. Em muitas das áreas ardidadas mais declivosas, a forte erosão subsequente, sobretudo hídrica, tem provocado a perda de muito solo, o que gera prejuízos ambientais (e mesmo, em algumas zonas do interior, riscos de desertificação) e tem tido como consequência imediata o assoreamento de cursos de água e albufeiras.

Em termos de contaminação de solos há, na região, algumas situações que carecem de correcção e/ou estudo. A situação mais grave ocorre no complexo industrial de Estarreja onde estão amontoados alguns milhares de toneladas de solos contaminados que ainda não foi possível confinar em condições ambientalmente aceitáveis. Na zona de Águeda, com a construção da ECTRI – Estação de Tratamento dos Resíduos Industriais Líquidos – ficaram criadas condições para se pôr fim à contaminação dos solos por resíduos metálicos, transportados pelos efluentes das fábricas onde se fazem metalizações. Nas zonas de agricultura mais intensiva ocorrem, com frequência, contaminações do solo provocadas pela excessiva e /ou desadequada utilização de adubações químicas e pesticidas.

As áreas de grande concentração de agro-pecuárias em regime intensivo, nomeadamente aviários (nos concelhos de Tondela, Oliveira do Bairro e Vouzela) e suiniculturas (concelhos de Leiria, Porto de Mós, Batalha e Pombal) apresentam

igualmente algumas situações de solos contaminados por excesso de nutrientes de que resulta também a poluição dos recursos hídricos.

De entre as actividades geradoras de impactes negativos no solo destacam-se ainda as pedreiras. As actividades de exploração dos recursos geológicos, particularmente os não metálicos (com grande expressão na Região Centro), originam normalmente fortes impactos no solo e na paisagem. De entre as situações mais graves destacam-se as pedreiras da Serra da Boa Viagem, das Serras d'Aire e de Sicó, situações a merecerem uma maior vigilância por forma a garantir que sejam postas em prática as medidas de minimização dos impactes ambientais e que se proceda a acções de recuperação, à medida que as explorações avançam. Neste domínio, a revisão do Dec.-Lei nº 89/90 que regulamenta estas actividades por forma a atribuírem aos serviços regionais do Ministério do Ambiente maior responsabilidade na fiscalização, poderia ser útil.

### **A Floresta**

A floresta assume na Região Centro uma grande importância dadas as características dos solos, da orografia e do clima. Com uma ocupação florestal da ordem dos 40% e uma área potencial de aptidão da ordem dos 68%, esta é a região do país com melhores condições para o desenvolvimento da actividade. Contudo, a floresta no país e, em particular, nesta região sofre de uma quase total ausência de planeamento e de uma gestão perfeitamente desadequada na grande maioria dos espaços florestais, onde predominam as pequenas parcelas.

Esta ausência de planeamento associada à falta de gestão correcta e ao abandono de muitas áreas rurais tem tido repercussões catastróficas pela magnitude e frequência dos fogos florestais.

Os fogos florestais constituem o maior flagelo da floresta na Região Centro como, aliás, em todo o país. Apesar de nos últimos anos as áreas ardidas terem diminuído, isso não se deve à adopção de medidas de fundo na prevenção dos fogos florestais, mas antes a condições climatéricas mais favoráveis. Neste domínio considera-se que só com um ordenamento florestal que leve à adequação das espécies às características geomorfológicas e climatéricas de cada zona, seguida de uma gestão correcta, se poderá proporcionar alguma defesa da floresta contra os fogos florestais dos verões quentes.

Uma outra degradação por que passa a floresta deve-se ao abandono, motivado, em primeiro lugar, pela forma de gestão tradicional dos nossos espaços florestais, complemento da actividade agrícola, praticada pelos pequenos agricultores possuindo parcelas de dimensão diminuta e que, perante a crise da agricultura tradicional, abandonaram os campos deixando igualmente ao abandono os espaços florestados.

## **V A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL NA REGIÃO CENTRO**

A pobreza é um fenómeno de natureza multidimensional exigindo-se, na sua caracterização, vários vectores de análise. Ela tem, por outro lado, uma inscrição territorial uma vez que diferentes territórios têm diferentes processos e ritmos de crescimento económico com implicações na intensidade e características da exclusão social.

Uma caracterização da pobreza em Portugal, efectuada pelo Departamento de Estatística do Ministério para a Qualificação e Emprego, estimou que 20,8% das famílias da Região Centro<sup>(7)</sup> são pobres (sendo que 5,1% foram mesmo consideradas muito pobres). Estes valores revelam uma situação preocupante só excedida, no Continente, pelo Alentejo (com 25,1% e 7,3%, respectivamente).

Quando se pretende relacionar a pobreza com o território é pertinente distinguir a pobreza urbana da pobreza rural porque a cada uma destas categorias se associam causas, grupos sociais, características e problemáticas diferenciadas. No caso da Região Centro esta distinção tem uma correlação muito forte com a distinção entre litoral e interior. A um litoral mais urbanizado e industrializado corresponde mais (embora não exclusivamente) uma pobreza do tipo urbano e a um interior pouco densificado e menos diversificado, quer em população, quer em actividades, corresponde uma pobreza mais do tipo rural (que decorre de uma situação generalizada de fortes carências de desenvolvimento).

São, então, vários os factores a ter em conta quando se pretende diagnosticar a incidência de situações de pobreza num qualquer espaço territorial.

(7) A Região Centro é entendida aqui como o conjunto dos seguintes seis distritos: Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco.

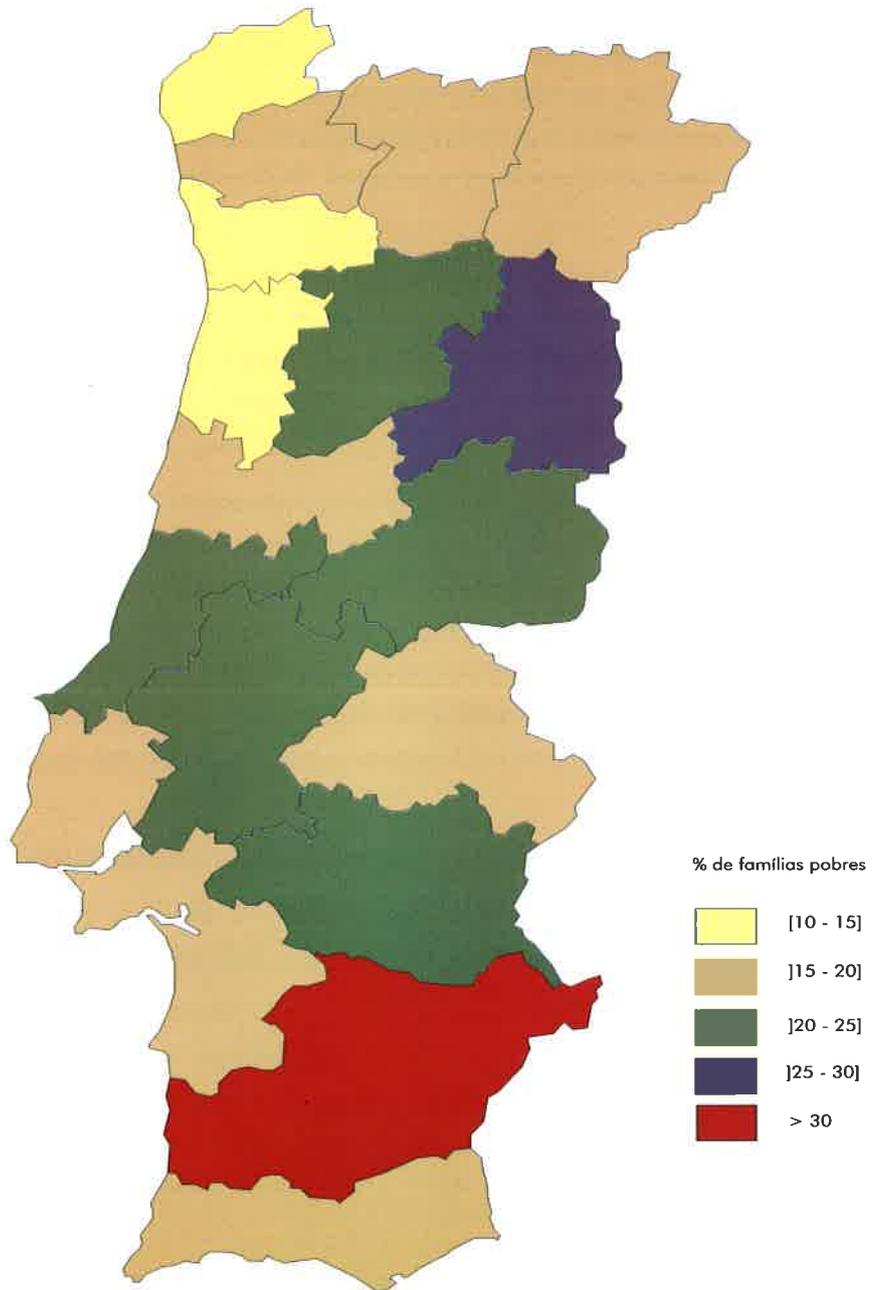
### Pobreza na Região Centro - Alguns indicadores

	Continente	Regiões					Distritos da Região Centro (1)						
		L. Tejo	Alentejo	Algarve	R. Norte	R. Centro	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	
% das famílias pobres	18,3	20,0	25,1	16,6	16,3	20,8	10,0	22,8	18,1	22,1	23,6	23,2	
% das famílias muito pobres	4,8	5,5	7,3	4,3	4,7	5,1	2,5	5,8	3,3	5,9	7,3	5,6	
<b>Percentagem de famílias em situação de pobreza segundo o número de pessoas do agregado familiar</b>													
1 pessoa	32,0	39,2	32,4	35,4	23,6	27,5	25,0	28,8	29,6	25,0	32,7	20,3	
2 pessoas	31,0	32,0	41,0	36,9	21,2	33,5	25,0	49,2	22,4	36,7	35,5	37,8	
3/4 pessoas	23,0	20,0	19,1	18,5	28,4	25,8	25,0	16,9	31,6	26,7	25,5	25,7	
5/6 pessoas	10,0	7,2	6,4	6,2	17,6	10,3	20,3	5,1	10,2	10,0	4,5	14,9	
+ de 6 pessoas	4,0	1,6	1,2	3,1	9,2	2,8	4,7	0,0	6,1	1,7	1,8	1,4	
<b>Percentagem de famílias em situação de pobreza segundo o grupo etário do chefe de família</b>													
15 a 24 anos	19,0	1,1	1,2	0,0	0,0	5,3	0,9	0,0	0,0	2,0	0,0	0,9	1,4
25 a 34 anos		5,4	4,0	7,7	11,8	6,0	14,1	1,7	7,1	3,3	7,3	1,4	
35 a 44 anos		7,4	6,4	9,2	16,4	8,0	15,6	0,0	8,2	5,0	10,0	6,8	
45 a 54 anos		8,2	7,5	9,2	15,0	10,3	6,3	10,2	14,3	8,3	10,0	10,8	
55 a 64 anos		17,0	12,1	7,7	15,7	16,1	12,5	22,0	12,2	18,3	17,3	16,2	
+ 65 anos	55,0	60,8	68,8	66,2	35,8	58,7	51,6	66,1	56,1	65,0	54,5	63,5	
<b>Distribuição da pobreza segundo as habilitações do chefe de família</b>													
< 4ª classe	61,0	57,1	71,0	72,3	51,8	68,0	62,5	69,5	63,2	81,6	64,5	71,6	
4ª classe	32,0	35,4	23,7	16,9	37,2	27,3	28,1	30,5	25,5	18,3	31,8	27,0	
Ensino preparatório		4,4	1,7	7,7	3,9	3,7	9,4	0,0	6,1	0,0	3,6	1,4	
9º ano	6,0	2,3	3,5	3,1	4,8	0,4	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	
12º ano e +	1,0	0,9	0,0	0,0	2,3	0,6	0,0	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	
<b>Percentagem de famílias em situação de pobreza segundo a situação perante o trabalho do chefe de família</b>													
Trabalhador por conta de outrem	19,6	15,5	11,0	16,9	33,9	14,0	17,2	3,4	21,4	8,3	11,8	17,6	
Trabalhador por conta própria		2,0	1,7	1,5	4,6	7,5	18,8	0,0	10,2	3,3	3,6	9,5	
Familiar não remunerado		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Desempregado	7,4	8,2	4,0	9,2	9,0	6,0	4,7	10,2	3,1	5,0	10,9	1,4	
Estudante		0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Doméstica		1,4	0,6	7,7	3,5	9,4	4,7	1,7	5,1	6,7	4,4	6,8	
Reformada ou pensionista	64,8	71,9	81,5	64,6	48,5	66,5	54,7	83,1	60,2	76,7	65,5	64,9	
Outras		0,9	1,2	0,0	1,2	0,6	0,0	1,7	0,0	0,0	1,6	0,0	
<b>Percentagem de famílias em situação de pobreza segundo os alívios</b>													
Vivendo em barracos	8,5	11,8	2,3	3,1	7,4	7,7	9,4	3,4	6,1	9,0	1,8	23,0	
Vivendo em partes de casa	6,8	4,8	7,3	1,5	11,5	7,7	10,9	5,1	9,2	1,7	5,5	13,5	
Com casa degradada	65,2	69,5	67,1	53,8	57,7	66,7	64,1	81,4	51,0	76,7	59,1	81,1	
Nenhuma refeição completa	18,0	17,5	39,3	9,2	10,6	18,9	14,1	23,7	9,2	10,0	40,9	6,8	
Só uma refeição completa	46,8	49,0	32,4	63,1	39,0	54,0	42,2	47,5	62,2	60,0	41,8	71,6	
Adquire vestuário com dificuldade	24,9	22,9	25,4	18,5	25,9	27,7	32,8	25,4	31,6	26,7	27,3	21,6	
Vestuário obtido por oferta	37,5	36,6	37,0	38,5	34,4	41,7	40,6	35,6	41,8	38,3	37,3	56,6	
Com apoio social regular	41,5	44,9	31,2	47,7	40,2	40,4	32,8	18,6	65,3	50,0	36,4	29,7	
Com apoio social ocasional	21,1	18,9	28,3	24,6	22,9	19,8	21,9	18,6	16,3	11,7	26,4	20,3	
Com cobertura de regime de SS	88,8	90,2	88,4	84,6	84,1	91,8	93,8	86,4	89,8	85,0	96,4	95,9	
Com saúde gratuita	2,5	4,7	1,2	1,5	1,2	1,1	3,1	0,0	1,0	0,0	1,8	0,0	
Com saúde paga na totalidade	2,9	2,8	4,0	6,2	2,3	2,6	3,1	5,1	1,0	1,7	1,8	4,1	
<b>Percentagem de famílias em situação de pobreza segundo o número de pessoas que contribuem para o rendimento</b>													
1 pessoa	55,0	59,8	49,7	61,5	51,7	49,2	46,9	47,5	48,0	46,7	54,5	48,6	
2 pessoas	36,0	34,5	45,1	35,4	32,1	39,8	37,5	47,5	39,8	46,7	37,3	33,8	
3/4 pessoas	8,0	5,7	5,2	3,1	12,2	10,3	12,5	3,1	12,2	6,7	7,3	13,6	
5/6 pessoas	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	3,1	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	
+ de 6 pessoas		0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
<b>Percentagem de famílias em situação de pobreza segundo o principal tipo de rendimento do agregado familiar</b>													
Trabalhador por conta de outrem	15,5	9,2	20,0	30,5	14,4	15,6	5,1	26,5	6,7	12,7	14,9		
Negócios	2,6	1,7	1,5	3,5	4,1	12,5	0,0	7,1	0,0	2,7	1,4		
Pensões/reformas	75,3	83,8	75,4	58,4	75,3	67,2	89,8	65,3	81,7	74,5	79,7		
Subsídio de desemprego	4,0	1,7	3,1	3,2	2,2	3,1	3,4	0,0	0,0	4,5	1,4		
Remessas de emigrantes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0		
Rendas	0,0	0,0	0,0	0,2	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	0,0	
Auto-produção	0,9	0,0	0,0	1,2	1,3	0,0	1,7	0,0	3,3	0,9	2,7		
Auxílio de terceiros	1,6	2,9	0,0	2,5	0,9	1,6	0,0	1,0	3,3	0,0	0,0		
Outros	0,3	0,6	0,0	0,5	0,6	0,0	0,0	0,0	1,7	1,8	0,0		
<b>Percentagem de famílias em situação de pobreza segundo a frequência dos encargos regulares</b>													
Renda	53,9	70,9	46,2	35,4	57,0	30,5	35,9	37,3	33,7	25,0	25,5	28,4	
Amortização da habitação	1,7	1,8	2,3	1,5	1,2	1,9	1,6	0,0	2,0	1,7	4,5	0,0	
Electricidade	91,3	92,8	86,1	89,2	89,6	92,7	93,8	98,3	93,9	91,7	93,6	85,1	
Gás	91,6	97,0	95,4	93,8	89,6	89,2	85,9	91,5	94,9	90,0	91,8	78,4	
Água	78,7	88,2	77,5	74,9	71,8	71,4	40,6	81,4	89,8	78,3	70,0	62,2	
Telefone	40,3	49,6	26,0	35,4	39,7	32,9	23,4	37,3	48,0	21,7	38,2	18,9	
Transportes	35,9	36,4	30,1	20,0	42,5	33,5	37,5	22,0	58,2	38,3	30,9	4,8	
Encargos com viaturas	12,0	7,5	7,5	18,5	14,1	17,4	20,3	6,8	28,6	10,0	25,5	2,7	
Encargos com alívios		11,1	11,0	18,5	22,6	13,3	23,4	6,8	23,5	1,7	11,8	8,1	
Outros	58,6	54,3	52,0	86,2	56,8	65,6	71,9	5,1	82,7	38,3	87,3	75,7	
<b>Percentagem de famílias em situação de pobreza segundo a origem da alimentação</b>													
Adquirida totalmente	62,4	71,7	46,2	55,4	40,6	37,5	55,9	49,0	33,3	37,3	31,1		
Adquirida parcialmente	35,1	26,6	50,8	39,5	59,4	62,5	44,1	51,0	66,7	62,7	68,9		
Géneros de auto-produção	4,0	12,1	12,3	15,5	37,2	37,5	30,5	25,5	48,3	34,5	52,7		
Fornecida por solidariedade	6,0	5,8	9,2	7,9	6,0	7,8	1,7	9,2	0,0	7,3	6,8		
Fornecida por outros	26,8	11,0	36,9	18,5	18,7	23,4	13,6	18,4	20,0	22,7	12,2		
<b>Estrutura média dos despesas mensais das famílias</b>													
Habitação	10,8	10,2	11,6	10,4	11,6	11,4	14,6	8,4	15,1	12,2	8,0		
Alimentação	35,8	32,2	34,1	36,6	37,4	41,5	26,7	44,8	29,6	35,5	45,3		
Vestuário	6,8	7,5	5,6	7,7	6,0	5,7	7,3	6,5	1,0	5,5	6,1		
Saúde	21,6	25,6	25,1	18,9	22,3	15,4	25,7	17,8	26,6	24,7	23,6		
Outros encargos regulares	16,6	16,1	16,6	19,7	16,1	16,6	17,7	16,0	19,2	16,9	10,6		
Consumos extras	8,4	8,4	7,0	7,2	6,5	7,4	6,0	6,5	8,5	5,2	6,4		

Fonte: Caracterização da Pobreza em Portugal, Março/Abril 1995, Ministério para o Qualificação e Emprego - Departamento de Estatística

(1) A região Centro a que nos referimos aqui corresponde ao conjunto dos seguintes seis distritos: Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu.

Famílias Pobres por distritos  
(por escalões de percentagem)



Fonte: Caracterização da Pobreza em Portugal, Março/Abril 1995,  
Ministério para a Qualificação e Emprego, Departamento de Estatística

### ***Debilidades da estrutura produtiva e processos de reestruturação económica***

As debilidades da estrutura produtiva associam-se, em particular, a territórios onde mantém expressão significativa a agricultura tradicional (pouco produtiva) ou tecidos industriais maioritariamente compostos por PME de sectores tradicionais. Ambos os sectores são servidos essencialmente por um mercado de trabalho caracterizado pela precarização do emprego e pela existência de uma “economia informal”.

A crescente proliferação de modalidades precárias e marginais de emprego e o recurso por certos sectores de actividade (nomeadamente os de menor produtividade que não carecem de mão de obra qualificada) a trabalho clandestino, constituem um dos principais factores de pobreza e de vulnerabilidade à exclusão social, assumindo maior gravidade em meios urbanos desfavorecidos.

Os processos de reestruturação económica, que passam pela introdução de novas tecnologias e pela reestruturação de sectores de actividade, têm muitas vezes implicações na emergência de situações de pobreza e exclusão social, em resultado da supressão de postos de trabalho e do encerramento de numerosas empresas. A diminuição de necessidade de mão de obra e as maiores exigências da qualificação requerida por estes processos conduziu a que se tornasse incerto ou mesmo sombrio o presente e o futuro de certas categorias sócio-profissionais.

### ***Envelhecimento da população e alteração das estruturas familiares***

O índice de envelhecimento demográfico (+65 anos/-15 anos) passou, em Portugal, de um valor de 44,9% em 1981 para 68% em 1991.

Neste quadro – em que os idosos passaram a ter uma importância crescente na estrutura da população ao mesmo tempo que se alteraram as estruturas familiares (com a dimensão média das famílias em redução) e o estatuto social das mulheres (ligado à sua profissionalização) –, têm enfraquecido as solidariedades activas que tradicionalmente eram a principal protecção dos idosos da pobreza e da exclusão social.

Actualmente este grupo social está particularmente vulnerável porque a sua principal fonte de rendimentos são pensões muito baixas para fazer face às necessidades de bens essenciais e às exigências em termos de cuidado da família.

Na Região Centro os pensionistas e beneficiários activos representavam, em 1995, 50,1% da população activa e 26,7% da população residente. Este último valor tem uma incidência territorial diferenciada, sendo menor no litoral (17,7% no Baixo Vouga, 24,8% no Baixo Mondego e 23,2% no Pinhal Litoral) e maior no interior (35,2% no Pinhal Interior Norte, 41,9% no Pinhal Interior Sul, 26,4% no Dão-Lafões, 32,4% na Serra da Estrela, 34,1% na Beira Interior Norte, 35% na Beira Interior Sul e 34,9% na Cova da Beira).

O estudo acima referido estimou que 53% dos pensionistas dos 6 distritos que a Região Centro abrange se encontram numa situação de pobreza. Destes pensionistas pobres, 70% recebem menos do que o salário mínimo nacional. O mesmo estudo refere que são 75% do total as famílias em situação de pobreza cujo principal tipo de rendimento são as pensões ou reformas. Só a região do Alentejo apresenta um valor superior (83,8%). A análise distrital revela que são os distritos do interior aqueles que apresentam valores superiores à média da Região. Assim, o distrito onde a relação entre pobreza e esta principal fonte de rendimento (pensões ou reformas) é mais acentuada é o de Castelo Branco com 89,8% das famílias pobres a dependerem desse tipo de rendimento. Guarda com 81,7% e Viseu com 79,7% são os outros 2 distritos com médias superiores à Região. Leiria apresenta valores idênticos à região, tendo Aveiro e Coimbra valores inferiores (67,2% e 65,3%, respectivamente).

### **Áreas e habitações degradadas**

Viver-se em habitação precária ou degradada é, por si só, uma situação reveladora (e geradora) de pobreza e exclusão.

Nos grandes centros urbanos têm-se acentuado os fenómenos de segregação espacial. Esta refere-se a "manchas" de habitação degradada com condições de habitabilidade muito precárias, com níveis de degradação e insalubridade acentuados. As famílias pobres nos centros urbanos não são apenas aquelas que vivem em habitat degradado mas é aí que se revelam níveis muito acentuados de pobreza. Nos espaços rurais a tendência vai no sentido de os pobres habitarem em habitações bastante degradadas.

Os pobres estão frequentemente sujeitos a processos de exclusão no acesso à habitação pois está-lhes quase completamente vedado o acesso ao sector legal,

que pressupõe uma certa capacidade financeira das famílias (que estas não possuem). Como a produção de habitação social também não responde eficazmente às necessidades de habitação, o resultado é a exclusão de vastos sectores da população de uma habitação condigna.

São de vários tipos as habitações em que os indivíduos em situações de pobreza habitam, particularmente em meio urbano: barracas, casas degradadas, realojamentos temporários ou definitivos (o tipo “casas degradadas” é o mais frequente nos espaços rurais). Na Região Centro, a existência de barracas não assume proporções semelhantes às das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, embora assumam incidências territoriais diferenciadas.

O estudo já mencionado refere que 7,7% do total dos pobres na Região Centro vive em barracas (valor intermédio entre os 2,3% do Alentejo e os 11,8% da Região de Lisboa e Vale do Tejo). Mas as variações territoriais são acentuadas: enquanto o distrito de Leiria apresenta um valor muito baixo (1,8%) no distrito de Viseu são 23% os pobres que habitam em barracas. Os distritos de Castelo Branco com 2,4%, da Guarda com 5% e Coimbra com 6,1% assumem uma posição intermédia.

A habitação em casas degradadas ocorre sobretudo em distritos com predomínio de áreas rurais, no interior da Região Centro. O distrito de Castelo Branco com 81,4%, o de Viseu com 81,1% e o da Guarda com 76,7% são os distritos que apresentam valores superiores à média da Região Centro (66,5%). Os três restantes distritos apresentam valores inferiores: Coimbra 51%, Leiria 59,1% e Aveiro 64,1%.

Estes valores evidenciam claramente a necessidade de serem desencadeados processos de realojamento, por parte das autarquias locais, com o propósito de obviar a esta situação.

### **O sistema de ensino e os níveis de escolaridade**

A “escola” (sistema de ensino) não tem encontrado forma de superar, ou sequer minorar, os *handicaps* que as crianças dos meios desfavorecidos trazem da família, nomeadamente no que respeita a hábitos de aprendizagem e estudo. Não tem, por isso, contribuído de forma sensível para reduzir o fenómeno da perpetuação das desigualdades sociais existentes.

A falta de escolaridade constitui um sério obstáculo à integração no mercado de trabalho (empregabilidade) e reduz consideravelmente o acesso a níveis de remuneração satisfatórios.

Não obstante o acesso ao ensino estar hoje mais facilitado, os alunos mais carenciados material e culturalmente são os que continuam a abandonar precocemente a escola, em grande parte sem concluírem a escolaridade obrigatória, e os mais afectados pelo insucesso. Os níveis de escolarização mais elevados estão-lhes quase completamente vedados. Assim, para os jovens pobres a escola não constitui um veículo de promoção social.

Aliás, existe uma relação muito forte entre os baixos níveis de escolaridade detidos pelos mais velhos e os novos. O fenómeno tende a reproduzir-se de geração para geração (transmissão inter-gerações de uma das causas de pobreza), tanto mais que os indivíduos pobres tendem a desvalorizar socialmente a formação escolar.

O estudo já mencionado dá-nos conta dos níveis de escolaridade detidos pelo chefe de família das famílias pobres. Os valores apresentados evidenciam que estes indivíduos são detentores de baixas qualificações: na Região Centro 68% (61% para o Continente) não possuem sequer a 4ª classe. Numa análise distrital, salientam-se, mais uma vez, os distritos do interior: Guarda com 81,6%, Viseu com 71,6% e Castelo Branco com 69,5% são os que apresentam valores superiores à média da região. Nos restantes 3 distritos aproximadamente 63% de indivíduos não detém sequer a 4ª classe.

Não constitui novidade a relação entre rendimento e nível de instrução dos indivíduos: os baixos níveis de instrução, determinando baixos níveis de rendimento (em virtude de os indivíduos apenas acederem a profissões com baixas remunerações), aumentam a probabilidade de os indivíduos ou famílias caírem em situação de pobreza. E, como é óbvio, os baixos níveis de rendimento determinam baixos níveis de despesa: em alimentação, em educação, em saúde, em habitação e conforto (renda, água, electricidade, gás), em despesas fixas (transporte, telefone e outras).

### **Saúde**

A saúde representa um elemento chave para compreender o modo de vida das famílias pobres. O estado físico e psicológico destas pessoas reflecte as condições

de vida de extrema dureza e carência que experienciam no quotidiano. Por esta razão apresentam uma saúde em geral bastante debilitada, o que muitas vezes se torna um entrave ao desempenho de uma actividade profissional remunerada, única fonte de subsistência das famílias que não dependem dos subsídios.

A incapacidade para o trabalho de muitas destas pessoas revela-se, por vezes, como consequência das suas trajectórias profissionais, com experiências de trabalhos duros e exigentes do ponto de vista físico. Estes empregos, além de mal remunerados, estão sujeitos frequentemente a acidentes de trabalho reveladores das precárias condições e da vulnerabilidade a condições de trabalho frequentemente desregulamentadas. Os acidentes de trabalho não só resultam, na maioria das vezes, numa incapacidade posterior para desenvolver uma actividade como, dada a ausência de direitos sociais, inibem o acidentado e os familiares de poderem usufruir de qualquer rendimento monetário proveniente da segurança social, ou de prémios de seguro.

As crianças pobres, pela precaridade das suas condições de vida, são expostas a situações de risco que comprometem frequentemente o seu futuro. Quase sempre excluídas de uma assistência médica eficaz, tornam-se um grupo particularmente exposto a situações de doença, agravando ainda mais as condições de vida das famílias pobres.

Depois da alimentação, o estudo já mencionado destaca que são as despesas com a saúde aquelas que mais contam na estrutura média das despesas mensais das famílias pobres. Para a Região Centro a saúde representa um encargo de 22,3% no orçamento familiar (a alimentação representa 37,4%). As diferenças entre distritos não se apresentam muito significativas: apenas Aveiro apresenta um valor de 15,4%, ou seja um valor inferior à média da Região.

### **O sistema de emprego e a empregabilidade**

A probabilidade de os indivíduos ou famílias caírem em situação de pobreza é muito superior para os inactivos e para os activos desempregados.

O aumento do desemprego de longa duração, associado às lacunas do sistema de segurança social, tende a produzir uma entrada contínua de novos grupos de pessoas e famílias no universo dos empobrecidos urbanos.

Os empobrecidos urbanos desempenham tarefas pouco qualificadas (menos bem remuneradas) e em situação de grande precaridade em termos de horários de trabalho, trabalho nocturno, riscos de acidente, precaridade do vínculo contratual.

Os pobres são, em geral, muito vulneráveis a possíveis perdas e instabilidade do emprego, por reestruturações ou redimensionamento das actividades produtivas e por precaridade dos vínculos laborais .

Os grupos sociais com maior risco de exclusão do mercado de trabalho são os trabalhadores sem qualificação, trabalhadores mais idosos, os deficientes, os trabalhadores com problemas de saúde. Por outro lado, as mulheres e os jovens são dois grupos sociais que apresentam uma grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

A implementação de mecanismos de reintegração no mercado de trabalho deve, pois, constituir uma prioridade, particularmente para os desempregados de longa duração porque, à medida que o tempo de desemprego aumenta, a reintegração no mundo do trabalho torna-se cada vez mais difícil. Ou seja, a prazo, a perda de emprego pode resultar também na perda de empregabilidade dos indivíduos pobres.

No entanto, deve sublinhar-se que o facto de os elementos do agregado familiar exercerem uma profissão não é uma condição suficiente para evitar situações de pobreza, porque a ausência generalizada de qualificações profissionais tende a remetê-los a posições marginais no mercado de trabalho. Por outro lado, esta população tende (porque pouco escolarizada) a não fazer valer os seus direitos uma vez que tal depende, antes de mais, do conhecimento e do entendimento desses direitos.

### ***Em jeito de balanço sobre as intervenções no domínio do combate à pobreza e à exclusão social***

As intervenções no domínio da acção social têm vindo a fazer-se através de uma multiplicidade de programas e medidas da responsabilidade de um vasto conjunto de instituições públicas ou privadas (Segurança Social, Administrações Regionais de Saúde, Institutos de Reinserção Social, IEFP; IPSS ...) o que conduz frequentemente a sobreposições da intervenção, por um lado, mas também a vazios de intervenção, por outro. Daqui resulta a absoluta necessidade de procurar (ou aprofundar) formas concertadas de actuação no sentido de obviar à “descoordenação” e dispersão de esforços e recursos que se verificam actualmente.

A descentralização das actuações em matéria de acção social parece importante por permitir aos serviços de base regional e local desempenhar um papel nuclear em intervenções que, pela sua própria natureza, exigem proximidade (“conhecimento próximo”) relativamente aos seus destinatários.

A revalorização do papel dos municípios, das freguesias e das IPSS’s (através do regime de cooperação) deverá fazer-se através do maior envolvimento e co-responsabilização na definição de estratégias e programas de desenvolvimento social das regiões a que pertencem.

É crucial a conclusão da “carta social” para diagnosticar correctamente a capacidade de satisfação das necessidades de novas estruturas em cada território. De facto há hoje a impressão generalizada de que há concelhos e freguesias com excesso de oferta no domínio da acção social ao lado de outros que mantêm grandes carências.

As intervenções no domínio do apoio ao desenvolvimento social devem ser muito reforçadas porque a exclusão social não se resume à escassez de recursos materiais. Ela associa-se e decorre frequentemente do isolamento e incomunicabilidade entre “o mundo dos pobres” e “o mundo dos outros”. Os pobres vivem frequentemente num total desconhecimento dos seus direitos e na ignorância de outras formas de estar, de outras pautas de valores e comportamentos. Daí que todas as actuações que vão no sentido de quebrar estes factores de geração e perpetuação da pobreza e da exclusão sejam fundamentais e devam merecer muita atenção. Fazer despontar a esperança e melhorar a auto-estima são, muitas vezes, as condições primeiras para que os indivíduos adquiram capacidade para perceber que são excluídos e para se quererem libertar dessa situação. As crianças e as mulheres (mães) são, a este propósito, grupos prioritários.

Continuam a ser áreas a requerer atenções especiais, pluridisciplinares e concertadas:

- a existência de direitos ainda não assegurados, formalmente e de facto (p.e. a violência sobre as mulheres);
- a (des)articulação entre a acção social e a promoção do desenvolvimento – secundarização da protecção social na definição das prioridades e estratégias de desenvolvimento económico e social;

- a deficiente articulação entre sectores (ex. saúde e segurança social) e entidades, originando a existência de “zonas cinzentas” e grupos desprovidos da atenção devida;
- a persistência de uma perspectiva de actuação ainda demasiado assistencialista e remediativa, em detrimento da promoção e prevenção;
- a emergência de novos problemas sociais, nomeadamente nas áreas urbanas, e complexificação de outros (toxicodependência, sida, etc.);
- a racionalização dos equipamentos sociais.

## VI SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A REGIÃO CENTRO

Como sumário do atrás exposto, o diagnóstico prospectivo da Região Centro poderá sintetizar-se nos seguintes pontos:

- a) A Região Centro encontra-se numa fase de afirmação de um novo papel no contexto nacional. Esse novo papel radica, em primeiro lugar, nos seus recursos humanos, organizativos e institucionais, traduzidos num segmento importante de mão-de-obra jovem e medianamente qualificada, na capacidade de iniciativa, na estruturação de tecidos produtivos locais e na presença de instituições conceituadas de ensino superior, investigação e transferência de tecnologia. Em segundo lugar, esse novo papel terá de valorizar os “recursos do território”, com destaque para a estrutura de povoamento, recursos naturais – solo, recursos minerais, paisagem, floresta e, principalmente, recursos hídricos – património e infra-estruturas e equipamentos já instalados. Finalmente, o novo papel da região acompanhará a nova centralidade decorrente das infra-estruturas (existentes ou previstas) de transporte de âmbito nacional e transeuropeu.
- b) A Região Centro tem um papel fundamental na articulação do território nacional e deste com o espaço europeu, é um espaço de “reserva” estratégico em termos nacionais (água e floresta) e um território imprescindível na internacionalização (*clusters* exportadores, atracção de IDE), flexibilização e modernização da economia nacional.
- c) A Região Centro é um espaço de grandes diversidades territoriais e produtivas. O mais importante segmento de potencialidades de desenvolvimento da região resulta das oportunidades de integração das actividades e espaços regionais. Integração de actividades no sentido de alargamento das “cadeias de valor” e de surgimento de novas actividades que incorporem bens intermédios e componentes produzidos na região. Integração de espaços, no sentido de valorizar complementaridades e sinergias e fomentar especialização e competitividade.
- d) A Região Centro não possui grandes cidades. Mas a organização do território evidencia um conjunto de sistemas urbanos territoriais (abrangendo mais de

3/4 da população) que estruturam o espaço regional. A organização e consolidação destes sistemas territoriais é indispensável para ganhar dimensão e competitividade, para encontrar novas formas de relação urbano/rural, para “qualificar o meio”, cada vez mais factor decisivo de atracção de investimentos e de competitividade das empresas.

A articulação entre estes sistemas urbanos territoriais dá origem ao surgimento de eixos de desenvolvimento que, apoiados em infra-estruturas de transportes, fazem emergir algumas cidades como “pontos singulares” pela sua “centralidade”, ao mesmo tempo que evidenciam a existência de espaços marginalizados e, possivelmente, excluídos das dinâmicas de desenvolvimento da região.

- e) A Região Centro vem procurando assumir uma posição de excelência no domínio da saúde, existindo iniciativas de entidades locais orientadas pela ideia de criar na região, designadamente em Coimbra, um parque temático (complexo de funções) das ciências da vida. A ambição é o desenvolvimento de uma “fileira da saúde” (com a excelência no domínio dos cuidados de saúde a induzir o desenvolvimento de outras actividades complementares – equipamentos, serviços de apoio, consumíveis).

Do mesmo modo, as infra-estruturas tecnológicas instaladas revelam dinâmicas que tornam razoável a expectativa de poderem vir a afirmar-se como pólos prestadores de serviços avançados, nalguns casos para exportação.

- f) A importância estratégica dos recursos da Região Centro, em termos nacionais e europeus, torna crucial a sua preservação e valorização. O ambiente e o ordenamento do território (recursos hídricos, floresta, gestão da paisagem, etc.) terão de ter tradução nas políticas públicas do próximo período de programação. Não apenas na perspectiva de preservação e recuperação, mas também como domínio gerador de inovação (p. e. aproveitamento da biomassa florestal) e criador de empregos.

- g) Na Região Centro a construção dos grandes eixos de acessibilidade inter-regional e europeia não tem sido acompanhado pela construção de redes de capilaridade, em particular as que asseguram o serviço de ligação das cidades aos grandes eixos. Do mesmo modo, a modernização das infra-estruturas ferroviárias deverá ser acompanhada por uma óptica de serviço,

impondo uma cuidadosa correcção das desarticulações que hoje existem no que respeita a horários, frequência e paragens dos comboios.

- h) A Região Centro vem revelando uma apreciável dinâmica institucional e organizativa, mais recentemente traduzida em diversas iniciativas para a criação de agências de desenvolvimento regional e de novas formas organizativas a nível empresarial. Essas iniciativas orientam-se por uma preocupação de dar visibilidade e promover os territórios, as suas potencialidades e os seus produtos. No mesmo sentido, merecem destaque a procura de novas formas de cooperação a nível autárquico, quer com a preocupação de resolver problemas de âmbito intermunicipal, quer para concertação de estratégias de organização e desenvolvimento territorial.

A síntese das forças e fraquezas, por um lado, e das ameaças e oportunidades, por outro, são sintetizadas no quadro seguinte. O quadro foi pensado no sentido de identificar os elementos estratégicos para a região e, por isso, não foi construído numa perspectiva sectorial.

Da leitura desse quadro identificam-se alguns grandes **desafios** que se colocam à Região Centro e que devem ter adequada tradução nos eixos estratégicos do futuro plano de desenvolvimento da região:

1. A “qualidade do meio”, exigindo actuações centradas na *cidade* tendo em vista a qualificação das suas funções e dos seus espaços, das suas infra-estruturas e equipamentos, dos seus recursos humanos e competências. Para a Região Centro é estratégica a estruturação e consolidação de sistemas urbanos territoriais, o que passa por intervenções pluri-sectoriais no quadro de constelações de cidades e dos espaços rurais entre elas.
2. A conclusão do Plano Rodoviário na região, a modernização da linha da Beira Baixa e a valorização das novas centralidades que daí resultam para promover uma rede de localizações infra-estruturadas, funcionais e de prestígio como forma de ancorar investimentos qualificantes, de origem nacional ou estrangeira, complementada com o desenvolvimento de serviços de logística.
3. A qualificação do tecido produtivo e empresarial, pelo alargamento da cadeia de valor, pelo reforço da internacionalização da economia regional e pela

## REGIÃO CENTRO (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Qualidade dos recursos naturais (geológicos, hídricos, florestais, paisagísticos)</p> <p>Recursos humanos (apesar da situação média em termos de qualificações)</p> <p>Potencial de ensino superior</p> <p>Qualidade das infraestruturas tecnológicas (CT)</p> <p>Estrutura de povoamento favorável a processos difusos de industrialização</p> <p>Património histórico e arquitectónico</p> <p>Posição geográfica: boas acessibilidades</p> <p>Tecidos produtivos locais com tradição</p> <p>Potencial empresarial local (na litoral)</p> <p>Presença de capitais estrangeiros, inserção das empresas em circuitos de comercialização</p> <p>Boa inserção nas redes transeuropeias</p> <p>Papel chave na articulação do território nacional</p> <p>Alguma inovação nas produções agrícolas (tabaco, agricultura biológica, ...)</p> <p>Produtos agro-pecuários com tradição e qualidade</p>	<p>Insuficiente ordenamento e carência de infra-estruturas</p> <p>Desajustamentos na oferta e procura de qualificações</p> <p>Fraca articulação territorial do Ensino Superior e ausência de uma rede regional de I&amp;D</p> <p>Debilidade da rede urbana</p> <p>Deficientes acessibilidades intra-regionais: isolamento do interior</p> <p>Fraca dinâmica demográfica: despovoamento do interior</p> <p>Pequena dimensão do mercado local</p> <p>Fraca domínio dos mercados</p> <p>Cadeias de valor curtas</p> <p>Fraca solidariedade intra-regional (cooperação entre cidades)</p> <p>Crise financeira de importantes empresas em sectores tradicionais</p> <p>Debilidade dos serviços e estruturas de apoio às actividades produtivas</p> <p>Insuficiente pensamento e planeamento estratégico empresarial</p> <p>Fragmentação das explorações agrícolas e das estruturas organizativas dos produtores</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Aprofundar a internacionalização:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- maior presença no mercado</li> <li>- reforço da subcontratação</li> </ul> <p>Alargar as cadeias de valor: participação nos circuitos de distribuição, integração de produções, serviços avançados (concepção, qualidade, desenvolvimento tecnológico)</p> <p>Valorizar as "promessas" (recursos hídricos, turismo, amenidades)</p> <p>Afirmar produtos tradicionais: incorporar engenharia, arte e design</p> <p>Articular lanifícios e vestuário</p> <p>Desenvolver fileira da saúde e apoiar a criação de empresas de base tecnológica</p> <p>Aproveitar as infra-estruturas tecnológicas para prestar serviços internacionais</p> <p>Desenvolver serviços de logística</p> <p>Desenvolver serviços empresariais para o mercado nacional</p> <p>Desenvolver produções biológicas e energias alternativas (aproveitamento energético da biomassa florestal)</p>	<p>Perda de factores de competitividade baseados no custo: desaparecimento de sectores como o vestuário</p> <p>Desnacionalização: perda de controlo sobre as estratégias empresariais e sobre os factores determinantes do valor acrescentado</p> <p>Desaparecimento de empresas que não têm acesso a novas formas de energia</p> <p>Dificuldades de abastecimento de matérias primas florestais</p> <p>Acréscimo de custos por respeito das normas ambientais</p> <p>Desaparecimento de empresas dos sectores tradicionais: perda de emprego</p> <p>Dificuldades de sobrevivência da pequena agricultura</p>

captação de novos investimentos para a região, ao mesmo tempo que se reforça a capacidade organizativa empresarial.

4. A valorização das competências regionais em matéria de ensino superior e de investigação e das competências dos Centros Tecnológicos, para pôr a trabalhar em conjunto um leque vasto de entidades no quadro de um plano tecnológico para a Região Centro. Estaria em causa a competitividade e a inovação a nível regional e a afirmação de pólos de excelência, desejavelmente de alcance supra-nacional, em domínios onde a região tem vindo a ganhar competências específicas (cerâmicas, ferramentas especiais, papel, têxteis, etc.).
5. O desenvolvimento da fileira da saúde, tirando partido das capacidades já existentes no domínio da produção de serviços e tecnologias da saúde, bem assim como dos problemas específicos que se colocam na prestação de serviços de saúde de qualidade em espaços de baixa densidade.
6. Valorização de territórios onde houve grande concentração de investimentos públicos (p. e. Cova da Beira e Baixo Mondego), de modo a atingir os efeitos que os justificaram.
7. Preservação e recuperação dos recursos naturais estratégicos (em particular a água, a floresta e a paisagem) e valorização de forma sustentável do património natural e cultural.
8. Gestão sustentável dos espaços em despovoamento e organização das capacidades locais para aproveitamento do leque de oportunidades de territórios coerentes que revitalizem as aldeias.
9. Viabilização da pequena agricultura, quer enquanto segmento importante da economia regional, quer enquanto factor de suporte da competitividade do tecido industrial (flexibilização dos mercados de trabalho) quer, ainda, como actividade crucial para a gestão da paisagem e do território.

**– PARTE II –**

**UMA REGIÃO QUALIFICADA,  
ACTIVA E SOLIDÁRIA**

*– visão sobre a Região Centro  
para a próxima década\**

---

\* Redacção concluída em Março de 1999



## I UMA VISÃO SOBRE A REGIÃO CENTRO (2000-2006)

Estabelecer uma visão qualificante e mobilizadora para a Região Centro é uma condição essencial para organizar as políticas públicas de desenvolvimento no período 2000-2006, que corresponde ao PNDES e ao QCA III.

Tal visão há-de assentar num conjunto de pilares que represente bem as opções e prioridades essenciais para organizar a região, torná-la coesa e fazê-la competitiva. Para isso importa partir dos recursos que diferenciam a Região Centro no plano nacional, lhe conferem características de excelência e lhe asseguram uma dinâmica mobilizadora. São três os pontos basilares que qualificam a região e servem para lhe definir objectivos ousados com os quais se forma a visão do que se deseja para a região num horizonte próximo, correspondente à concretização do PNDES:

- Um *território excelente*, que proporciona a afirmação de um quadro de vida urbano atractivo e qualificado, assente em sistemas sub-regionais em que a complementaridade e a articulação de cidades médias próximas entre si é essencial e contribui para estruturar o território regional desde o litoral até ao interior, dando-lhe capacidades para afirmar a coesão do tecido regional e sub-regional, visto que se organiza de forma policêntrica e polinucleada.
- Uma *rede de estruturas de conhecimento, de saber, de ensino e de investigação*, que permite dinamizar os meios em que se insere, proporciona a consagração de centros de excelência em matéria científica e de produção de competências especializadas e possibilita a afirmação de iniciativas, de capacidade empresarial e de atracção de empresas com uma base tecnológica elevada, ao mesmo tempo que assegura o aprofundamento e o avanço nas cadeias de valor das especializações produtivas já consolidadas na região.
- Um *papel central na economia do país* e na sua relação com o exterior, o que faz da região o território essencial da rede de acessibilidades e infra-estruturas de comunicação internas e transeuropeias, ao mesmo tempo que configura a possibilidade de que se criem infra-estruturas de qualificação da actividade produtiva empresarial, assentes na logística, nos serviços avançados e no desenvolvimento de espaços de agregação e ordenamento, que ao mesmo tempo organizem as cidades e os espaços de localização

industrial – as interfaces entre os modos de transporte e de grandes acessibilidades são especialmente propiciadoras de uma estruturação dos territórios regionais nesta base.

Além disso, tem-se na Região Centro uma consciência viva do que significa a sua ambição de qualificação ambiental e de valorização dos territórios de grande valia natural e do papel que podem representar os espaços de baixa densidade, como os do interior, na promoção de modelos de desenvolvimento activos, inovadores e alternativos.

É no pressuposto da capacidade regional para tornar concreto este potencial e para aproveitar as novas oportunidades que se fundamentam os quatro elementos que definem a ambição para a Região.

## **1. UM MODELO TERRITORIAL EQUILIBRADO, QUALIFICADO E ACTIVO**

Numa região com as características da nossa, o ponto fulcral de uma visão regional deve ser acerca do seu modelo territorial. Coesão, qualificação e capacidade de mobilização são os objectivos necessários desse modelo. A coesão e a qualificação têm a ver com o facto de a nossa região ter uma natureza espacial diversificada (é uma região de espaços múltiplos) e de possuir estruturas com as quais pode organizar e dar conteúdo activo a cada um dos territórios sub-regionais que a compõem e que se desenham a partir da proximidade que têm relativamente aos principais centros. Quer isto dizer que importa identificar no território regional quais são os centros de racionalidade que organizam e qualificam a vida das pessoas onde elas estão e onde se quer que elas vivam.

A competitividade significa, neste caso, que importa também identificar os recursos mais capazes de proporcionarem a modernização da região e de assegurarem capacidade de relacionamento de cada um dos seus espaços com o exterior. Uma região como a do Centro vale pelo modo como assegura a coesão do país como um todo e pelo modo como se organiza coerentemente do ponto de vista interno, à volta de cada uma das suas cidades e de cada uma das suas sub-regiões.

### **1.1. Organizar e qualificar o sistema urbano**

Todos estes argumentos e objectivos concorrem para que se estabeleça uma relação muito forte entre as qualidades do modelo territorial regional e o sistema urbano. De facto, o sistema urbano, pelas centralidades que proporciona, pelos recursos que fixa, pelas dinâmicas que possibilita, é o primeiro dos “recursos do território”. E sucede que, na Região Centro, ele contém duas características de valor inestimável que importa valorizar. Uma consiste no facto de a malha urbana, composta por centros de inegável importância (cidades médias), se distribuir de forma relativamente equilibrada pelo espaço regional, desde o litoral até ao interior. A outra relaciona-se com a circunstância de a riqueza do sistema urbano não se limitar aos centros que representam os seus nós mais importantes. Por isso, há uma possibilidade real de perspectivar a importância não apenas de cada cidade média mas do espaço urbano sub-regional (eixos ou constelações urbanas) que ela forma com outras cidades ou com outros centros de menor importância mas, ainda assim, de valia urbana. Quer isto dizer que na Região Centro a identificação de espaços sub-regionais importantes, que definam a sua estrutura territorial de forma equilibrada e coesa, é uma possibilidade oferecida pelo território e que urge interpretar devidamente.

Assim sendo, a Região Centro não deve ser vista apenas como a região das cidades médias (nesse caso identificar-se-ia um punhado de aglomerações que, com a sabida excepção de Coimbra, ficaria cada qual por poucas dezenas de milhares de habitantes). A Região Centro deve ser vista como a região das cinco “cidades” de mais de 200 mil habitantes cada uma. Essas cinco “cidades” são os sistemas urbanos sub-regionais – o do interior, constituído pelo eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco (200 mil habitantes a 30 minutos do conjunto dos centros); o do Dão-Lafões, constituído pela constelação urbana estruturada por Viseu e que inclui as sedes de concelho que a rodeiam numa distância-tempo de menos de 30 minutos (190 mil habitantes); o de Aveiro/Ílhavo-Águeda-Ovar-Oliveira do Bairro, com cerca de 120 mil habitantes a 15 minutos de Aveiro; o do eixo Coimbra-Figueira da Foz, com mais de 330 mil habitantes em 8 concelhos contíguos e 160 mil habitantes a 15 minutos de Coimbra; o eixo Leiria-Marinha Grande, com 230 mil habitantes em 5 concelhos contíguos e 130 mil habitantes a 15 minutos de Leiria.

Por estas razões – quer dizer, pelo elevado potencial de modernização e de competitividade que os recursos urbanos de escala apreciável contêm e pelo capital

de qualificação territorial que cada sistema urbano da Região Centro exhibe no plano sub-regional – torna-se essencial que a valorização urbana, entendida como um objectivo para que é essencial a cooperação municipal e a definição de estratégias de intermunicipalidade, seja um objectivo central do Plano de Desenvolvimento Regional no período do QCA III.

Um programa de valorização de cada sistema urbano há-de conter objectivos relacionados com a qualidade de vida dos centros urbanos; com as infra-estruturas de mobilidade, de organização do espaço e de lazer; com os equipamentos que organizam a vida colectiva e com o abastecimento dos principais recursos.

### **1.2. Afirmar os centros de saber, de conhecimento e de comunicação**

Um território equilibrado e competitivo tem de estar dotado de múltiplos recursos – aqueles que fixam capacidades e proporcionam que os lugares onde se vive sejam qualificados, mas também aqueles que possibilitam a geração de condições imateriais, ligadas ao conhecimento, às tecnologias, à inserção em redes de características nacionais e internacionais.

O equilíbrio e a competitividade da Região Centro estão, pois, fortemente ligados a outros recursos que não apenas os do espaço físico urbano, embora com ele altamente relacionados – a rede de ensino superior, que é muito densa na Região Centro, com as suas três universidades públicas e seis institutos politécnicos, alguns já dotados de pólos; os centros tecnológicos localizados na região e cujas competências, devendo ser entendidas como de todo o país, são essenciais para fixar conhecimento e inovação; a presença de centros de excelência nacional em áreas como a saúde, as telecomunicações, o multimédia, a engenharia industrial e de protótipos e nos domínios mais avançados da investigação científica, desde as ciências físico-naturais, às ciências sociais e às ciências computacionais e da informação.

Todos estes recursos e capacidades possuem duas qualidades que devem ser sublinhadas – por um lado, diferenciam a região e, portanto, definem a sua valia no espaço nacional; por outro, representam possibilidades de agregação de interesses, de projectos, de iniciativas e de lideranças no plano nacional e transnacional. O papel de cada uma das universidades públicas é extremamente relevante – e sê-lo-á tanto mais quanto elas criem no respectivo ambiente urbano novos centros de relacionamento com as grandes redes internacionais, novas capacidades

para gerar inovação e novos recursos para projectar as dinâmicas mais qualificantes que permitem aos agentes e actores regionais tornarem-se parte activa do que, de mais importante, acontece no mundo. O grande prestígio interno e externo da Universidade de Coimbra, a assinalável capacidade de inovar da Universidade de Aveiro e o inestimável papel da Universidade da Beira Interior na fixação de um centro de qualificação na Covilhã são recursos decisivos para, em articulação com os institutos politécnicos, desenvolver capacidades do conhecimento, do saber e da comunicação com as redes e as competências internacionais.

Um programa de valorização dos recursos tecnológicos e do conhecimento na região há-de conter objectivos relacionados com os equipamentos que consagrem projectos de excelência, com a criação de espaços que proporcionem a localização de actividades qualificadas e com a constituição de redes de parcerias.

### **1.3. Criar plataformas logísticas e modernizar os equipamentos e as infra-estruturas económicas**

A natureza da rede de acessibilidades da região é clara – ela serve para entrecruzar as principais capacidades de relacionamento do país, através da rodovia, da ferrovia e dos portos. Mas é também evidente que essa rede comporta dois défices importantes: não está concluída, faltando-lhe segmentos essenciais, e não foram ainda exploradas as enormes virtualidades que decorrem de uma relação coerente com as bases logísticas de organização da actividade económica.

Assim sendo, importa que se ganhe uma visão ousada da necessidade de assegurar plataformas logísticas que qualifiquem a economia regional, ordenem o espaço do ponto de vista da mobilidade dos recursos e do ponto de vista da fixação de capacidades de negócio.

A questão das infra-estruturas de interface em nós de acessibilidades (nos portos e nas zonas de confluência dos IP's e dos IC's; nas áreas de promoção das intermodalidades de transporte) é a primeira a reter. Deve dar-se-lhe um significado que não os limite a meros espaços físicos, visto que eles devem ser verdadeiros parques de negócios, quer dizer, locais de instalação de serviços das empresas, de criação de oportunidades de relacionamento económico e de valorização das capacidades produtivas das empresas locais e regionais (de forma a que as acessibilidades não sejam apenas vias de saída de pessoas e recursos, mas também de entrada de oportunidades).

Para além do que os espaços de logística económica empresarial significam enquanto valorização do capital fixo social que a rede de acessibilidades representa, eles são também essenciais para o ordenamento do território, no que se refere à localização de empresas e à qualificação dos seus contextos de funcionamento. De facto, as externalidades que aumentam a produtividade empresarial e reforçam o desempenho microeconómico das unidades produtivas têm, como é sabido, uma importância crescente e decisiva.

Quer isto dizer que, complementarmente às zonas de localização industrial, a região, na sua diversidade e no seu polimorfismo económico, deve pensar *uma nova geração* de equipamentos e infra-estruturas económicas que, partindo da logística e das plataformas que se lhe destinem, inclua também a concepção de uma rede forte de equipamentos de nível superior. Os portos de Aveiro e Figueira da Foz são, neste contexto, recursos cuja valia deve ser altamente rentabilizada.

#### **1.4. Promover a coesão territorial: os espaços de baixa densidade, o desenvolvimento local e uma provisão de bens públicos assente na equidade**

A Região Centro tem consciência do que a qualifica perante as outras regiões e lhe dá capacidade competitiva: as suas cidades e eixos urbanos, a sua economia, a sua localização. Mas sabe também que os seus espaços rurais, a sua paisagem, as suas aldeias, os seus recursos ambientais e naturais, a população que ocupa o território fora dos grandes centros – em suma, tudo o que compõe o que designamos por espaços de baixa densidade – são, não apenas um factor essencial para a coesão e a auto-estima regional, como também, nos dias de hoje, uma vantagem para a competitividade.

Por isso mesmo, a visão de um território equilibrado e competitivo que queremos promover, assenta numa noção de descentralização, de valorização do que define a qualidade dos níveis local e sub-regional e numa apreciação muito forte do que deve constituir um princípio de provisão universal de bens públicos, capaz de não marginalizar populações nem desperdiçar recursos. São questões de qualidade, de qualificação e de equidade que presidem a uma perspectiva deste tipo.

Tal como para as áreas urbanas, também aqui importa promover uma lógica de intervenção integrada, assente em contratos que dêem guarida a visões globais sobre o desenvolvimento dos territórios e que, desse modo, privilegiem a recupera-

ção do património, a valorização dos produtos locais, a consolidação de equipamentos que assegurem a qualidade de vida aos habitantes e apoiem as actividades económicas – ao mesmo tempo que se usem soluções inovadoras, como as que se ligam à difusão de novas tecnologias, ao teletrabalho ou a novos serviços em meio rural.

Um programa destinado aos espaços de baixa densidade demográfica e sócio-económica há-de conter acções de valorização das aldeias, da paisagem, dos recursos do território e o fomento de novas relações cidade-campo mais equilibradas e mutuamente vantajosas.

## **2. UMA ECONOMIA COMPETITIVA, INOVADORA E SOLIDÁRIA**

A economia da Região Centro apresenta potencialidades para vir a ser, a médio prazo, uma economia moderna, articulada, inserida em dinâmicas competitivas nacionais e internacionais e apoiada em factores avançados e imateriais de competitividade.

Para que esta ambição possa concretizar-se é essencial assegurar capacidade para tirar partido dos factores de tradição produtiva e cultural que caracterizam a região e dos seus recursos ambientais e de localização, combinando-os inteligente e eficazmente com as capacidades disponíveis nos domínios dos serviços tecnológicos, científicos e de ensino superior que importa estimular, promover e apoiar com vista à sua consolidação e desenvolvimento.

A gestão sustentável dos recursos naturais que suportam boa parte da economia regional é uma questão de interesse estratégico fundamental para a Região Centro. Isto significa a não depredação dos recursos não renováveis e uma gestão dos recursos renováveis que assegure a sua sustentabilidade. Assumem particular relevo a qualidade da água e da paisagem, bem assim como a gestão e valorização da floresta.

Por outro lado, não tendo todo o território regional capacidade endógena suficiente para vir a usufruir equitativamente das vantagens decorrentes do desenvolvimento económico, importa assegurar as condições para que as áreas mais desfavorecidas possam rentabilizar os recursos locais de que dispõem, de modo a criar rendimentos e empregos e a garantir condições de vida às populações aí residentes. A não ser assim, corre-se o risco de continuar a desertifi-

cação destas regiões e de agravar ainda mais as desigualdades sociais existentes. Sublinha-se, contudo, que não está em causa uma mera política assistencialista a determinados territórios mas sim a exploração das suas reais potencialidades e recursos e, muito em particular, das novas oportunidades que se abrem aos espaços interiores de baixa densidade.

Os processos de reestruturação e modernização da economia tendem a gerar a marginalização de segmentos populacionais mais vulneráveis (p.e. com níveis etários mais elevados e menores qualificações escolares e profissionais) no acesso ao trabalho e ao emprego. Os imperativos da coesão e da solidariedade obrigam a que se desenvolvam mecanismos necessários à criação de novas oportunidades a estas pessoas.

O percurso para um desenvolvimento competitivo da economia regional depende crucialmente de quatro tipos de condições:

- 1º Assegurar a melhoria quantitativa e qualitativa da educação e formação profissional, em geral, e das competências e especializações profissionais avançadas requeridas pelos sectores de especialização e/ou estratégicos a desenvolver. Inclui-se também aqui o estímulo e desenvolvimento da “propensão para a iniciativa”.
- 2º Consolidar e fortalecer o quadro institucional regional no sentido de o dotar de efectiva capacidade de actuação qualificante e representação externa da Região, dos seus sectores produtivos e dos seus interesses estratégicos. A cooperação e concertação entre os diferentes actores a nível regional (empresas, associações empresariais, centros de competências tecnológicas e científicas, autarquias e sistema escolar e de formação) desempenha um papel fundamental neste processo.
- 3º Garantir a qualidade do meio quer no que respeita aos espaços de acolhimento de empresas e actividades quer, sobretudo, à capacidade dos sistemas urbanos para gerarem e difundirem inovação, para inserirem a região nas dinâmicas mundiais e para fomentarem o aproveitamento virtuoso das chamadas “economias de aglomeração”.
- 4º Dotar a Região de capacidade acrescida de mobilização de capitais para financiamento de investimentos produtivos e diversificar os instrumentos

financeiros à disposição das empresas, no sentido de lhes permitir soluções de engenharia financeira mais flexíveis e adequadas à complexidade da economia actual.

## **2.1. Qualificar e consolidar os sectores tradicionais**

A economia da Região Centro apresenta uma especialização produtiva que assenta a sua competitividade essencialmente em factores de vantagem comparativa ditos tradicionais: recursos naturais (indústrias agro-alimentares, cerâmicas e vidro, madeira e papel) e um binómio favorável de custo/qualidade da mão-de-obra (vestuário, produtos metálicos, metalomecânica ligeira, embora este factor de vantagem comparativa exerça os seus efeitos de forma muito generalizada).

Este conjunto de actividades assegura a maior parte dos empregos directamente produtivos da região e constitui um potencial de desenvolvimento a valorizar. Nesse sentido, é prioritário assegurar a sua competitividade e promover o alargamento das cadeias de valor em que se inserem. Preocupação particular deverá ser a de aumentar o valor acrescentado pelas actividades que transformam recursos naturais da Região.

São objectivos a atingir neste domínio:

- Valorizar os saberes e competências já existentes, assegurando a incorporação de maior valor acrescentado, qualidade e genuinidade. A incorporação de *design* e arte e o acompanhamento (antecipação) dos gostos dos principais mercados consumidores constituem domínios estratégicos de actuação. A certificação de qualidade e, quando relevante, da autenticidade/genuinidade são também muito importantes.
- Promover a afirmação de marcas nacionais (ou regionais) e o *marketing* dos produtos. Sendo claro que estas são tarefas excessivamente onerosas para a esmagadora maioria das empresas da região, é desejável que elas se baseiem em estratégias de cooperação empresarial organizadas e geridas através das organizações colectivas de produtores de carácter sectorial e/ou regional. Sabe-se também o quanto o *marketing* das regiões (e do país) é, neste domínio, uma aposta fundamental.
- Promover a obtenção de capacidade de controlo dos circuitos de comercialização e distribuição. Também neste domínio as estratégias empresariais

individuais são praticamente inacessíveis à generalidade das empresas pelo que a via a explorar será a da cooperação entre empresas nacionais ou com empresas estrangeiras.

- Promover a inovação em produtos e processos. Não enfeitando a desejabilidade da inovação radical, o que mais se revela decisivo no estágio de desenvolvimento actual da indústria regional são inovações incrementais, cumulativas e sustentadas que conduzam à progressiva diversificação e densificação das actividades, tirando mesmo partido de afinidades ou complementaridades com produções já existentes.
- Apoiar o surgimento de iniciativas empresariais no domínio dos serviços de apoio às empresas em áreas deficitárias (p.e. qualidade, manutenção industrial, novas tecnologias de informação e comunicação, etc.).
- Garantir condições de custo semelhantes seja qual for a localização das empresas no território regional (relevam o acesso a energias baratas, acessibilidades e telecomunicações).

## **2.2. Desenvolver e consolidar actividades e serviços de base tecnológica e a utilização de novas tecnologias**

Em período relativamente recente, a Região Centro desenvolveu ou consolidou competências tecnológicas e científicas que a colocam em boa posição para uma aposta futura na melhoria do seu perfil de especialização produtiva. A elas se associam serviços e actividades intensivos em elevadas competências e especializações dos recursos humanos, informação e redes de serviços avançados, aplicação de conhecimentos técnicos e científicos, desenvolvimento de *software* e telemática, incontornáveis exigências em rigor técnico e qualidade produtiva.

Neste domínio salienta-se o sector da prestação de serviços de saúde (particularmente em Coimbra), a prestação de serviços de apoio tecnológico, o desenvolvimento de *software*, telecomunicações e qualidade industrial em domínios especializados. Relevam também algumas infra-estruturas tecnológicas e centros de investigação aplicada nos domínios das telecomunicações e electrónica, cerâmica, saúde, computação gráfica, máquinas-ferramentas, etc. com competências firmadas e com carteiras de clientes de âmbito nacional e mesmo internacional.

O desenvolvimento e afirmação competitiva deste tipo de actividades constitui um grande desafio em termos de qualidade da especialização regional que só poderá ter sucesso se se conseguir garantir a verificação conjunta de:

- instituições de interface e “redes de relação” permanente (formais e informais) entre os centros de produção e aperfeiçoamento de conhecimentos (universidades, centros tecnológicos, laboratórios de pesquisa, etc.) e entre estes e as empresas, autarquias e outros actores económicos e sociais da região;
- boas infra-estruturas e equipamentos de acolhimento especializados, como sejam uma boa rede de serviços de telecomunicações avançadas ou parques de serviços tecnológicos;
- equipamentos tecnológicos e científicos adequados e bem equipados (laboratórios de ensaio e análise, etc.), em particular em domínios que densifiquem e consolidem as especializações já firmadas na região;
- bom ambiente urbano, na medida em que os profissionais-chave para o desenvolvimento e sucesso deste tipo de serviços e actividades são, por definição, indivíduos com grandes níveis de exigência em termos de qualidade de vida;
- apoio financeiro e logístico para novas iniciativas de investimento neste domínio, nomeadamente para jovens licenciados com “boas ideias” de investimento (capital de risco, incubadoras para actividades deste tipo, acesso a consultoria especializada).

Está aqui em causa, de forma particular, a capacidade de estabelecer relações qualificadas e qualificantes com instituições extra-regionais (nacionais e estrangeiras) e de atrair projectos de investimento estrangeiro tecnologicamente avançados e/ou com grandes exigências de qualidade técnica e com capacidade de relação com o tecido produtivo endógeno.

### **2.3. Valorizar o potencial produtivo de territórios específicos**

A Região Centro desenvolveu, em localizações específicas, factores de vantagem competitiva complexos e multidimensionais que se associam a sistemas produtivos localizados onde as economias de aglomeração, a especialização em processos, técnicas e produtos e consequente consolidação de competências especializadas, a existência de redes densas de actores e correspondentes trocas de informação

formal e informal, formas de organização local colectivas e espírito empreendedor se têm vindó a combinar virtuosamente. Neste quadro inserem-se claramente a Marinha Grande, com a sua especialização em moldes para plásticos, plásticos e vidro; ou Águeda, com a sua especialização em produtos metálicos, metalomecânica e produtos eléctricos.

Não podemos, contudo, esquecer que há também processos com uma natureza próxima desta (embora em sectores que têm sido marcados pela crise em períodos recentes) na química industrial em Estarreja ou nos lanifícios na área da Serra da Estrela. Dir-se-ia que a grande diferença entre estas duas situações de “territorialização” de actividades passa pelas características técnicas, de estrutura empresarial e de inserção internacional que lhe estão associadas.

Está em causa, neste domínio, consolidar o potencial e promover a capacidade inovadora dos sistemas produtivos locais. Nesse sentido importa assegurar:

- a sua “competitividade sustentável”, garantindo o correcto ordenamento das actividades e a sustentabilidade ambiental e dos recursos naturais e humanos;
- a organização institucional mais favorável à cooperação e a formas de parceria de base local;
- a preservação dos saberes e informação que sustentam a dinâmica inovadora;
- a funcionalidade das infra-estruturas materiais, designadamente nos domínios da água, saneamento, energia e telecomunicações;
- a gestão adequada da formação, de modo a antecipar os estrangulamentos em matéria de recursos humanos aos vários níveis de especialização e competências requeridos para a valorização destes territórios;
- a dotação destes espaços e suas áreas adjacentes de redes de infra-estruturas adequadas às suas necessidades de articulação rápida e eficiente com outras localizações no país e com os seus mercados internacionais.

Estes territórios encerram a potencialidade importante de poderem ser focos de solidariedade com espaços adjacentes de baixas densidades empresariais e défices de iniciativa empresarial, através de processos de deslocalização de actividades quando existam relações (reais ou potenciais) de complementaridade.

## **2.4. Tirar partido de uma localização central no país e na sua articulação com a Europa**

A Região Centro constitui um território de articulação do conjunto do país e deste com a Península Ibérica e o resto da Europa, nela se cruzando grandes eixos rodovias e ferroviários de nível nacional e transeuropeu. Por outro lado, esta região dispõe de dois portos de mar. Esta situação cria condições e apela à criação de plataformas intermodais de transportes e mercadorias, à criação de infra-estruturas e equipamentos para o desenvolvimento de serviços de logística e distribuição e a espaços de instalação de actividades produtivas sensíveis às condições de acessibilidade.

Estas actividades, necessárias ao desenvolvimento do país e da região, poderão vir a gerar rendimentos e empregos, ao mesmo tempo que poderão contribuir significativamente para densificar a economia regional.

Para que tal seja possível é necessário planear para a região um conjunto de investimentos de criação de equipamentos e infra-estruturas adequadas, com preocupações de ordenamento do território. Mas é, sobretudo, necessário afirmar a Região Centro como um espaço alternativo para a localização de grandes investimentos produtivos de origem nacional ou estrangeira.

## **2.5. Aproveitar o potencial de desenvolvimento turístico**

O turismo é um sector claramente subdesenvolvido na Região Centro. Mesmo naqueles territórios com vocação turística mais evidente como a Serra da Estrela e a faixa costeira, as potencialidades para o desenvolvimento do sector estão claramente subaproveitadas. No entanto, a região dispõe de uma grande diversidade de recursos susceptíveis de valorização através de aproveitamento turístico, muito especialmente num quadro, que é o actual, de desenvolvimento rápido de novas procuras turísticas dirigidas ao turismo de natureza e de aventura, ao turismo cultural, ao turismo em espaço rural, ao turismo de saúde, ao turismo itinerante (*touring*), aos "*city breaks*".

A Região Centro dispõe de um rico património arquitectónico, de centros urbanos com grande valor histórico-patrimonial, de grande riqueza ambiental e paisagística (vários parques naturais, serras – destaca-se a Serra da Estrela – praias, lagoas e

albufeiras, condições adequadas à prática de vários desportos competitivos a nível internacional), de estâncias termais.

A região não tem vocação para o desenvolvimento do turismo de massa mas dispõe de um potencial muito significativo de crescimento do sector orientado para turistas nacionais ou espanhóis.

São condições importantes para o desenvolvimento do turismo de qualidade na Região Centro:

- o planeamento integrado do desenvolvimento do sector ao nível regional ou sub-regional (para territórios com especificidades e identidade próprias neste domínio);
- a criação de condições para o surgimento de projectos e produtos turísticos de qualidade;
- a preservação e valorização da paisagem, da qualidade ambiental e patrimonial e o correcto ordenamento do território;
- a organização da oferta (ex. centrais de reserva) e o desenvolvimento da animação turística;
- o *marketing* da região e dos seus produtos turísticos;
- a superação dos grandes défices existentes nos domínios da informação e sinalização turísticas;
- a melhoria da qualidade e diversidade dos serviços oferecidos o que implica, nomeadamente, formação e especialização de recursos humanos.

## **2.6. Mobilizar o potencial agro-pecuário e florestal**

A agricultura, a pecuária e a silvicultura ocupam ainda uma parcela significativa da população activa na Região Centro e apresentam algumas produções competitivas (leite, vinhos, algumas espécies arvenses, tabaco e azeite, bovinos, ovinos e caprinos, pinheiro e eucalipto).

Por outro lado, a Região dispõe de territórios com vocação agrícola sub-aproveitada que importa valorizar. Alguns deles, como a Cova da Beira e o Baixo Mondego, têm sido objecto de investimentos públicos vultuosos o que torna ainda mais imperioso aproveitar o seu valioso potencial económico.

Num outro plano, a grande mancha florestal concentrada na subregião do Pinhal (Interior, em particular) carece de intervenções estrategicamente direccionadas para a valorização económica de um recurso que tem sido muito gravemente esquecido.

Tendo em conta o enquadramento europeu para estas actividades, tornam-se necessárias actuações bem objectivadas em termos quer de produtos, quer de territórios, pelo que deverão ser privilegiados cinco diferentes tipos de intervenções:

- Programas territorialmente coerentes para a afirmação da competitividade de produções relevantes (vinho, frutas, leite, queijo ...), envolvendo a mobilização de conhecimentos e competências tecnológicas, a organização dos produtores, o controlo de qualidade, a organização dos circuitos de comercialização e distribuição, etc..
- Intervenções específicas para “pôr a render” os investimentos públicos vultuosos em grandes empreendimentos como a Cova da Beira e o Baixo Mondego.
- Reabilitação dos perímetros de rega e a conclusão das grandes infra-estruturas hidroagrícolas.
- Acções de melhoria da eficácia e da qualidade de vida nas explorações agrícolas.
- Intervenções visando a modernização e racionalização das formas de exploração da floresta.

## **2.7. Promover a coesão territorial e social**

A Região Centro abrange um conjunto significativo de territórios e população que, pelas suas características próprias, não revelam capacidade endógena para vir a usufruir equitativamente das vantagens decorrentes do desenvolvimento económico associado às dinâmicas fundamentais da economia regional. São territórios de predominância rural, com baixa densidade demográfica e empresarial. Há, contudo, outros territórios onde a natureza dos estrangulamentos ao desenvolvimento não se associa à sua natureza rural mas a situações de crise em sectores de especialização ou a défices de desenvolvimento social.

Estes territórios carecem de uma particular atenção ao seu desenvolvimento, no sentido da valorização do seu potencial endógeno específico e da revitalização das suas dinâmicas próprias, por vezes apenas “adormecidas”. Nestes processos

pode ser decisivo o desenvolvimento socio-comunitário e, muito particularmente, a motivação das camadas mais jovens da população local e o desenvolvimento do seu “sentimento de pertença”.

Nas actuações requeridas em territórios com estas características é, pois, crucial o carácter *integrado* das intervenções. De facto a geração de rendimentos e empregos passa aqui por um grande número de pequenas iniciativas (micro ou pequenas empresas). Mas promover iniciativa em territórios deprimidos é uma tarefa que requer apoios e incentivos específicos e plurifacetados que importa equacionar convenientemente.

Domínios importantes a explorar nestes territórios são as chamadas “novas jazidas de emprego” que poderão vir a ter uma importância decisiva no seu desenvolvimento (p.e. empregos “verdes”, empregos “culturais”, turismo rural, de natureza e de aventura, serviços às pessoas, teletrabalho, etc).

Os processos de reestruturação económica tendem a fazer incidir os seus custos sociais em determinados segmentos populacionais (nomeadamente no dos activos com maiores níveis etários e/ou menos escolarizados). Uma economia regional solidária não pode deixar de integrar uma perspectiva de desenvolvimento de mecanismos que permitam a reinserção destas pessoas no mercado de trabalho ou o seu acesso a actividades remuneradas socialmente úteis. O desenvolvimento do mercado social de emprego, a valorização de actividades tradicionais não expostas à concorrência, a criação de condições para formas de pluri-emprego ou pluri-rendimento são alguns dos domínios por onde poderá passar o reforço da coesão social na região.

## **2.8. Promover a cooperação internacional e interregional comunitária entre agentes económicos e actores do desenvolvimento**

O desenvolvimento económico de um país como o nosso passa necessariamente pela adopção de soluções inovadoras nos domínios tecnológico, organizativo e institucional. No quadro de progressiva globalização de actividades, mercados, informação e comunicações em que hoje vivemos, o acesso à inovação incremental tornou-se mais fácil pelo recurso a processos de aprendizagem e cooperação com agentes económicos e actores institucionais doutras regiões, com níveis superiores de desenvolvimento e soluções de promoção do desenvolvimento já testadas.

Esta é, aliás, uma via de acesso facilitado ao desenvolvimento que, como é sabido, tem vindo a ser particularmente apoiada pela Comissão Europeia, através de iniciativas visando a cooperação internacional e interregional comunitária.

A Região Centro – pelas debilidades que apresenta em termos dos seus factores de competitividade mas, também, pelos níveis de internacionalização que já caracterizam o seu tecido produtivo e empresarial – poderá tirar um benefício significativo das vantagens que se associam às múltiplas formas de cooperação entre agentes económicos e actores do desenvolvimento no quadro europeu.

As acções de cooperação, particularmente no domínio empresarial, serão também um excelente veículo de promoção externa da região pelo que deverá ser assumida a participação em programas de cooperação estabelecidos entre associações empresariais, centros tecnológicos, agências ou associações de desenvolvimento, universidades, etc.

### **3. UM AMBIENTE DE QUALIDADE E RECURSOS DO TERRITÓRIO VALORIZADOS E PRESERVADOS**

A Região Centro, sendo uma região predominantemente florestal, apresentando na maior parte do seu território uma agricultura tradicional, com reduzidas áreas de agricultura intensiva, um baixo nível de industrialização, nomeadamente no interior, e uma percentagem razoável de áreas naturais, apresenta globalmente uma boa qualidade ambiental quer nas áreas rurais quer nas áreas urbanas.

Trata-se de um espaço de grandes diversidades territoriais e os seus recursos naturais – nomeadamente águas e floresta – constituem reservas estratégicas para o conjunto do país. O património construído, rico de séculos, tem não só o valor de legado da nossa história como o de ser, no seu território, único e irreprodutível e, por isso, valor patrimonial da Europa e do Mundo.

São estes elementos que marcam a diferença e especificidades dos territórios e se podem constituir como os novos factores de atracção de pessoas e actividades.

Ambiente, recursos naturais, património e paisagem constituem recursos do território que importa preservar e valorizar na tripla perspectiva de salvaguardar o património natural, preservar factores de identidade regional e nacional e mobilizar

elementos em que se podem apoiar novas actividades geradoras de emprego e de riqueza.

### **3.1. Recuperar e preservar o ambiente**

A importância dos valores ambientais começa a ser a uma das grandes aquisições das nossas sociedades. É em nome do futuro que se defende a preservação do património natural e os equilíbrios da natureza.

Mas o ambiente é cada vez mais sentido como um factor determinante da qualidade de vida e de vantagem competitiva das regiões.

Na Região Centro a primeira prioridade deverá ser a recuperação da qualidade da água. Porque é a este nível que se situa um dos factores de valia estratégica da região em termos nacionais, porque está em causa a qualidade da água para abastecimento público e para a rega e também porque estão em causa equilíbrios ecológicos e a qualidade de vida e a riqueza que representam cursos de água vivos e despoluídos.

Trata-se, antes de mais, de controlar a poluição na sua origem, pelo que a primeira linha de actuação será assegurar que as águas residuais não sejam lançadas nos cursos de água sem o adequado tratamento. Isto significa a necessidade de compatibilizar o aumento da percentagem da população servida com redes e drenagem de águas residuais e a recuperação do baixo nível de cobertura (37%) com ETAR completas. Não se trata apenas de construir novas ETAR mas, sobretudo, de garantir que as mesmas tenham um funcionamento eficaz. Especial atenção deverá ser prestada ao tratamento das águas residuais situadas a montante de zonas sensíveis, especialmente a montante de albufeiras que fornecem água para abastecimento público e/ou actividades de lazer ou desporto “com contacto directo”.

A prioridade deverá ir para os lugares de maior dimensão, embora o objectivo deva ser o de servir com rede de drenagem e sistema de tratamento adequado as povoações de mais de 100 habitantes que apresentem problemas de salubridade por ausência deste tipo de infra-estruturas.

É nesta perspectiva que se colocam os projectos de despoluição dos cursos de água mais poluídos – casos do Liz, do Mondego e de alguns dos seus afluentes a montante da Aguieira e entre Coimbra e Figueira da Foz, do Alto Zêzere, do Baixo Vouga/Ria de Aveiro e do Cértima.

A segunda prioridade em matéria de recuperação ambiental refere-se aos resíduos sólidos urbanos, domínio onde se atinge já a quase globalidade da população com sistemas de recolha, mas onde continuam a existir, apesar da entrada recente em funcionamento de quatro aterros sanitários, várias situações de falta de tratamento e/ou local de deposição. A conclusão dos aterros sanitários em construção, da estação de tratamento da Cova da Beira e do sistema da Raia Norte permitirá atingir uma adequada cobertura da população da região com estas infra-estruturas e proceder à selagem das várias dezenas de lixeiras cujo encerramento se encontra previsto. Mas a qualidade neste domínio passa também por se avançar na recolha selectiva dos resíduos e por controlar as situações de deposição selvagem que agridem a paisagem e o espaço público.

Há situações pontuais de poluição do solo que exigem o estudo e adopção de medidas correctivas, quer as resultantes da referida deposição inadequada de resíduos quer as ligadas ao exercício de actividades industriais, agrícolas e pecuárias.

Embora localizadas, há algumas áreas de poluição atmosférica acentuada, sendo as zonas mais poluídas por gases as envolventes do complexo químico de Estarreja e as (situações mais desagradáveis) áreas envolventes das fábricas de celuloses, particularmente em Cacia e Leirosa. Recentemente, as decisões sobre co-incineração vieram pôr em relevo os impactes locais das cimenteiras e criar uma forte sensibilidade social à queima de resíduos industriais perigosos nas cimenteiras da região. As acções de melhoria e de controlo da qualidade do ar emergiram com um carácter de urgência.

No período 2000-2006 correspondente ao QCA III, a recuperação e preservação da qualidade ambiental deverá ser assumida como uma das grandes prioridades da Região e ter tradução clara nas opções de investimento da administração central e das autarquias locais e nas opções de ordenamento do território regional.

### **3.2. Valorizar os recursos naturais**

A Região Centro deve assumir a valia dos seus recursos naturais, gerindo-os de forma a garantir a sua renovação ou utilizando-os parcimoniosamente, no caso dos não renováveis. Trata-se fundamentalmente de os “pôr a render” a favor do desenvolvimento, mas evitando, sobretudo no caso dos não renováveis, desbaratá-los em usos de baixo valor acrescentado.

A água e a floresta são, claramente, recursos estratégicos em termos nacionais. Mas igual valia têm os recursos geológicos, os parques e reservas naturais, as praias ou os solos agrícolas.

A valorização dos recursos hídricos pressupõe a garantia de qualidade da água e é, na Região Centro, um desafio multifacetado:

- em primeiro lugar, trata-se de assegurar água de qualidade para consumo das populações da região, implicando um esforço adicional para abastecimento da totalidade dos aglomerados e investimentos de vulto na reconversão de alguns sistemas de abastecimento de água;
- em segundo lugar, a grande variabilidade climática e desigual distribuição das disponibilidades obrigam à construção de algumas infra-estruturas de reservas de água quer para consumo doméstico, quer para rega;
- em terceiro lugar, há que promover fontes de desenvolvimento local com base em actividades suportadas pelos recursos hídricos – caso do turismo, dos desportos ou da pesca em rios e albufeiras;
- em quarto lugar, os recursos termais devem ser valorizados, integrados quer numa fileira de saúde, quer numa fileira do turismo, ao mesmo tempo que as águas naturais e de mesa são já fonte de riqueza e poderão vir a ter um rápido crescimento;
- finalmente, nalgumas áreas há que actuar numa perspectiva de luta contra a seca recuperando formas tradicionais de captação e retenção de água que poderão constituir elementos adicionais de valorização da paisagem.

A próxima década poderá ser decisiva para o futuro da floresta regional, na medida em que será o período de definição das estratégias de localização dos grandes consumidores de madeira instalados na região e, principalmente, será o tempo para testar a capacidade de encontrar uma nova racionalidade económica para a gestão da floresta.

A questão central que tem de ser resolvida é a de conseguir uma exploração racional e consciente da floresta em contexto de pulverização da propriedade, face à ineficiência das formas de gestão tradicional dos espaços florestais e às situações de abandono que se vêm agravando. Por outro lado, os esforços de combate aos fogos florestais exigem intervenções no âmbito do ordenamento

florestal e a redução da massa combustível existente na floresta, o que passa por continuar a desenvolver formas de aproveitamento dos resíduos florestais. Corolário de todos estes esforços, haverá que desenvolver um programa consistente de reflorestação, não apenas das áreas ardidadas mas também dos vastos espaços que perderam a vocação agrícola, o que implica a consideração de espécies produtoras de madeiras nobres e mesmo de frutos secos ou outros produtos silvícolas.

À semelhança dos recursos florestais, a valorização dos recursos geológicos está dependente da forma como se inserirem em cadeiras de valor de base industrial. As políticas de desenvolvimento industrial para a região deverão assumir um vector de clara valorização das matérias-primas regionais.

### **3.3. Gerir a paisagem**

A diversidade geomorfológica da Região Centro, a presença de espaços marcantes no imaginário dos portugueses (como a Serra da Estrela) e as características paisagens antrópicas (p.e. encostas escarpadas semeadas de socialcos) dão à paisagem desta região um inegável valor natural e cultural e tornam-na um importante factor de atracção de visitantes e turistas.

Pela sua valia natural, alguns destes espaços estão protegidos por instrumentos legais, representando o conjunto dos Parques e Reservas Naturais cerca de 7% da área da região.

Mas toda a paisagem está sob pressão de agressões que traduzem uma ocupação desordenada do espaço, nuns casos, e um puro e simples abandono, noutros. Numa região com presença marcante de actividades apoiadas em recursos naturais, que sofreu acções de florestação nem sempre adequadas, onde existem fortes pressões para a construção dispersa e que sofre todos os efeitos dos fogos florestais, as agressões à paisagem são numerosas e significativas.

O crescimento urbano é um dos principais factores de degradação da paisagem, principalmente pela forma caótica e desqualificada como as cidades se vão expandindo e como são usadas as periferias.

O correcto ordenamento do território é essencial à preservação dos recursos paisagísticos, mas são necessárias intervenções complementares. Desde logo, evitando o abandono de espaços sensíveis, o que passa pela viabilização da

agricultura enquanto actividade de ocupação e conservação de paisagens significativas. Depois, criando condições de fruição da paisagem, permitindo a identificação e o acesso aos seus elementos mais notáveis. A valorização dos elementos do património rural, a criação de circuitos turísticos (p.e. “estradas verdes” ou “estradas panorâmicas”) são actuações que poderão contribuir não apenas para “pôr a render” este recurso mas também para preservar formas de património cultural que estão em risco de perder-se.

A um outro nível, importa equacionar as grandes recuperações da paisagem – minas e pedreiras desactivadas, espaços industriais abandonados ou instalações industriais que agridem espaços naturais de elevada qualidade. Mas, ao mesmo tempo, há que criar condições para que surjam os empreendimentos que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos paisagísticos como fontes de emprego e de rendimento. Os projectos de valorização turística da Serra da Estrela, da orla costeira, das lagoas e albufeiras, etc., deverão ter acolhimento na medida em que respeitem os valores ambientais e sejam compatíveis com o enquadramento cénico em que se insiram.

### **3.4. Proteger e valorizar o património cultural**

A história e a ocupação humana deixaram fortes marcas no território, legando-nos um património cultural de valor incalculável de origem religiosa, militar e civil, ligado às formas de vida das populações.

A primeira obrigação é conhecê-lo e conservá-lo para o transmitir como legado às gerações futuras. A este nível, as grandes preocupações não são tanto com os monumentos urbanos que beneficiam da sua visibilidade. As grandes ameaças pairam sobre o pequeno património rural, muitas vezes valendo pelo conjunto e não pelos elementos isolados. O programa das “Aldeias Históricas” provou a sua valia como forma de intervenção em conjuntos patrimoniais e constitui um experiência que merece a pena prosseguir como intervenção de cultura e de revitalização do mundo rural.

Mas o património deverá ser um dos principais factores de dinamização turística da região. E sê-lo-á tanto mais quanto tiver capacidade de transmitir conhecimento sobre a história, os povos e a região. Uma combinação inteligente do património, da paisagem e dos recursos hídricos poderá originar produtos turísticos fortemente

competitivos quer no mercado interno, quer nos mercados externos. O turista tenderá, cada vez mais, a procurar o que é único e ele não pode adquirir na sua região de origem e isso é, seguramente, o património no seu contexto territorial.

A ambição é que o património cultural da região possa ser conhecido e atractivo e, ao sê-lo, seja factor de valorização da nossa cultura e elemento de reforço de identidade nacional.

Mas o património poderá também ser objecto de investigação e saber e, nesse sentido, constituir um vasto domínio de aplicação de novas tecnologias. E deverá ser ainda um factor de surgimento de emprego e de actividades económicas, não apenas no domínio do turismo, mas em todas as áreas ligadas à recuperação e conservação.

Evidentemente, o património tem de ser protegido das pressões e agressões dos visitantes, pelo que a preparação do património, principalmente do rural, para ser visitado deverá ser uma preocupação prioritária. Nessa preparação é essencial a disponibilização de elementos de interpretação que permitam ao visitante (nacional ou estrangeiro) apreender o significado histórico do monumento a visitar.

#### **4. CIDADÃOS INFORMADOS E PARTICIPANTES, RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS**

A Região Centro regista uma das mais baixas taxas de desemprego do Continente. Esta situação favorável, que se vem verificando com alguma estabilidade, esconde diversas tensões no mercado de trabalho não favoráveis à qualificação dos recursos humanos.

Em primeiro lugar, ressalta a baixa qualidade dos empregos, bem evidenciada pelo baixo nível da produtividade da região. A dinâmica das actividades económicas é pouco exigente em qualificações, ao mesmo tempo que uma estrutura produtiva favorável à entrada precoce na vida activa contém em si mecanismos de deprecação dos recursos humanos. A análise das taxas de escolaridade confirma este risco.

Em segundo lugar, evidencia-se a incapacidade de a região gerar oportunidades de emprego para todos os seus activos, principalmente para os de níveis de instrução mais elevados. As migrações continuam a ser um dos grandes processos de

equilíbrio do mercado de trabalho da região. É particularmente notória a sua incapacidade para fixar uma parcela significativa dos diplomados pelas Universidades e Institutos Politécnicos, públicos e privados, aqui instalados. Uma clara orientação das instituições de ensino superior para áreas fundamentais para o desenvolvimento económico (ciências exactas e naturais, engenharias, ciências médicas ...) não se traduz na proporção devida em ganhos para o potencial humano da Região Centro.

Em terceiro lugar, merecem referência as tensões, ainda que nalguns casos localizadas, entre a oferta e a procura de profissionais especializados para actividades de forte especialização regional. Tensões que surgem em resultado dos tempos de aprendizagem de saberes e competências tradicionais ou por desajustamento das capacidades de formação e qualificação. O vidro e os moldes são as actividades onde estas tensões têm sido objecto de referência mais frequente.

A um outro nível, começam a surgir preocupações com as consequências do isolamento e da fragilidade do tecido urbano nas diferenças de oportunidades das crianças e jovens, principalmente dos das áreas rurais, no que respeita ao acesso à informação e à familiaridade com as novas tecnologias, áreas decisivas para a competitividade futura dos territórios e regiões.

#### **4.1. Assegurar elevados níveis de sucesso e de qualidade do ensino obrigatório**

O nível mínimo da ambição é que todos os jovens cumpram com sucesso a escolaridade obrigatória. Mas esse sucesso não deve medir-se pela taxa de aprovações, mas pelo nível de conhecimentos adquiridos e, sobretudo, pela vontade e capacidade de aprender.

Importantes serão os equipamentos, o corpo docente, os modelos de ensino, os tempos livres e o apoio extra-escolar. Mas é evidente que se trata de uma área onde os objectivos e actuações, sendo tributários da qualidade da cooperação e coordenação que for possível estabelecer entre actores envolvidos, terão de ser resultado de opções nacionais. Em termos regionais, o que se pretende é que a qualidade do ensino na Região Centro evolua rapidamente para os níveis mais elevados que se possam atingir no contexto nacional.

Mas parece claro, também, que as consequências do isolamento e das desvantagens no que respeita à circulação da informação deverão justificar uma

atenção particular ao intercâmbio dos jovens com outras regiões e à organização de actividades extra-escolares com forte componente pedagógica.

#### **4.2. Promover hábitos de leitura, combater a iliteracia**

Combater o analfabetismo funcional e manter o interesse e a abertura de espírito ao mundo são, seguramente, factores decisivos de acolhimento da inovação e de facilidade de adaptação às transformações necessárias ao rápido desenvolvimento da região. E serão também elementos decisivos para situar a região no contexto nacional e mundial e, assim, pôr em relevo os seus aspectos identitários e reforçar a auto-estima e o empenhamento no desenvolvimento regional.

Nos nossos dias, ler não é apenas um acto de cultura, mas um acto de preparação para enfrentar as incertezas e para reforçar as capacidades de adaptação futura. E isso será tão mais importante quanto as características do meio, as estruturas sociais e a natureza das actividades e das ocupações não favorecem a criatividade e o acesso à informação.

Uma economia que deverá evoluir para uma “economia de conhecimento” deverá dar prioridade à familiaridade dos cidadãos com o principal meio de transmissão da informação.

O que está em causa é a capacidade do exercício informado da cidadania e a capacidade de aprender ao longo da vida. O domínio da língua condiciona a capacidade de assimilar a informação, a capacidade de aprender e comunicar.

Numa região em que 1/7 da população é analfabeta e cerca de metade apenas possui o ensino básico primário, melhorar os hábitos de leitura entre os estratos populacionais mais jovens poderá ser, a prazo, um dos maiores contributos para o desenvolvimento regional.

#### **4.3. Responder às necessidades de qualificação do tecido económico**

A região deverá evoluir de formas de competitividade baseadas nos recursos naturais e em baixos salários para formas de competitividade baseadas na incorporação de serviços, de saber, de arte e na produtividade dos factores de produção.

Condição básica será a qualidade dos recursos humanos, quer no domínio das técnicas de produção quer no que respeita ao conhecimento dos modelos organizativos, dos circuitos de comercialização e das cadeias de valor em que as actividades se inserem.

A Região Centro tem necessidade de formação profissional multifacetada para responder às necessidades de qualificação do tecido económico em quatro vertentes essenciais:

- 1º O saber fazer e as competências técnicas para os sectores relevantes na especialização regional;
- 2º As competências necessárias para a valorização dos recursos do território, nomeadamente no que se refere à preservação do ambiente, à gestão da floresta e ao aproveitamento dos recursos turísticos;
- 3º A formação para aproveitamento dos recursos de pequena escala, implicando uma adequada combinação de competências técnicas com competências empresariais;
- 4º O domínio das cadeias de valor e dos circuitos de comercialização dos produtos regionais.

Naturalmente, não estamos apenas perante uma responsabilidade dos serviços públicos de emprego – formação (IEFP), mas antes perante uma responsabilidade colectiva de formação continuada, com destaque para as empresas e os indivíduos.

Têm aqui relevo acções de intercâmbio, estágios, visitas de estudo, reuniões técnicas, ao mesmo nível que as acções clássicas de formação profissional.

Têm relevo, também, as medidas de sensibilização e estímulo dos indivíduos para a procura de formação, velando, em particular, pela adequação das acções de formação às possíveis saídas profissionais e pelas condições de certificação da formação.

E será particularmente relevante a actuação das instituições de ensino superior e das estruturas tecnológicas na organização de acções que promovam as competências empresariais, o conhecimento do tecido económico e das potencialidades e recursos regionais, a difusão de boas práticas, etc.

#### **4.4. Fixar quadros técnicos e profissionais qualificados**

Os quadros técnicos e os profissionais altamente qualificados dispõem hoje de uma muito grande mobilidade territorial que, nalguns casos, se situa à escala supra-nacional. É notória a incapacidade da Região Centro para fixar quadros, mesmo quando são formados nas suas universidades e politécnicos. Esta incapacidade acentua-se nas áreas de interior.

Deste modo, a dotação em profissionais altamente qualificados é na Região Centro, sobretudo, uma questão de procura, de condições e oportunidades de emprego e remuneração adequados. O que poderia ser uma localização vantajosa para profissionais e empresas cuja área de acção seja o mercado nacional não tem vindo a ser explorada. A falta de escala e a debilidade do sistema urbano estarão entre os principais factores explicativos.

É, no entanto, evidente que o desenvolvimento e a afirmação da região exigem que se ultrapasse esta limitação e se consiga um aumento rápido da dotação em quadros técnicos altamente qualificados. As actuações necessárias terão de incidir, prioritariamente, a nível da procura (estímulo à contratação, estímulo à procura de serviços, ...), nas condições de acolhimento (facilidade de transferências entre serviços públicos, apoios à instalação, ...) e em formas de compensação fiscal ou financeira pelas desvantagens que os profissionais liberais ou as empresas centradas no conhecimento e informação enfrentam quando localizadas na região. Outra dimensão da actuação aponta para o adequado apetrechamento em recursos humanos qualificados das instituições tecnológicas, das instituições de investigação e dos serviços públicos de acção económica.

#### **4.5. Generalizar o contacto dos jovens com a informática e as novas tecnologias de informação**

No futuro, o domínio das novas tecnologias de informação terá uma importância similar à que hoje reconhecemos ao saber ler e escrever.

O custo dos equipamentos e o custo de acesso aos serviços tornam o contacto com estas tecnologias muito dependente da capacidade económica das famílias. A formação está também muito assente na iniciativa privada, criando evidentes desvantagens para as áreas onde não há dimensão do mercado que suporte aquela iniciativa.

Os jovens das áreas menos urbanizadas correm o risco de verem agravar-se as suas desvantagens e as desigualdades de oportunidades. Generalizar o contacto com estas tecnologias é, por um lado, aumentar as condições de competitividade da região e do país e, por outro, abrir novas oportunidades às áreas mais remotas, reduzindo as desvantagens da distância aos grandes centros.

O esforço que está envolvido neste objectivo não poderá assentar exclusivamente na escola, mas terá de envolver diversos agentes, desde as autarquias até aos operadores de telecomunicações. Um desafio particular será o de levar estas tecnologias aos jovens nos espaços rurais, exigindo soluções organizativas compatíveis com as taxas de utilização. Há que explorar a valia dos projectos-piloto das “cidades digitais” alargando a experiência a outras cidades e vilas e, a título demonstrativo, a algumas aldeias. Mas potenciar esta valia significa também pôr valor acrescentado sobre as redes e isso abrirá mercado para novos profissionais nestes domínios.

## **II CONHECER O PRESENTE E DEFINIR PRIORIDADES PARA O FUTURO**

No capítulo anterior deste documento fixou-se uma visão, estabeleceu-se uma ambição e enquadraram-se objectivos. Deliberadamente procurou-se pensar o futuro e “partir” dele para tornar ousados os projectos e dar-lhes sentido útil. Mas é claro que se procura nunca perder o sentido do que é a realidade actual, mesmo que se não resista ao desejo de sublinhar as oportunidades e as soluções em vez das fragilidades, dos limites e dos problemas. Conhecer bem o presente é a condição essencial para formular prioridades de actuação prática imediata, como aquelas que a plena utilização do QCA III nos exige que clarifiquemos. Por isso, neste capítulo trata-se de retomar o exercício de diagnóstico prospectivo estabelecido na primeira parte deste documento para, a partir dessas ideias, se formularem as principais prioridades que hão-de presidir à execução do Programa Regional que estabeleça a aplicação do QCA III na Região Centro.

### **1. O PONTO DE PARTIDA**

Do que atrás ficou dito ressalta um ponto de partida claro. A Região Centro tem sido um espaço de sub-investimento público, facto que não tem dado o devido reconhecimento à circunstância de a articulação nacional e as ligações internacionais da nossa economia dependerem do que aqui se passar.

Além disso, torna-se notório que estamos perante um espaço de potencialidades que é indispensável para a formação de uma visão moderna do país nos planos científico, tecnológico, ambiental e urbano.

Pelo que significam enquanto contextos de vida qualificada, as cidades – esse tipo específico de cidades polinucleadas e assentes nas complementaridades que resultam de olharmos com ambição para os sistemas urbanos que estruturam os nossos espaços sub-regionais – são elementos centrais da estratégia da Região Centro.

Do mesmo modo, a logística e organização económica são, numa região de pequenas e médias empresas que tem um forte sentido de internacionalização, factores vitais da competitividade.

Por outro lado, a grande expectativa que se coloca na conclusão do Plano Rodoviário Nacional não é apenas um objectivo de dispor de quilómetros de estrada,

é, pelo contrário, o propósito de associar as acessibilidades à vida da região e assim dar-lhe mais conteúdo económico, social e cultural.

Competitividade sustentável do território; inovação e aproveitamento de oportunidades; protecção e gestão racional do património natural e cultural; melhoria das condições de vida e reforço da cidadania – são estes, pois, os objectivos que a realidade regional actual nos habilita a prosseguir e que o diagnóstico prospectivo identificou devidamente.

É, por isso, claro para a CCRC que a Região Centro se encontra numa fase de afirmação de um novo papel no contexto nacional; que proporciona um contributo fundamental para a articulação do território nacional; que é um espaço de grandes diversidades territoriais e produtivas; que deve dar ao país uma nova visão sobre o modo como se valorizam as cidades médias; que deve assumir posições de excelência nos domínios da saúde e das ciências da vida, do conhecimento científico e tecnológico e da qualidade de vida; que deve, enfim, influenciar uma nova dinâmica institucional que dê visibilidade aos territórios. Para isso há desafios irrecusáveis e estratégicos que ajudam a configurar o desenvolvimento que se deseja. Defender a “qualidade do meio” através de acções de valorização das cidades e das zonas de baixa densidade; promover a economia pela logística, pela organização e pelo aprofundamento das competências; valorizar os territórios mais dinâmicos e fortalecer os que apresentam fragilidades – eis alguns dos desafios que não-de nortear as prioridades que a seguir se apresentam.

Retomar o diagnóstico feito e traduzi-lo em prioridades, opções e instrumentos operacionais é, por tudo isto, a finalidade dos pontos seguintes deste texto.

## **2. PRIORIDADES PARA O PLANO REGIONAL**

A visão estratégica para a Região Centro coloca importantes desafios que exigem uma forte mobilização de meios e questiona a capacidade dos diferentes agentes e actores do desenvolvimento para organizarem actuações concertadas e se comprometerem com uma estratégia em que a integração das intervenções é um elemento central.

Importa, contudo, sublinhar que há domínios de intervenção que constituem pilares essenciais da estratégia de desenvolvimento a implementar. São estes os

que dizem respeito à qualificação dos recursos humanos, à estruturação do território e qualificação do meio, à exploração das novas oportunidades e à valorização dos recursos do território da região. É a leitura destes factores críticos de sucesso que justifica que se elejam como prioritários os seguintes: cinco domínios de intervenção.

### **2.1. Cidadania, coesão social e capital humano**

A modernização da economia regional com base em factores avançados de competitividade e numa melhoria sustentada da produtividade é completamente inviável na ausência de uma melhoria dos níveis médios de qualificação profissional, de promoção do espírito empresarial e da atracção e fixação na Região de profissionais com elevados níveis de especialização.

Por outro lado, é sabido que esta Região apresenta indicadores de incidência da pobreza elevados, mesmo no contexto do País. Só haverá verdadeiro desenvolvimento na medida em que esta realidade se alterar no sentido da erradicação da pobreza e da marginalização social. O acesso generalizado da população a uma escolaridade básica de qualidade e bem sucedida e o acesso à informação necessária ao exercício de uma cidadania responsável são elementos-chave do processo de desenvolvimento.

E importa ter presente que ritmos rápidos de crescimento económico e de reestruturação produtiva acarretam necessariamente consigo tensões acrescidas no mercado de trabalho penalizadoras dos segmentos de população activa mais vulneráveis em termos de qualificações e/ou nível etário. Sendo desejável que se intensifiquem os ritmos de modernização económica, há que prever medidas adequadas para minorar as suas consequências sociais. O apoio ao desenvolvimento da “economia social” e do mercado social de emprego terá, neste domínio, um papel importante.

### **2.2. Sistema urbano**

Os “sistemas urbanos territoriais” constituem uma notável potencialidade para o desenvolvimento económico e social da Região Centro, na medida em que consubstanciam articulações sub-regionais específicas em termos de dinâmica económica e de “bacias” de vida e emprego, organizando-se em torno de cidades

onde se concentram os principais equipamentos e centros de saber, de inovação e de desenvolvimento tecnológico.

Uma linha prioritária para o desenvolvimento futuro da Região é a valorização do seu sistema urbano, com tudo o que isso significa em termos de:

- qualificação urbanística, reabilitação urbana e ordenamento dos espaços constituintes da cidade, enquanto tal;
- dotação de infra-estruturas de mobilidade dentro da cidade, de articulação com a sua área de influência territorial e de conexão eficaz com os grandes eixos rodovias e ferroviários nacionais e de ligação internacional;
- equipamentos estruturantes do espaço urbano, que organizam a vida colectiva e possibilitam o lazer;
- infra-estruturas e “parque de serviços” que assegurem a funcionalidade e competitividade do espaço urbano.

Mas estruturar o território é também aproveitar as potencialidades diferenciadas dos diversos espaços sub-regionais, implicando intervenções específicas para os territórios marcantes da região, sejam os espaços de baixa densidade sejam os espaços de concentração de recursos cuja valorização só é possível com uma forte integração das intervenções (Pinhal Interior, Serra da Estrela e Vale do Côa).

### **2.3. Acessibilidades e exploração da geografia**

A Região Centro desempenha um papel fundamental de articulação do conjunto do País e deste com o espaço ibérico e europeu. Por ela atravessam e nela se cruzam grandes eixos rodovias e ferroviários e nela se localizam dois portos com capacidade para complementar as funções dos principais portos do País. Ganhar centralidade nestas redes significa ter grandes equipamentos de interface entre modos de transporte, parques de logística e/ou grandes espaços de localização, que afirmem a região como espaço de localização de grandes investimentos produtivos de origem nacional ou estrangeira.

Mas significa, também, ter centros urbanos bem articulados e dotados de modernos equipamentos económicos e de capacidade de integração dos espaços envolventes. E significa, ainda, o fácil acesso de todos os espaços aos grandes eixos nacionais e europeus, sendo determinante a conclusão dos grandes eixos rodoviários e a

conclusão dos investimentos de modernização das ferrovias e dos portos, ao mesmo tempo que se deve cuidar de assegurar a intermodalidade de modos de transporte.

#### **2.4. Recursos hídricos**

Recuperar a qualidade da água dos rios e albufeiras é um objectivo prioritário, porque esta Região constitui uma reserva estratégica em termos de recursos hídricos de origem propriamente nacional e porque será determinante para a imagem de qualidade da região, o que permitirá o desenvolvimento do turismo e o reforço da atractividade regional.

O tratamento de águas residuais constitui a linha de actuação fundamental a prosseguir, ampliando as redes de drenagem de águas residuais e assegurando uma cobertura eficaz e tendencialmente generalizada por ETAR funcionando eficazmente.

Destacam-se, neste domínio, os projectos integrados de despoluição dos principais cursos de água da Região, na sua maioria projectos de envergadura financeira considerável, já considerados essenciais no quadro do QCA II mas que nele não encontraram possibilidades de financiamento. Referimo-nos, nomeadamente, aos projectos de despoluição do rio Liz, rio Mondego, Alto Zêzere, Baixo Vouga/Ria de Aveiro e rio Cértima.

A valorização dos recursos hídricos enquanto base para a geração de valor económico e de empregos, passa também pelos recursos termais susceptíveis de valorização para fins turísticos e de saúde, pelo significativo potencial de crescimento das águas de mesa e por “pôr serviço” (desportos náuticos, pesca e outras formas de turismo e lazer) nos nossos rios e albufeiras.

#### **2.5. Recursos florestais e a gestão da floresta**

Incidem sobre a floresta um conjunto diversificado de procuras, exercendo fortes pressões sobre os recursos existentes, num quadro complexo e de difícil gestão associado à pulverização da propriedade, ao abandono progressivo das explorações e à concomitante obsolescência das formas tradicionais de gestão dos espaços florestais.

Por outro lado, permanece a ameaça que os fogos florestais constituem, impondo particular atenção às questões do ordenamento florestal e da redução da massa combustível existente na floresta.

A reflorestação constitui um domínio de actuação essencial. Mas as intervenções mais estratégicas (e mais complexas) que importa assegurar nos próximos anos dizem respeito a uma nova racionalidade económica para a gestão eficiente e sustentável da floresta. A organização de formas de cooperação e concertação de interesses entre produtores constituem um instrumento incontornável na prossecução destes objectivos.

### **3. A CONCRETIZAÇÃO DAS PRIORIDADES DO PLANO REGIONAL**

As prioridades definidas terão uma oportunidade de concretização privilegiada no quadro das intervenções operacionais que integrarão o próximo QCA III para o período 2000-2006.

O papel estratégico que se deseja ver reconhecido ao território da Região Centro deverá ter tradução na implementação dos grandes projectos de valia nacional e na concentração na região de uma parcela significativa dos recursos afectos aos programas sectoriais de âmbito (e gestão) nacional.

Estão identificados os grandes projectos que, no domínio das rodovias, ferrovias ou portos, no domínio do ambiente, no domínio da valorização das potencialidades agro-florestais ou no domínio dos equipamentos e infra-estruturas económicas, relevam de prioridades do âmbito nacional de afirmação da valia internacional do território português e do reconhecimento da valia nacional do território da região.

Para além da projecção na região do que forem os programas de gestão de âmbito nacional, o Programa Operacional para a Região Centro será o instrumento privilegiado de coordenação e financiamento das intervenções a concretizar na região durante o próximo período de programação. O Programa Operacional Regional integrará um conjunto de intervenções sectoriais desconcentradas, de iniciativa e gestão dos Ministérios respectivos, e intervenções de âmbito territorial específico cujo conteúdo a CCRC tem vindo a discutir com os municípios e os agentes regionais.

A configuração prevista para o Programa Operacional Regional irá possibilitar que as intervenções sectoriais desconcentradas possam assumir uma forte dimensão territorial, designadamente através do envolvimento do "sector" em acções integradas de âmbito territorial. Neste sentido, parece razoável que se tomem

territórios concretos como o referencial para a coordenação das intervenções e que se seja inovador na exploração da contratualização e das parcerias público-público.

No que respeita às intervenções de matriz territorial, julga-se fundamental a distinção entre uma perspectiva de equidade e uma perspectiva de estruturação e competitividade do território regional.

No primeiro caso, estão em causa as intervenções visando assegurar a satisfação das necessidades locais mais qualificantes do bem-estar dos cidadãos. Trata-se de investimentos e acções que se colocam no âmbito local e supra-municipal, que serão domínio privilegiado da acção dos municípios, e que terão acolhimento num sub-programa de apoio aos investimentos e acções de desenvolvimento de interesse local ou intermunicipal. Este sub-programa preocupar-se-á em assegurar um serviço universal de equipamentos e infra-estruturas públicas que contribua para a qualidade de vida de toda a população, independentemente do lugar onde viva, ao mesmo tempo que se apoiam os agentes locais na prossecução dos objectivos de qualificação dos respectivos territórios.

Na perspectiva de estruturação e da competitividade do território, deve prevalecer o princípio de selectividade e concentração das intervenções, condição essencial para garantir a eficácia da acção no quadro das restrições impostas pela escassez de meios. As acções integradas de desenvolvimento deverão orientar-se para a valorização de potencialidades concretas em territórios estratégicos ou para o aproveitamento dos factores de desenvolvimento que ainda persistem em espaços em crise. Foi nesta perspectiva que foram propostas e discutidas com os agentes regionais acções integradas de desenvolvimento centradas sobre:

- A qualificação e a competitividade urbana, tendo por objectivos a qualificação e o reforço das condições de competitividade e acolhimento das cidades e principais aglomerados urbanos, qualificando e promovendo os nós fundamentais para a estruturação do território da região e para a sua inserção nas dinâmicas de desenvolvimento e competitividade de nível europeu e mundial.
- Acções inovadoras de valorização das aldeias, visando viabilizar as estruturas tradicionais de povoamento e ocupação do território, assegurar igualdade de oportunidades no acesso à informação, ao conhecimento e aos serviços e valorizar os recursos do território e as potencialidades de desenvolvimento local.

- Intervenções em espaços específicos, procurando concentrar meios e energias na valorização de determinados recursos que caracterizam esse espaço. É o caso do Pinhal Interior – valorizar a floresta e a água e “desencravar” o território; da Serra da Estrela – turismo e ambiente; e do Vale do Côa – património e turismo.

A coordenação e o planeamento não têm que confundir-se com figuras de financiamento. O Programa Operacional Regional irá definir os meios afectos a acções de desenvolvimento que irão ser geridos numa base regional. Para além dele, fica todo o espaço de contratualização e parcerias em que o território é relevante como factor de integração e de eficácia das intervenções. É nesse espaço que importa ser inovador na procura de mecanismos de coordenação sectorial/territorial efectiva.



